

# CIDADES & SOCIEDADE

INTERAÇÕES E CONTEXTOS ACERCA  
DAS URBANIDADES SUL MINEIRAS

## ORGANIZADORES

Gustavo Reis **Machado**

Alexandre Carvalho de **Andrade**

Fabiana Rezende **Cotrim**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Sul de Minas Gerais

©2021 – Editora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)

**CIDADES & SOCIEDADE:  
interações e contextos acerca das urbanidades Sul Mineiras**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, do **IFSULDEMINAS**. Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107 da Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

**Revisão:** Silvana Pereira da Silva Designer - ME

**Diagramação:** Silvana Pereira da Silva Designer - ME

**Impressão:** GRÁFICA CS – EIRELI –EPP, CNPJ: 10.651.441/0001-07

**Site:** <http://www.ifsuldeminas.edu.br/>

**Email:** [proex@ifsuldeminas.edu.br](mailto:proex@ifsuldeminas.edu.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Rita de Cássia Machado da Silva CRB – 05-1697

C568

Cidades e sociedade: interações e contextos acerca das urbanidades sul mineiras / Organizado por Gustavo Reis Machado, Alexandre Carvalho de Andrade e Fabiana Rezende Cotrim. – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2021.

176 p.: il.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-88862-07-0

DOI: 10.51797/9786588862070

1. Ciências Sociais – História. 2. Cidades. 3. Urbanização - Minas Gerais. 4. Patrimônio cultural. 5. Saúde pública. 6. Artesanato. I. Machado, Gustavo Reis. II. Andrade, Alexandre Carvalho de. III. Cotrim, Fabiana Rezende. IV. Título.

CDD – 300.9

# **CIDADES & SOCIEDADE:**

## **Interações e contextos acerca das urbanidades sul mineiras**

### **Organizadores:**

#### **Prof. Gustavo Reis Machado**

Professor EBTT Voluntário do IFSULDEMINAS  
Campus Pouso Alegre, Arquiteto Urbanista

#### **Prof. Alexandre Carvalho de Andrade**

Professor EBTT do IFSULDEMINAS  
Campus Poços de Caldas, Geógrafo

#### **Profa. Fabiana Rezende Cotrim**

Professora EBTT do IFSULDEMINAS  
Campus Pouso Alegre, Engenheira Civil



# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	7
<b>Apresentação</b> .....	11
 <i>Parte I</i>	
<b><i>Ambiente construído e paisagem urbana</i></b> .....	15
 <b>Capítulo 1</b> .....	17
<b>MODELOS URBANOS, HOMEOSTASIA E MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA: UMA ANÁLISE DO DESENHO DE POÇOS DE CALDAS</b>	
<i>Evandro Ziggatti Monteiro, Claudio Lima Ferreira e Rachel Zuanon</i>	
 <b>Capítulo 2</b> .....	35
<b>A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS POPULARES: TENDÊNCIA DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR NA CIDADE MÉDIA</b>	
<i>Gustavo Reis Machado, Pamela Mayara Garcia Xavier e Vanessa Silva de Lima</i>	
 <b>Capítulo 3</b> .....	51
<b>DO ARRAIAL AO BOULEVARD: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DAS PRAÇAS DR. AUGUSTO SILVA E LEONARDO VENERANDO NA CIDADE DE LAVRAS, MG.</b>	
<i>Janaina Faleiro Lucas Mesquita, Marisa Aparecida Pereira e Vasco Caldeira da Silva</i>	
 <b>Capítulo 4</b> .....	67
<b>PAISAGEM E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO, MG</b>	
<i>Felipe da Silva Vieira e Flamarion Dutra Alves</i>	

<b>Capítulo 5</b> .....	85
<b>AMBIENTES DE UMA FEIRA DE ARTESANATO SOB A ÓTICA DO DESING DE AMBIENTES POR MEIO DA TEORIA ATOR-REDE</b>	
<i>Carlos Magno Pereira e Adilson da Silva Mello</i>	
 <b>Parte II</b>	
<b>Urbanização e meio ambiente</b> .....	105
 <b>Capítulo 6</b> .....	107
<b>A INTERFACE URBANIZAÇÃO &amp; SAÚDE PÚBLICA</b>	
<i>Gabriela Rezende Yanagihara e Álvaro César de Oliveira Penoni</i>	
 <b>Capítulo 7</b> .....	123
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS E QUALIDADE DE VIDA URBANA</b>	
<i>Marcelo Bregagnoli, Sérgio Pedini e Marcelo Carvalho Bottazzini</i>	
 <b>Parte III</b>	
<b>Urbanismo e planejamento urbano e regional</b> .....	147
 <b>Capítulo 8</b> .....	149
<b>AS CIDADES MÉDIAS DO SUL DE MINAS: CRESCIMENTO URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS RECENTES</b>	
<i>Alexandre Carvalho de Andrade, Eduardo de Araujo da Silva e Rafaela Santos Costa de Figueiredo</i>	
 <b>Organizadores</b> .....	169
 <b>Autores e colaboradores</b> .....	171

# PREFÁCIO

*Frederico Vergueiro Costa*

A dicotomia entre cidades e sociedade no título desta oportuna coletânea reunida por professores de diferentes áreas de instituições acadêmicas do Sul de Minas Gerais não só apresenta de forma clara as pretensões do livro, como demonstram também o potencial teórico inovador na abordagem regional do fenômeno urbano e da formação das cidades no contexto tão particular do sul mineiro.

Cidades, no plural, e sociedade, no singular, traduzem bem a intenção de síntese que reconhece tanto as particularidades de contextos urbanos distintos quanto uma certa individualidade geral que incide nesses contextos, mas que distingue essa região das demais regiões do estado e do país, formando então uma sociedade capaz de se identificar como tal.

Sem dúvida é uma tradição comum a nomeação e a separação de regiões, sobretudo pelas demandas administrativas do território, mas parece ser um fenômeno particular, apontado por alguns dos artigos do livro, o enraizamento desse caráter regional na identidade da sociedade sul mineira para além de um mero dado cartográfico ou classificatório. Nesse sentido, o livro pode ser encarado como um sintoma do amadurecimento dessa autoimagem, uma tomada de consciência da experiência compartilhada, e cumpre o seu papel em fortalecer esse precioso ingrediente social e cultural e sua capacidade de dar sentido e direção ao desenvolvimento regional.

Por outro lado, outros artigos não se furtam a abordar, avaliar e interpretar os fenômenos comuns da dita urbanização (urbanização capitalista para alguns, talvez globalização ou até modernização) como processos sociais e produtivos, com significativo grau de autonomia em relação a dinâmicas sociais locais, em suas diferentes escalas territoriais, desde o crescimento das

idades médias até o fenômeno dos condomínios residenciais fechados e shopping centers. Nesse caso, o aspecto que aglutina as diferentes cidades em um processo comum, mais amplo até do que a região, é o oposto dos processos referentes à identidade local, suas memórias e práticas culturais particulares compartilhadas; tal aspecto seria justamente um conjunto de práticas econômicas, políticas e técnicas que tem como finalidade integrar setores produtivos e consumidores. Desse modo, a urbanização aparece aqui como tendência de homogeneização de outra natureza, genérica, abstrata e universal, da qual não conseguimos reconhecer exatamente uma origem, uma história ou um sentido, mas que a essa altura já penetrou em nossos hábitos também de um modo particular, que ora ameaça ora se mistura e transforma nossas particularidades “autênticas” ou, no caso do Sul de Minas, sua identidade tradicional.

Além desses dois extremos referentes ao próprio processo de urbanização, a leitura conjunta dos artigos coloca-nos em contato com aspectos científicos distintos desses contextos, com seus respectivos métodos de análise e interpretação. O resultado tende a realizar um dos anseios teóricos mais ambiciosos de Henri Lefebvre em seu famoso *O direito à cidade*. Isso porque, além da leitura engajada referente ao direito de acesso e participação da sociedade na produção, reprodução e fruição da cidade, Lefebvre reconhece em seus livros os desafios intelectuais de abordagem das cidades na modernidade. Para o autor, a superação do que ele chamou de ciências parcelares, ou seja, a divisão acadêmica das ciências sociais, humanas e naturais em áreas específicas como conhecemos, seria um entrave a ser superado para uma abordagem satisfatória da cidade em uma sociedade que ele próprio definiu como sociedade urbana.

Desde esse marco divisor, entre outros que se consolidaram na segunda metade do século XX, a cidade de fato ganhou significativa relevância em diversas áreas do conhecimento em um primeiro momento. Essa diversificação dos discursos sobre a cidade acabou relativizando



a centralidade do urbanismo como disciplina até então especializada, que passou assim a se constituir como campo abrangente, uma área de conhecimento não mais especialista, mas formada de especialistas, estes, sim, de matrizes científicas distintas. Nesse novo paradigma que vem se consolidando em instâncias institucionais variadas, arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos, engenheiros, biólogos, advogados, economistas, entre tantos outros especialistas de diversas áreas, dialogam, enfrentam-se e aprimoram as sínteses da cidade a partir de sua própria natureza como fenômeno social, humano, complexo, duradouro e, ainda assim, em constante disputa e mudança.

Desse modo, o resultado da interação proporcionada pela coletânea de artigos, ou seja, os dois extremos do processo de formação e transformação das cidades, além da abordagem multidisciplinar, permite-nos encarar o sul mineiro tanto como uma região relativamente rural, pela sua posição intermediária entre três polos macro metropolitanos (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), quanto como uma região altamente urbanizada por uma rede de cidades bastante densa para os padrões brasileiros em geral. A respeito do processo de urbanização na modernidade e sua relação com as áreas rurais, Lefebvre argumenta que “a oposição ‘urbanidade-ruralidade’ se acentua em lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua”. Ou seja, a intensificação da urbanização no Sul de Minas destacada pelo conjunto dos trabalhos é um bom retrato da relação recente entre cidade e campo, na medida em os polos regionais que destacamos acentuam os aspectos urbanos do território, mas ao mesmo tempo reforçam e subsidiam o aspecto rural das pequenas cidades e municípios no seu entorno, gerando, ao mesmo tempo, a percepção de desenvolvimento (rural e urbana) e, de certo modo, a manutenção de certos aspectos da cultura tradicional local ligados à ruralidade.

Ainda assim, é evidente que o livro não esgota todas as questões pertinentes ao tema, mas vale destacar que sua organização esboça o qua-

dro equilibrado entre áreas de conhecimento distintas com uma abordagem escalonar variada que vai desde as pequenas praças urbanas até o território como um todo. Essa estratégia é essencial perante o desafio teórico da abordagem territorial do fenômeno urbano como forma de evitar tanto a sua generalização, como fenômeno geral abstrato e homogêneo, quanto o excesso de particularismo, que tende a sobrecarregar os aspectos locais como determinantes de processos que se dão dentro e fora do território de cada município e mesmo da própria região.

Dessa forma, o livro oferece uma importante contribuição inédita para o entendimento das regiões interioranas brasileiros, especialmente neste caso do Sul de Minas Gerais, e é sem dúvida um fruto do processo recente de descentralização e interiorização da rede universitária pública federal. Seus resultados demonstram o potencial dessa transformação no campo acadêmico brasileiro, na medida em que amplia a presença dos diversos contextos nacionais como objetos de pesquisa e reflexão. Para a área do Urbanismo e o campo de reflexão sobre a cidade, essa contribuição é indispensável, uma vez que compensa a dependência teórica das grandes cidades como objetos recorrentes de análise em detrimento das pequenas cidades. Nesse sentido, o livro corrobora a hipótese da abordagem regional como uma condição análoga à da grande cidade, ou seja, a pequena cidade não é simplesmente uma miniaturização das metrópoles, mas sua complexidade advém da complexidade da rede urbana em que está inserida.

Dessa forma, a dispersão dos Institutos Federais em seus respectivos contextos acaba resultando em um entrecruzamento de objetos, temas e debates reunidos por meio do diálogo com paradigmas teórico-gerais mais ou menos comuns. Dessa maneira o livro reforça a interação dessas diferentes formas de reconhecer e interpretar as cidades e suas dinâmicas locais e regionais em uma síntese que nos oferece uma perspectiva rara e complexa da própria cidade e sobretudo das cidades nas regiões interioranas brasileiras, de modo tanto multidimensional quanto multidisciplinar.

# APRESENTAÇÃO

*Francisco José Cardoso*

A cidade é um produto social e que influencia as relações sociais; está diretamente relacionada com o seu contexto físico-espacial, socioeconômico, cultural e político. A forma da cidade cristaliza e reflete a lógica das sociedades que a acolhem, e é necessária uma apurada compreensão da lógica que se estabelece na sociedade contemporânea. A cidade passa por transformações e crises, portanto a sociedade contemporânea está em mutação, o que implica em transformações na concepção, gestão e produção do quadro construído. Os desafios impostos na contemporaneidade convivem com demandas não resolvidas de períodos anteriores, configurando uma dupla temporalidade que exige novas formas de agir.

As respostas exigem conhecimento de dinâmicas urbanas e das relações entre metrópoles e microrregiões, o que evita assim a construção de generalizações superficiais e inconsistentes. A realidade brasileira, por exemplo, é marcada por profundas diferenças regionais que precisam de uma análise cuidadosa para possibilitar o estabelecimento de semelhanças entre processos heterogêneos.

No Brasil, os problemas intraurbanos de concentração e exclusão socioeconômica ocorrem também nos contextos macro e microrregional. Há regiões e cidades prósperas que apresentam destaque nos índices de crescimento e das condições socioeconômicas, porém não estão isentas dos efeitos perversos da lógica capitalista de produção da cidade. Por outro lado, há regiões e cidades estagnadas que estão à margem do processo e apresentam baixa qualidade de vida sem perspectivas de ascensão econômica.

Estudos mais aprofundados são necessários para compreender melhor os processos históricos, as dinâmicas do momento atual e as virtuais mudanças que estão amadurecendo. Esse conhecimento é fundamental para que o planejamento e a gestão municipal produzam políticas adequadas às questões impostas por essas transformações, assim como possibilitem a reflexão e construção de propostas em escala regional.

Pesquisadores e técnicos responsáveis pelo planejamento e a gestão urbana e regional têm procurado compreender a natureza e as implicações desse fenômeno. Porém, a produção científica brasileira, historicamente, apresenta uma vasta produção com enfoque em aspectos relacionados direta ou indiretamente com o fenômeno urbano das metrópoles, principalmente da Região Sudeste.

Este livro, em forma de coletânea, faz uma contribuição especial ao abordar temas relacionados com a dinâmica microrregional, urbana e intraurbana de cidades do sul do estado de Minas Gerais, ampliando a leitura e a compreensão desse território ainda pouco analisado.

O Sul de Minas está localizado em uma das regiões mais ricas do país, sob influência das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo, incluindo os principais polos do interior paulista. Apesar da importância locacional, ainda há muito o que se estudar em relação a à região do sul mineiro.

Algumas políticas recentes têm contribuído para reversão desse quadro. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras (Reuni), implementado entre 2003 e 2012, e o Programa Universidade para todos (Prouni) foram relevantes para ampliação do acesso e permanência na educação superior, relações entre pesquisadores e conseqüentemente para produção de artigos, monografias e teses relativas a regiões, microrregiões e cidades de médio e pequeno porte que historicamente foram relegadas a segundo plano.

Os organizadores deste livro, em um grande esforço, conseguiram reunir uma produção significativa que aborda múltiplas dimensões e escalas do desenho, da paisagem e do planejamento urbano e regional das urbanidades do Sul de Minas Gerais.

A importância desta obra extrapola a questão territorial, compondo uma obra multidisciplinar, que considera diferentes áreas do conhecimento científico e avança para além do olhar regional.

Os autores tratam de relações urbanas presentes na cidade contemporânea, discutindo temas como percepção ambiental, segregação socioespacial, patrimônio material e imaterial, fragmentação do espaço urbano, apropriação do espaço urbano, saúde pública, qualidade de vida e dinâmicas socioespaciais recentes. Em suma, de um modo ou de outro, os autores desta coletânea desenvolvem reflexões sobre relações urbanas com importantes contribuições teóricas e metodológicas sobre temas atuais e ainda pouco explorados.



*Parte I*

*Ambiente construído e paisagem urbana*





# MODELOS URBANOS, HOMEOSTASIA E MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA: UMA ANÁLISE DO DESENHO DE POÇOS DE CALDAS

*Evandro Ziggiatti Monteiro  
Claudio Lima Ferreira  
Rachel Zuanon*

## **Introdução**

As cidades podem ser consideradas o mais notável e complexo artefato humano. A espécie humana tem logrado, ao longo de sua ainda breve história na superfície do planeta, construir seu habitat na forma de cidades por meio de processos culturais, sociais, econômicos, políticos e sobretudo técnicos de enorme variabilidade e complexidade. Damásio (2011, p. 82) explica esse processo a partir da ideia de que “[...] a consciência capacitou os humanos a repetir o leitmotiv da regulação da vida por meio de um conjunto de instrumentos culturais.” Ou seja, pela consciência, as possibilidades de regulação da vida humana ampliaram-se da dimensão individual para a escala social. Por conseguinte, a evolução do desenho e da forma das nossas cidades possivelmente guarda motivações em sua origem que remontam aos nossos instintos básicos, intrincados na fundação da própria mente humana. Explicamos melhor: nossas cidades refletem *ipsis literis* nosso anseio primordial, como seres conscientes, em buscar a manutenção de nossa própria existência. Nesse sentido, a preocupação constante, como indivíduos, com a sobrevivência de nossos corpos resultou na construção do habitat

mais adequado ao equilíbrio interno do nosso organismo. Esse equilíbrio também é denominado homeostasia (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2017; SILVERTHORN, 2003; DAMÁSIO, 2000; 2004; 2011; 2012). Esse habitat é a cidade. Não é apenas uma gruta, uma cabana, uma casa. É a cidade. O ser humano é um ser social, e é por isso que seu ambiente ideal reflete o agrupamento de seres humanos, e não a morada isolada. Entretanto, é paradoxal que esse artefato, criado para nos abrigar e facilitar a regulação do nosso equilíbrio homeostático, seja hoje talvez justamente o oposto disso: um ambiente extremamente hostil e desafiador à manutenção da homeostasia.

As grandes aglomerações humanas, as metrópoles, costumam trazer consigo uma série de efeitos colaterais ao abrigo de milhares ou milhões de seres humanos. Aos problemas de cunho social e econômico, como a pobreza e a miséria, a falta de conforto, a falta de segurança, somam-se a violência urbana, o trânsito, a poluição em todas as suas formas e o stress da vida contemporânea. Atualmente, renasce as preocupações com a saúde, quando a cidade se torna um ambiente que potencializa a propagação das pandemias. E embora as cidades possam também abrigar aspectos positivos de nossa civilização, ligadas à cultura e ao lazer, em balanço, é comum que as associemos muito mais ao desequilíbrio neuropsicofisiológico de nossos corpos do que quando as comparamos com uma vida no campo, isolada, ou em pequenas comunidades. A partir desta constatação de que o artefato talvez não sirva mais ao propósito original, que era o de prover melhores condições para o equilíbrio homeostático dos seres humanos, resta-nos perguntar: o que deu errado? Por que a cidade não é esse ambiente acolhedor? Em que aspectos o seu desenho (como projeto ou forma) é inadequado?

Lynch (2007), no clássico *A boa forma da cidade*, é um dos primeiros urbanistas a mergulhar nessa questão. Segundo ele, um dos pontos cruciais seria constituir para o desenho da cidade “um conjunto de modelos

bem desenvolvido, que pudesse integrar a forma e o processo”. Para o desenvolvimento desses modelos, Lynch (2007) sugere refletir sobre sete dimensões. Destas, cinco dimensões de “execução”: (1) vitalidade; (2) sentido; (3) adequação; (4) acesso; (5) controle. E duas “meta-dimensões”: (6) eficiência e (7) justiça. O que propomos neste ensaio é revisitar as dimensões propostas por Lynch (2007) — como sendas a percorrer na busca de melhores modelos para nossas cidades — para pensá-las como distensões dos processos que engendram a regulação homeostática do nosso organismo. Partimos da hipótese de que algumas cidades, como no caso Poços de Caldas (MG), já congregam naturalmente — devido à sua gênese histórica e ao desenvolvimento do seu modelo de cidade — condições ambientais particularmente favoráveis à homeostasia de seus habitantes. Optamos pela seleção das duas primeiras dimensões, dentre as sete propostas por Lynch (2007), como ponto de partida da nossa análise: (1) vitalidade e (2) sentido. Neste capítulo, realizaremos aproximações entre vitalidade e homeostasia, e entre sentido e memória.

## **Vitalidade e homeostasia**

A primeira das dimensões de Lynch (2007) está justamente fundada nos aspectos mais essenciais à vitalidade dos seres humanos, assim que distendidos à cidade. Nessa perspectiva, o ambiente urbano precisa ser formatado de modo a reunir as melhores condições à manutenção da vida coletiva de um número expressivo de seres humanos. Ele será “um bom habitat se servir de apoio à saúde e ao bom funcionamento biológico do indivíduo e à sobrevivência da espécie” (LYNCH, 2007, p. 119). Trata-se, portanto, de qualidades que articulam o espaço, enquanto um suporte físico, para contribuir com a saúde dos seus habitantes. Ou seja, qualidades que relacionam os ambientes à saúde dos seus habitantes, nos seus potenciais usos motivados pelas configurações dos espaços e pelas formas urbanas.

A saúde é surpreendentemente difícil de definir. Muitos aspectos da saúde (e até mesmo a definição de saúde) depende mais da estrutura social do que da estrutura ambiental. Vamos concentrar-nos nos aspectos da saúde definidos de modo relativamente claro, aqueles que num grau importante dependem da natureza do ambiente espacial e têm raízes nas características universais da biologia humana, de tal maneira que são semelhantes em culturas diferentes. (LYNCH, 2007, p. 121).

Se questionarmos sobre o que é vital para a existência, vamos nos deparar com uma complexa gama de elementos do ambiente que são cruciais à saúde neuropsicofisiológica e, conseqüentemente, à sobrevivência dos habitantes na cidade. Nesse sentido, Lynch (2007) apresenta três características fundamentais do ambiente que privilegiam a saúde, o bom funcionamento biológico e a sobrevivência. Ou seja, características que transformam um local, um ambiente em algo adequado à vida. A primeira delas é a que o autor denomina como [1] sustentação. Esta inclui desde a localização dos aglomerados populacionais, sua ligação com o sítio, até o suporte a todas as redes de abastecimento e de afastamento, inclusive as características bioclimáticas — exposição do sol, circulação do ar e ainda sistemas de suporte ambientais e ecológicos. A segunda é a de [2] segurança e está baseada na ausência ou no controle de riscos, de elementos tóxicos e de doenças nos aglomerados populacionais. Esta característica também inclui a diminuição do próprio sentimento de medo de encontrar elementos tóxicos ou de contrair doenças por parte de seus cidadãos. Dentre seus fundamentos, destacam-se a prevenção, a defesa e os mecanismos de atenuação de impactos negativos e destrutivos. Ademais, estabelece forte relação com as próprias escolhas realizadas na gênese da instauração dos aglomerados, uma vez que muitas das ameaças à vida podem estar contidas nas características do sítio natural — é o caso das enchentes, dos maremotos, dos incêndios, dos terremotos e das erupções vulcânicas. A terceira característica cunhada por Lynch (2007) é a [3] consonância, e esta talvez

seja a que podemos relacionar mais diretamente aos conceitos neurocientíficos de homeostasia e de ritmo circadiano — relógio biológico que mantém nossas funções neurofisiológicas minimamente reguladas por um período aproximado de 24 horas (LEGATES; FERNANDEZ; HATTAR, 2014).

O ambiente espacial deve estar em consonância com a estrutura biológica básica do ser humano. Deve conduzir à manutenção da temperatura interna. Deve apoiar os ritmos naturais: dormir e acordar, alerta e desatenção. Deve fornecer um estímulo ideal de entrada sensorial: nem sobrecarregando uma pessoa, nem privando-a do estímulo adequado. (LYNCH, 2007, p. 119).

Por meio da consonância, a cidade, como artefato cultural da civilização humana, é construída à imagem e à semelhança do próprio ser humano. A partir desse entendimento, parâmetros projetuais como a escala mostram-se essenciais. Assim, as medidas da cidade deveriam sempre ser pautadas nas dimensões do corpo humano — inclusive para as diversas particularidades: se para homens, mulheres, crianças ou idosos. A princípio, esta parece ser uma diretriz simples de ser seguida. Entretanto, a civilização cria ferramentas e equipamentos em escalas muito maiores. Na antiguidade, havia os portos e as muralhas. Nas cidades atuais, por exemplo, há complexos aeroviários que ocupam extensões muito próximas da área total da cidade. Esses espaços tornam-se um desafio para a consonância, pois estabelecem uma ruptura de escala para os seres humanos e seus pequeninos corpos.

Outro parâmetro igualmente importante é o ritmo. O artefato cidade não é um objeto inanimado, muito ao contrário, ele é suporte de um intrincado balé de objetos e pessoas em movimento, atividades, dinâmicas, sons, odores, entre muitos outros elementos. As estações do ano se sucedem e alteram a paisagem da cidade. Ao mesmo tempo, essas variações sazonais impactam o organismo humano, atingem seus processos

metabólicos, ritmo circadiano, estados de humor e afetam seu sistema cognitivo-comportamental como um todo. O tempo cronológico dita esse e outros ciclos que regem os ritmos das cidades e os ritmos biológicos de seus habitantes. Lynch (2007, p.120) sugere que a boa forma urbana favorece uma harmônica consonância desses ciclos e ritmos.

Após esta breve visita às três características fundamentais da dimensão da vitalidade, na forma como foi proposta por Lynch (2007) para pautar a “boa forma da cidade”, percebemos o quanto elas são análogas às necessidades mais básicas para o funcionamento neuropsicofisiológico de nossos corpos. Inicialmente, o corpo humano precisa de água, energia, nutrientes e de condições que permitam o funcionamento de seus processos metabólicos — a sustentação [1]. Simultaneamente, precisa de abrigo e proteção contra as hostilidades e os perigos do mundo — a segurança [2]. Por fim, não bastam os suprimentos e a proteção, torna-se necessário também o espaço adequado em suas dimensões espaciais e temporais, em suas condições ambientais, em termos de temperatura e umidade, para que o corpo se movimente e repouse após a batalha diária pela manutenção dos próprios suprimentos e de sua proteção — a consonância [3]. Nesses três itens, estão reunidas as principais condições para que se estabeleça a homeostasia — processo de regulação metabólica que mantém o organismo em constante equilíbrio e que também pode ser compreendida como a capacidade do corpo de manter a sua estabilidade interna [*homeo*, similar + *stasis*, condição] (SILVERTHORN, 2003).

Em suma, verificamos que, no texto clássico de Lynch (2007), os aspectos considerados fundamentais para satisfazer “a boa forma da cidade” (aqueles que ele agrupa sob a dimensão vitalidade) correspondem às mesmas condições exigidas para a manutenção do equilíbrio homeostático dos seres humanos. Nesse sentido, podemos entender o grande objetivo da cidade como aquele que visa a funcionar tal e qual um equipamento

homeostático de larga escala para um coletivo de seres humanos. Entretanto, o próprio Lynch (2007, p. 120) pondera que “uma atenção contínua para com a cidade enquanto habitat vivo é, porventura, um elemento relativamente recente” e “estes requisitos vitais nem sempre têm sido os motivos orientadores dos construtores das cidades.”

Em suma, aproximarmos as pesquisas sobre a homeostasia que relacionam o corpo, a saúde e o ambiente com a questão da vitalidade discutida por Lynch (2007) é essencial para o desenvolvimento das atuais pesquisas sobre as cidades. Esses dispositivos urbanos que promovem o equilíbrio homeostático do corpo não podem ser tratados isoladamente, pois fazem parte de um pensamento complexo e transdisciplinar.

### **Sentido e memória**

A primeira dimensão que acabamos de discutir na seção anterior engendra em si uma questão que se resolve aqui, na dimensão que Lynch (2007) nomeia de “sentido”: a estabilização do ambiente que suporta a vida em um determinado ponto do espaço, num lugar. Essa estabilização traz consigo uma enorme vantagem: a perenidade. No contexto da dimensão anterior, da vitalidade, podemos imaginar suas condições atendidas até mesmo em agrupamentos humanos nômades, daquelas culturas que não se enraízam construindo cidades. Entretanto, o nomadismo, embora conveniente a essas comunidades, jamais se faz sem a sorte e o sem o dispêndio suplementar de energia. Por isso, as cidades são um degrau acima na escala civilizatória. Ao demarcar uma porção definida de espaço na superfície do planeta, estabelecendo cidades, uma civilização assegura o fornecimento e a manutenção das condicionantes para o equilíbrio homeostático dos seus seres humanos. Fortalece a garantia da saúde e da sobrevivência de seus habitantes e das suas gerações consecutivas. Novamente retornamos às motivações biológicas originais de nossa própria espécie impressas em nossa consciência e, por

consequência, em nossos padrões civilizatórios, no desenho e na forma do artefato humano que chamamos cidade.

A opção pela construção da vida em cidades a partir da seleção criteriosa de um sítio favorável em termos de defesa e de recursos — e da otimização de um sistema de fluxo permanente desses recursos e em constante adaptação — é o que gera o benefício da perenidade. As cidades, amontoados de pedras, tornam-se um intrincado e rico acervo de lugares, histórias e significados. A interação entre a estrutura material das cidades, seus edifícios, ruas e praças com os seres humanos e suas memórias (POLLAK, 1992; IZQUIERDO, 2011; LENT, 2010; 2019; HALBWACHS, 1990; COSENZA; GUERRA, 2011; ZUANON *et al.*, 2018; 2019; ZUANON *et al.*, 2019) fortalece percepções e sentimentos de proteção, continuidade e perenidade. “A identidade dos povos advém das memórias comuns a todos os seus integrantes. As memórias abarcam a história de cada cidade, país, povo, civilização, assim como as lembranças individuais dos animais e das pessoas [...]” (ZUANON *et al.*, 2018). Voltando à dimensão proposta por Lynch (2007), a forma mais simples de sentido é a identidade, entendida pelo conceito de *genius loci*, pelo qual o indivíduo “[...] consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais - como tendo um caráter próprio vívido, único, ou pelo menos particular [...]” (LYNCH, 2007, p.127). Essa ideia também se aproxima da definição proposta por Unwin (2013, p. 276), de que o lugar é “onde a mente toca o mundo”. Isso reforça a forte conexão que se estabelece entre a consciência do indivíduo e do coletivo de indivíduos, e o ambiente que os cerca. As múltiplas conexões, com um mesmo ponto do espaço, com um mesmo lugar, geram uma espécie de identidade coletiva, que é então retroalimentada pela memória coletiva (POLLAK, 1992). Nesse sentido, Halbwachs (1990) destaca a ideia de que não há memória coletiva que não se dê no contexto espacial. O autor esclarece que o espaço



é o cristalizador das imagens da permanência e da estabilidade legadas pelos grupos sociais. E são os “lugares da memória”, apropriados e preservados justamente por sua qualidade compartilhada, que diferenciam os espaços de lugares comuns ao atribuírem significado para apenas um indivíduo ou pequeno grupo.

Ao longo desta reflexão, olhar para os postulados de Lynch (2007) sob a perspectiva da neurociência tem se mostrado algo natural, dada a aderência entre as ideias desse autor clássico e os conceitos neurocientíficos abordados. Aqui, ao destrincharmos sua dimensão de sentido, percebemos conexões entre essa abordagem e as noções de *self* e de memória autobiográfica. No capítulo 8 de *A boa forma da cidade*, há várias menções à interconexão das dinâmicas e da estrutura morfológica da cidade com os processos corporais, mentais e emocionais dos seres humanos, as bases do *self*. Eis sua definição de aglomerado populacional:

A clareza com que ele pode ser apreendido e identificado, e a facilidade com que seus elementos podem ser ligados a outros acontecimentos e locais numa representação mental coerente do tempo e do espaço, e o modo como essa representação pode ser ligada a conceitos e valores não espaciais. Esta é a união entre a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e cognição. [...] A percepção é um ato criativo e não uma recepção passiva. (LYNCH, 2007, p. 127).

Em outros trechos, Lynch (2007) discute a dimensão temporal na composição da dimensão do sentido, o que pode ser claramente relacionado com o conceito de *self autobiográfico*. Segundo Damásio (2000), o *self autobiográfico* baseia-se na memória autobiográfica, que é constituída por memórias implícitas de múltiplos exemplos da experiência individual do passado e do futuro antevisto. Neste processo, gera-se o senso de identidade que, no caso da nossa análise, se estabelece com a cidade e com os múltiplos lugares inseridos em sua trama. Essa conec-

xão é realizada a partir dos respectivos sentimentos de pertencimento dinamizados entre todos esses locais e os habitantes, individualmente ou em grupo.

Entre a cidade e os seres humanos, um número incomensurável de interações acontecem. Nessas interações, os habitantes constantemente acessam suas memórias e o seu *self autobiográfico* por meio de seus mapas cerebrais. E, devido à complexidade do tecido urbano, uma nova questão emerge: a do seu desenho, que define a navegação e a orientação nessa trama espacial. Para se movimentar e se apropriar dos ambientes urbanos, os habitantes precisam evocar mentalmente os suportes e os símbolos relacionados a essa estrutura espacial. Sob esse ponto de vista, a dimensão do sentido proposta por Lynch (2007) exige que o artefato da cidade seja compreendido como um vasto e complexo tecido de elementos fixos e móveis, visíveis e invisíveis, que, por meio dos nossos sentidos, evocam nossas memórias do passado e dos futuros imaginados.

### **Modelos urbanos — análise de vitalidade/homeostasia e sentido/memória no desenho de Poços de Caldas**

Uma forma de endereçar a reflexão sobre a cidade, a metrópole e os seus paradoxos talvez seja nos voltar a um exercício intelectual realizado há séculos: pensar em modelos de cidades. Nossa proposta tem como objetivo pensar o modelo do ponto de vista da sua adequabilidade às próprias condições de homeostasia e de memória autobiográfica que fazem dele um modelo de cidade que satisfaz as dimensões sugeridas por Lynch (2007). Nesse sentido, um dos primeiros pré-requisitos para se pensar esse modelo é a sua escala, que deve ser mais próxima do ser humano, como já discutimos anteriormente. O modelo mais adequado não é, portanto, o da grande cidade ou da metrópole, e sim o de um pequeno ou médio agrupamento populacional. Podemos concluir que

uma bucólica cidade do interior ou uma vila à beira-mar possuem características ambientais, como modelo, que respondem melhor às duas dimensões discutidas — vitalidade/homeostasia e sentido/memória. Em termos de modelos urbanos, portanto, é necessário que sua escala seja concisa ou que sua estrutura formal seja coesa o bastante para que ele possa ser descrito por uma ou duas características peculiares. Quando isso ocorre, estamos diante de um modelo com características “especiais”. Nesse contexto, partimos da hipótese de que a cidade de Poços de Caldas, localizada no sul do estado de Minas Gerais, pode ser considerado um modelo especial de cidade: o modelo “vale nas montanhas”, que julgamos conter, em sua gênese, qualidades homeostáticas. Esse modelo consiste, em termos simplificados, de um sítio natural em que o aglomerado populacional implanta-se ao longo de um pequeno vale rodeado por uma cadeia de montanhas.

Com relação à dimensão vitalidade/homeostasia, com seus três grupos de características — [1] sustentação, [2] segurança, e [3] consonância —, a configuração do modelo “vale nas montanhas” pode trazer uma série de benefícios a ela associados. Ar com baixo índice de poluição, grande quantidade de nascentes, proteção aos ventos fortes, clima mais ameno, vegetação abundante são características de sustentação frequentemente presentes. No caso de Poços de Caldas, a cidade é historicamente conhecida pela qualidade de suas águas termais, cujas fontes e nascentes, com poderes de cura, foram responsáveis pela prosperidade do município desde o início do século XIX. O próprio desenho da cidade foi planejado com base na presença dessas fontes, que incluiu a implantação de um balneário utilizado para tratamento de doenças cutâneas no centro de Poços de Caldas. Das características de segurança, a própria cadeia de montanhas que circunda o vale pode ser compreendida como um elemento de proteção da cidade que, de certa forma, reverbera na sensação de segurança dos cidadãos. Essa

configuração define um platô em maior altitude e limites claros dados pelo relevo e remonta ao padrão medieval das cidades fortificadas. Finalmente, com relação às suas características de consonância, podemos citar, além da própria escala humanizada da cidade — há uma grande área caminhável no coração da cidade —, a maciça presença de parques e áreas verdes nessa área central (Figura 1). O desenho da cidade, notadamente em seu núcleo central e na extensão de todo o vale, é amigável ao pedestre, com a presença de passeios largos e aprazíveis ao longo dos parques e com algumas ruas muito arborizadas, como a Rua São Paulo. A consonância também é beneficiada pelo ‘ritmo mineiro’ da cidade, pelo seu clima ameno, pelas estações marcadas pelas floradas, o som dos sinos das igrejas e o vai vem turístico nos fins de semana.

**Figura 1 – Imagens da Praça Doutor Pedro Sanches e do Parque José Afonso Junqueira, que correspondem a um grande complexo de espaços verdes no centro de Poços de Caldas. Ao fundo, as montanhas da Serra de São Domingos, que protegem a orla norte da cidade**



Fonte: os autores

A combinação de todas essas características de vitalidade faz com que o modelo de cidade representado por Poços de Caldas possa ser considerado como altamente homeostático em termos de ambientes urbanos. Ou seja, as características do ambiente como vegetação, água pura, escala humana amigável, entre outras, presentes na cidade rever-

beram positivamente em seus habitantes e favorecem seus mecanismos homeostáticos.

Porém, o modelo, caracterizado por apresentar características de vitalidade bastante benéficas, é fortalecido quando nele encontramos também boas características de sentido. Estas últimas, o modelo só adquire com o passar dos anos e das décadas. Ao analisarmos sentido também devemos considerar um aspecto paradoxal. Embora as características de sentido só comecem a atuar em uma cidade com o tempo — quando as ruas, os edifícios, as praças vão sendo palco de acontecimentos da vida cotidiana, ou seja, da dinâmica urbana —, ainda assim alguns de seus aspectos são influenciados pelo desenho original da cidade, pelo seu traçado, ou ainda pelo processo que o segue, que é a própria construção da cidade, das suas praças, seus monumentos, seus edifícios.

No caso de Poços de Caldas, em seu modelo “vale nas montanhas”, a construção desse sentido remonta à própria descoberta de suas primeiras fontes, no século XVII, encontradas às bordas de uma caldeira vulcânica. Ou seja, a origem do seu sentido liga-se a uma das características da sua vitalidade, no caso, as águas termais. O traçado original da cidade inclui uma grelha ortogonal bastante regular no centro da cidade, junto à qual são instalados os primeiros equipamentos relacionados à saúde: os banhos termais. Em fins do século XIX e início do XX, Poços de Caldas foi ganhando nessa área, em pleno centro da cidade, melhoramentos arquitetônicos e urbanísticos planejados, que agregam espaços e edifícios de qualidade. Nos anos 1920, é construído o conjunto arquitetônico de Eduardo Pederneiras, composto por um hotel, o cassino e um invejável sistema de jardins e praças públicas. Em 1931, foram construídas as *Thermas Antônio Carlos*, um dos mais belos prédios da cidade. Esse desenho seria complementado ainda por alguns eixos axiais ao estilo das capitais barrocas europeias, que não apenas

conferem certa diversidade à grelha regular do centro, mas também fazem a costura entre ela e os monumentos e parques, além dos traçados orgânicos que envolvem essa área central (Figura 2).

**Figura 2 – Eixos axiais terminando em edifícios monumentais. Rua São Paulo e seu eixo de perspectiva com o Hotel Palace. Rua Prefeito Chagas e seu eixo de perspectiva com as Thermas**



Fonte: os autores

O que descrevemos sugere uma estratégia urbanística longa, contínua e meticulosa que resulta em um desenho que logra constituir ambientes urbanos de qualidade e, portanto, propícios a uma homeostasia que favorece igualmente a cidade e os seus habitantes. Entretanto, mais que uma estratégia, trata-se de um processo ou de um jogo de poderes concentrados e dispersos que atua no desenvolvimento da cidade e dos seus tecidos urbanos. E esse resultado, essa coesão, essa harmonia, com certeza somente pôde ser alcançado porque os agentes do jogo tinham em mente um objetivo comum: o modelo da cidade-saúde encravada em um vale nas montanhas e repleta de fontes “milagrosas”. Finalmente, ao compormos a tríade com o artefato físico e o processo utilizado para construí-lo, devemos considerar os cidadãos com as suas memórias, com os seus *selfs biográficos*. Assim, o modelo urbano, introspectado nos *selfs* de seus cidadãos, convoca as qualidades do sentido, que conferem à cidade suas características únicas (Figura 3).

**Figura 3 – Imagem-síntese do desenho da área central de Poços de Caldas. [1] Vitalidade: proteção da serra, fontes naturais, sistema de áreas verdes. [2] Sentido: Grelha central, edifícios monumentais, eixos axiais**



Fonte: adaptado de OpenStreetMap

## Considerações Finais

Ao longo dos últimos anos, como pesquisadores e docentes da Universidade Estadual de Campinas (SP), temos exemplificado, na disciplina introdutória de urbanismo, casos de cidades do mundo que são famosas pelo seu desenho e, de certa forma, pelo seu modelo. Algumas delas são grandes cidades, como Amsterdã, conhecida como “a Veneza do norte” pelos seus canais; Barcelona, do Plano Cerdà e seus quarteirões chanfrados; ou Nova York, com sua famosa ilha de Manhattan, em cujo centro temos o espetacular Central Park. Frente a estes lugares, o exemplo que trouxemos aqui é o da modesta Poços de Caldas. Na nossa hipótese, o modelo em escala menor já é um primeiro aspecto que favorece o estabelecimento de melhores condições para o equilíbrio homeostático de seus habitantes. Entretanto, reconhecemos que a natureza e a clareza do modelo para os seus cidadãos revelam-se como os

requisitos primordiais. E, se por um lado, os aspectos da dimensão da vitalidade estão ligados a condições bastante objetivas para o suporte da vida urbana como um todo, da saúde e da qualidade de vida das pessoas, por outro, os aspectos do sentido incitam-nos a prospectar questões menos evidentes, mas que têm profundo impacto na forma como os habitantes percebem, sentem e consolidam as memórias das interações com sua cidade. Nesse sentido, o reconhecimento de um modelo especial de cidade, introspectado nos *selfs autobiográficos* de seus habitantes e com a homeostasia refletida em seu desenho, é considerado por nós como o primeiro passo na busca da “boa forma da cidade” que tão obstinadamente foi iniciada por Lynch (2007).

## Referências

- BEAR, M. F; CONNORS, B. W; PARADISO, M. A. **Neurociências:** desvendando o sistema nervoso. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2017.
- COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação:** como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DAMÁSIO, A. R. **O mistério da consciência:** do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- DAMÁSIO, A. R. **Em busca de Espinosa:** prazer e dor na ciência dos sentimentos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DAMÁSIO, A. R. **E o cérebro criou o homem.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes:** emoção, razão e o cérebro humano. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução: Laurent Leon Schaffer. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.



- IZQUIERDO, I. **Memória [Memory]**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- LEGATES, T. A.; FERNANDEZ, D. C.; HATTAR, S. Light as a central modulator of circadian rhythms, sleep and affect. **Nature Reviews Neuroscience**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. 443-454, 2014.
- LENT, R. **Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- LENT, R. **O cérebro aprendiz: neuroplasticidade e educação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.
- LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia humana: uma abordagem integrada**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.
- UNWIN, S. **A Análise da arquitetura**. [S. l.]: Bookman Editora, 2013.
- ZUANON, R. *et al.* Drawing memories: intersections between the sites of memory and the memories of places. **Lecture Notes in Computer Science**, [S. l.], v. 1, p. 375-394, 2018.
- ZUANON, R. *Z. et al.* Architecture in mind: elderly's affective memories and spatial perceptions of a downtown area. **Lecture Notes in Computer Science**, [S. l.], v. 1, p. 1, 2019.
- ZUANON R.; OLIVEIRA, M. R. S.; FERREIRA C.L.; MONTEIRO E.Z.; GALLO H. Memories and brain maps. *In*: Duffy V. (ed.). Digital human modeling and applications in health, safety, ergonomics and risk management: human body and motion: HCII 2019. **Lecture Notes in Computer Science**, [S. l.], v. 11581, p. 509-523, 2019. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-22216-1\\_37](https://doi.org/10.1007/978-3-030-22216-1_37)



# A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS POPULARES: TENDÊNCIA DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR NA CIDADE MÉDIA

*Gustavo Reis Machado  
Pamela Mayara Garcia Xavier  
Vanessa Silva de Lima*

## **Introdução**

A fragmentação do espaço das cidades brasileiras é marcada especialmente pelas novas configurações de habitações, a exemplo dos condomínios fechados. Mas não são somente as classes com maior poder aquisitivo que se agrupam nesse confinamento espacial voluntário, existe também outra parcela da população que anseia pelo mesmo padrão de autosegregação, estimulando o desenvolvimento de condomínios populares.

A promoção desses empreendimentos, antes situados apenas em cidades de grande porte, expandiu-se também para as cidades médias, como é o caso do município de Pouso Alegre, localizado ao Sul de Minas Gerais. A procura por condomínios populares revela a aspiração pela segurança e qualidade de vida provinda dos espaços de lazer oferecidos, que justificam a segregação socioespacial e a fragmentação urbana.

Pouso Alegre, como uma cidade média, narra esse novo contexto do habitar em seu espaço urbano, possuindo diversos condomínios fechados populares em sua extensão, o que é estimulado pelo setor imobiliário. A construção dessa tipologia habitacional já está presente em

diversas zonas da cidade, como mostra a Figura 3, resultado do trabalho de Iniciação Científica do curso de Engenharia Civil, que buscou mapear a produção de condomínios fechados com arruamento em Pouso Alegre, bem como refletir sobre essa nova forma de habitar.

Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre a produção de moradia na cidade média referente a esse modelo de produção de moradia, apresentando um levantamento correspondente ao número de empreendimentos populares, à quantidade de unidades habitacionais e à localização desses condomínios na cidade.

### **Mapeamento da produção habitacional multifamiliar em Pouso Alegre**

Devido ao rápido crescimento das cidades médias, torna-se nítido que as habitações representam uma necessidade básica, todavia também revelam a busca por posicionamento social com diversas variações que dependem do poder aquisitivo da população. Diante dessas diferentes tipologias de construção do espaço de habitar, a produção imobiliária de condomínios populares destinados à classe que possui renda necessária para participar desse tipo de programa tem crescido de forma exponencial, conforme mostra a Tabela 2, o que vem interferindo na escala da cidade.

Sposito (2009) define as cidades médias como cidades que cumprem papéis mais complexos em seus sistemas urbanos, e um dos fatores que justificam essa complexidade é o tamanho demográfico. Na década de 1970, as cidades passaram por um acelerado processo de urbanização, atraindo fluxos migratórios, o que culminou em diversas mudanças, por exemplo, na forma de se produzir moradias.

Com a expansão das cidades, ocorre um fenômeno conhecido como segregação socioespacial, que, como explica Villaça (2001), é um processo que aloca pessoas de uma mesma classe social com culturas pareci-

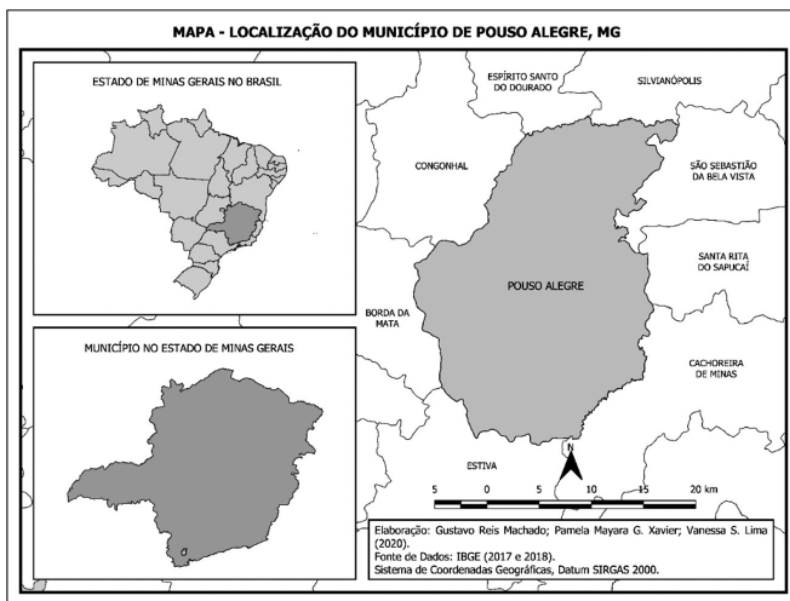
das e, concomitantemente, exclui indivíduos e espaços de uma mesma sociedade. Os condomínios populares fechados configuram um novo padrão de segregação residencial, que representam uma diferenciação social e alteram o espaço urbano.

Esses condomínios expressam a vida delimitada e isolada por muros, e são definidos por Caldeira (2000) como enclaves fortificados que destacam o valor do que é privado e restrito, e se opõem à cidade, desvalorizando o que é público e aberto. Caldeira (2000) também articula essa nova configuração de habitação em cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços.

A forma contemporânea desse habitar constitui nos condomínios populares fechados uma “minicidade”, um “espaço autossuficiente”, o que é uma tendência em cidades médias, a exemplo do município de Pouso Alegre, justificada pela segurança e qualidade de vida, perfeitamente demonstrada em anúncios imobiliários que preconizam um estilo de vida diferenciado e superior ao da cidade, mesmo com as construções dentro dela.

O município Pouso Alegre está situado na latitude 22°13'48" sul e a longitude 45°56'11" oeste, estando a uma altitude de 832 metros. Geograficamente, Pouso Alegre está posicionada a 180 quilômetros de São Paulo, a 373 quilômetros de Belo Horizonte e a 391 quilômetros do Rio de Janeiro, portanto está circunscrita entre os principais centros do Sudeste do Brasil. A Figura 1 ilustra o mapa de localização do município em relação ao Brasil e ao estado de Minas Gerais, demonstrando também as cidades vizinhas.

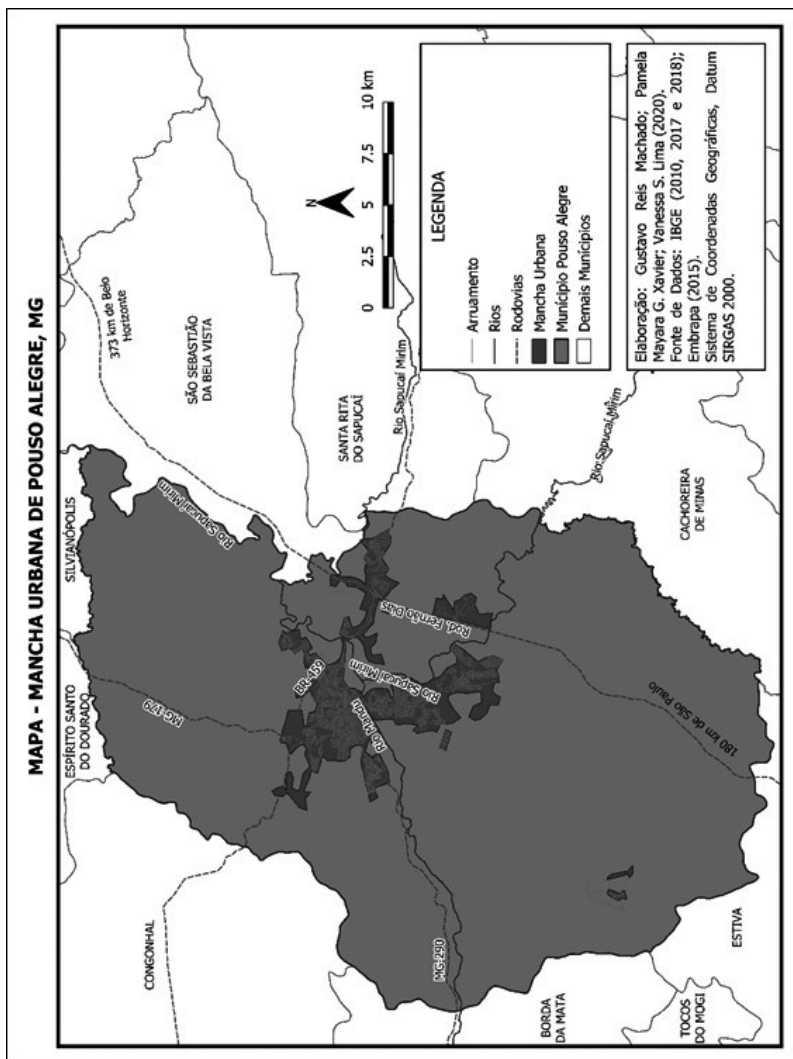
**Figura 1 – Mapa de localização do município de Pouso Alegre**



Fonte: os autores

O perfil econômico de Pouso Alegre baseia-se principalmente na atividade industrial e na prestação de serviços. Por estar localizado à beira da Rodovia Fernão Dias e ser cortado pelas rodovias estaduais MG-290 e MG-179, o município possui ligações diretas com grandes centros consumidores, motivo pelo qual não somente as indústrias se instalam na cidade, mas também inúmeras empresas de logística. Já em relação à prestação de serviços, a cidade é referência nas áreas de saúde e comércio, oferecendo diversos serviços para cidades vizinhas. A Figura 2 mostra a mancha urbana da cidade em 2015, as rodovias e os rios Sapucaí-Mirim e Mandu que cortam o município.

Figura 2 – Indicação da mancha urbana de Pouso Alegre



Fonte: os autores

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Pouso Alegre possuía uma população de 130.615 habitantes (IBGE, 2010). Todavia, a população estimada, em 2019, é de 150.737 habitantes, cerca de 20 mil a

mais se comparadas ao Censo de 2010. A Tabela 1 evidencia o aumento populacional com base nos censos de 1970 a 2010.

**Tabela 1 – Crescimento populacional de Pouso Alegre (1970-2010)**

<b>Ano</b>	<b>População Urbana (hab.)</b>	<b>População Rural (hab.)</b>	<b>Total (hab.)</b>
1970	29.208	8.864	38.072
1980	50.813	6.551	57.364
1991	74.322	7.514	81.836
2000	97.597	8.990	106.587
2010	119.602	10.984	130.586

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

Em Pouso Alegre, a disseminação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desde o ano de 2009, equipara-se a uma produção em massa e seriada de condomínios residenciais multifamiliares fechados. Na Tabela 2 foram reconhecidos 22 empreendimentos localizados na cidade, totalizando 4.104 unidades habitacionais. Para esse levantamento, somente foram considerados os condomínios fechados de edificações multifamiliares e com arruamento, o recorte se deu pelo expressivo número desse modelo de habitação na paisagem urbana.

**Tabela 2 – Condomínios residenciais multifamiliares fechados em Pouso Alegre/MG**

<b>Nº*</b>	<b>Condomínios</b>	<b>Situação</b>	<b>Quantidade de Unidades Habitacionais</b>	<b>Ano de Conclusão da Obra</b>
1	Portal Bela Vista	Concluído	320	2012
2	Jardim Baronesa I	Concluído	160	2013
3	Jardim Baronesa II	Concluído	160	2014
4	Portal Oriente I	Concluído	192	2015
5	Portal Oriente II	Concluído	160	2015



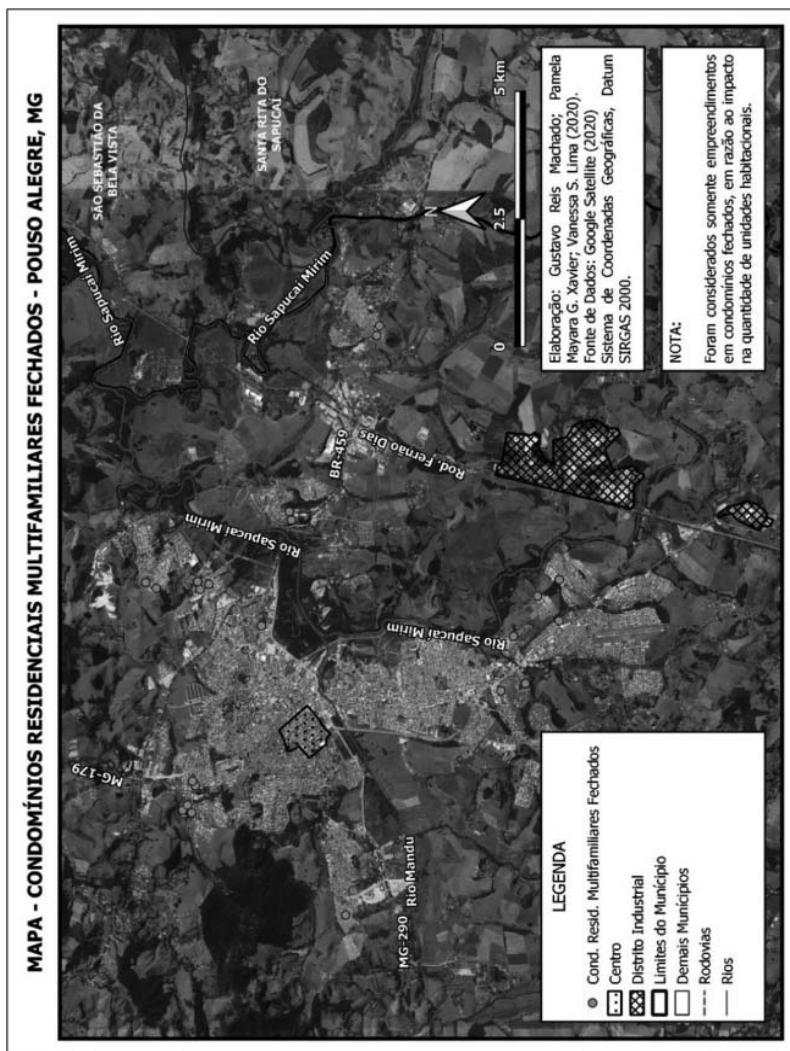
6	Portal Bandeirantes	Concluído	240	2015
7	Residencial Santa Edwiges	Concluído	48	2016
8	Residencial Ramos Scodeler	Concluído	64	2016
9	Portal Solar das Turquesas	Concluído	224	2017
10	Portal Solar da Ametistas	Concluído	176	2017
11	Greenville Fátima	Concluído	144	2018
12	Greenville Recanto dos Fernandes	Concluído	72	2018
13	Alto das Oliveiras	Concluído	144	2018
14	Residencial Parque das Flores	Concluído	48	2019
15	Portal Recanto das Camomilas	Concluído	288	2019
16	Portal Recanto das Margaridas	Concluído	288	2019
17	Portal Recanto das Jades	Concluído	336	2019
18	Portal Recanto das Hortênsias	Concluído	272	2020
19	Village Sion	Em processo de conclusão	144	-
20	Portal Recanto da Camélias	Em construção	192	-
21	Residencial Villa Verde	Em construção	240	-
22	Solar das Palmeiras	Em construção	192	-

Fonte: os autores

Esses empreendimentos estão localizados em diversos pontos da cidade de Pouso Alegre, em especial nas zonas sul e noroeste, conforme ilustra a Figura 3; em sua maioria, distantes do centro histórico e próximos de novas centralidades da cidade (ANDRADE, 2014), como do

bairro Foch, na zona sul, e a região da Avenida Tuany Toledo, noroeste da cidade; ambos os pontos com uma grande variedade de comércios e serviços, na presença de grandes marcas, bancos e hipermercados.

**Figura 3 – Condomínios residenciais multifamiliares fechados – Pouso Alegre/MG**



Fonte: os autores

Os condomínios populares presentes em Pouso Alegre evidenciam a preponderância de um cenário capitalista com foco na produção em grande escala de unidades habitacionais. Desse modo, há a promoção do exercício de construtoras e incorporadoras que optam pela construção de moradias no formato de condomínios verticalizados fechados.

O PMCMV estrutura-se na financeirização da produção habitacional, que anuncia o protagonismo do mercado privado pautado na lucratividade, o que traz problemas em relação à qualidade construtiva e urbanística das habitações, além de serem construídas em locais distantes das centralidades consolidadas, dificultando o acesso a serviços públicos essenciais (SHIMBO, 2012).

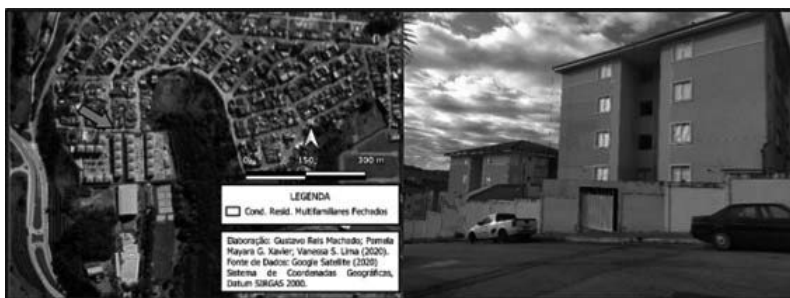
Rolnik (2014) admite que a realização do PMCMV objetiva a produção em larga escala sem a preocupação com a compreensão das realidades locais, incorporando empreendimento predominantemente em forma de condomínios fechados, com certo padrão de tipologia construtiva. Essa predominância acarreta traços territoriais que promovem o confinamento social, atrelada aos espaços de lazer privados, a segregação espacial e a geração de vazios urbanos.

Amore *et al.* (2015) classificam os empreendimentos condominiais em contíguos e agrupados com a finalidade de configurar a extensão territorial e o dano causado no espaço urbano pela inserção desses condomínios. Os empreendimentos contíguos são os contratados pela mesma construtora, com nomes similares e situados em lotes adjacentes, conforme ilustram as figuras 4, 6 e 8 para a realidade de Pouso Alegre.

No que diz respeito aos agrupados, esses podem ser contratados pela mesma construtora ou por construtoras diferentes e estão localizados próximos, entre um raio de 250 metros a um quilômetro, a depender da proporção do município (SHIMBO, 2012). As figuras 7 e 8 demonstram esses condomínios em Pouso Alegre. Aqueles que não são definidos em contíguos ou agrupados são considerados isolados, conforme exemplifica a Figura 5.

A propagação desordenada dos condomínios fechados causa consequências à qualidade do espaço urbano, por exemplo, a grande dimensão dos lotes, que dificulta a integração desses empreendimentos com o entorno do bairro em que foi implantado. Além disso, a utilização de muros extensos no perímetro do condomínio prejudica a utilização das calçadas pelos pedestres. A Figura 4 demonstra esse contexto dos dois condomínios situados no bairro Belo Horizonte em Pouso Alegre, a seta indica a referência da fotografia.

**Figura 4 – Condomínio Residencial Multifamiliar Fechado — Bairro Belo Horizonte, Pouso Alegre, Minas Gerais**



Fonte: os autores

As ruas próximas aos condomínios tornam-se ociosas, ampliando o sentimento de insegurança na cidade. Gehl (2013) demonstra essa preocupação com o pedestre e com a vivacidade do espaço urbano e reforça que uma cidade segura pode ser potencializada quando as pessoas se movimentam e permanecem nos espaços públicos. A Figura 5 indica uma rua sem saída acometida pela inserção de um condomínio fechado no bairro Jardim Flamboyant em Pouso Alegre, demonstrando a geração de espaços de insegurança no contexto da cidade.

**Figura 5 – Condomínio residencial multifamiliar fechado – Bairro Jardim Flamboyant, Pouso Alegre, Minas Gerais**



Fonte: os autores

No que tange à implantação de condomínios fechados, as construtoras admitem soluções construtivas que possam potencializar os rendimentos na execução e gestão de obras, por isso busca extinguir impasses em relação à legalização dos terrenos, dando, portanto, preferência na construção dos condomínios em uma mesma faixa de terra (SHIMBO, 2010). No bairro Recanto dos Fernandes, situado na zona noroeste de Pouso Alegre, encontra-se a inserção de três condomínios fechados contíguos (Figura 6).

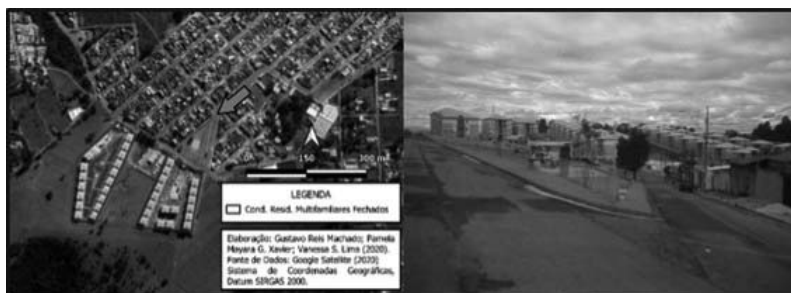
**Figura 6 – Condomínio residencial multifamiliar fechado – Bairro Recanto dos Fernandes, Pouso Alegre, Minas Gerais**



Fonte: os autores

O padrão na tipologia das construções que compõe esses condomínios, por vezes, apresenta uma implantação que não favorece o conforto ambiental, além de afetar a qualidade urbanística dos bairros onde as construções são inseridas. A Figura 7 demonstra a proximidade de empreendimentos presentes no bairro Jardim São Francisco, que se diferem do gabarito do bairro. Na Figura 8, no bairro Cidade Jardim, a cerca de 10 quilômetros do centro da cidade, foram locados dois empreendimentos em sua borda. É possível verificar o impacto visual provocado por esses condomínios na escala do bairro.

**Figura 7 – Condomínio residencial multifamiliar fechado – Bairro Cidade Jardim, Pouso Alegre, Minas Gerais**



Fonte: os autores

**Figura 8 – Condomínio residencial multifamiliar fechado – Bairro Jardim São Francisco, Pouso Alegre, Minas Gerais**



Fonte: os autores

## Considerações Finais

Sintetizando os resultados das análises que foram realizadas, identificou-se primeiramente o impacto desses empreendimentos em Pouso Alegre. A cidade conta com 22 condomínios populares fechados pertencentes ao PMCMV, construídos entre os anos 2012 e 2020, e se trata de empreendimentos situados em grandes lotes com seu perímetro delimitado por muros extensos, o que revela o desprezo com o entorno, a rejeição à participação da vida pública e o sentimento de superioridade em relação ao bairro.

A maioria dos condomínios está localizada distante do centro da cidade, em razão do fato do menor valor aquisitivo dos terrenos. Nota-se também que a estratégia de se construir dois ou mais empreendimentos em terrenos vizinhos ou próximos torna-se um hábito das construtoras, devido ao interesse comercial e à diminuição de custos. Porém, essa ação é prejudicial ao tecido urbano da cidade, pois leva à fragmentação socioespacial, impactando a qualidade de vida dos moradores dos arredores desses condomínios.

Finalmente, observa-se que esses empreendimentos seguem uma tendência para a produção imobiliária de Pouso Alegre, proliferando-se em diversos bairros e alterando a textura das adjacências de sua inserção. Essa alteração reflete diretamente na paisagem do espaço urbano, criando uma paisagem fragmentada e discrepante no entorno.

## Referências

AMORE, C. S. *et al.* **Minha casa... e a cidade**: avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, A. C. **Pouso Alegre (MG)**: expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: 1970. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: 1991: resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: 2000: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Minas Gerais: Pouso Alegre: panorama. [S. l.], [2010]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pouso-alegre/panorama>. Acesso em: 17 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico: 2010/IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230>. Acesso em: 17 ago. 2020.



ROLNIK, R. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. São Paulo: FAU/USP, 2014.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.



# DO ARRAIAL AO BOULEVARD: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DAS PRAÇAS DR. AUGUSTO SILVA E LEONARDO VENERANDO NA CIDADE DE LAVRAS, MG

*Janaina Faleiro Lucas Mesquita  
Marisa Aparecida Pereira  
Vasco Caldeira da Silva*

*A igreja matriz está em uma planície, ao canto de um arraial agradável e em cujo princípio tem a capela de Nossa Senhora do Rosário, pequena e com alguma decência.*

*(Dom Frei José da Santíssima Trindade)*

## **Introdução**

Este trabalho é resultado de reflexões acerca da relevância do patrimônio ambiental urbano constituído pelas Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando, na cidade de Lavras, enquanto índice privilegiado da evolução da vida urbana local em seus múltiplos aspectos. Entende-se aqui esse patrimônio ambiental urbano como paisagem construída e, ao mesmo tempo, como ambiente cultural; como um sistema de relações entre bens materiais e imateriais, expressivo da permanente ação transformadora da sociedade local com relação a si mesma e, conseqüentemente, com relação às suas representações simbólicas. Estas estão traduzidas neste estudo na arquitetura dos edifícios, nos arranjos do espaço público e nas formas de apropriação de ambos pelas práticas sociais nos últimos 100 anos. Trabalha-se, portanto, dentro do marco

teórico do conceito de “paisagem cultural”, tal como vem sendo debatido e apropriado no Brasil (BARCI; CASTRIOTA, 2017).

Dessa forma, o objetivo geral do estudo foi o de realizar uma leitura das transformações desse cenário urbano, apontando e qualificando as transformações sofridas ao longo do tempo e procurando relacioná-las com aspectos igualmente observáveis na documentação examinada afetos às relações desse conjunto urbano com o restante da cidade. Para tanto, foram reunidas, organizadas e esmiuçadas dezenas de fotografias provenientes de acervos de domínio público, além de notícias históricas recolhidas de diferentes fontes e confrontadas para formular uma hipótese de linha do tempo crítica como referência para as atuais e outras futuras interpretações.

Nesta análise da documentação fotográfica foram considerados os aspectos físicos do ambiente urbano, como a arquitetura dos edifícios, os elementos da morfologia e da funcionalidade urbana (sistema viário, passeios, meios de transporte, mobiliário urbano, iluminação pública, paisagismo etc.), assim como o registro da atividade humana na sua intensidade e qualidade ao longo do tempo.

As praças possuem um papel fundamental nas cidades, locais que sintetizam melhor do que outros as diversas formas de interação entre cultura, meio ambiente e sociedade ali praticadas. Nesse sentido, podem ser consideradas como reveladoras de aspectos essenciais da identidade cultural de uma população, constituindo repositórios de elementos que ancoram simbolicamente a memória coletiva, evocando uma história comum e ativando o sentido de pertencimento e de coesão social. No caso de Lavras, esse conjunto das duas praças centrais e históricas, indissociáveis no tempo e no espaço da sua configuração e de suas transformações, constitui o mais importante espaço público de referência da cidade, testemunho ainda potente em seus elementos comunicativos das principais etapas de constituição da entidade urbana atual.

Com isso, torna-se oportuno e importante o estudo e entendimento da sua constituição para fundamentar qualquer ação educativa, capaz de despertar a consciência da necessidade de preservação de elementos cujo valor possa vir a ser reivindicado pelos cidadãos hoje e no futuro.

O conceito e as primeiras propostas de proteção à paisagem cultural surgiram nas Organizações das Nações Unidas (Unesco) nos anos 1990 e chegaram ao Brasil em 2009, com a incorporação de um novo instrumento de preservação patrimonial na Portaria n.º 127, do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), que institui a chancela de paisagem cultural no cenário nacional. Essa portaria, junto com os conceitos apresentados pela Unesco, afirma que a paisagem cultural será representada por uma parcela espacial do território criada pelo homem com significados e valores naturais e sociais para uma determinada porção da sociedade (SCIFONI, 2016).

A paisagem cultural integra, portanto, relações sistêmicas entre valores patrimoniais de natureza material e imaterial, revelando-nos, neste caso, aspectos da dinâmica das cidades, nas transformações e permanências sofridas no decorrer do tempo na sua espacialidade e na sua forma de produção/apropriação. Assim, o conjunto urbano das Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando localizadas na área central da cidade de Lavras, mesmo não inscrito como paisagem cultural em nenhuma instância do poder público, ao constituir um recorte preciso de porção significativa da sua ambiência, merece ser considerado como um bem cultural, passível de ser conhecido, valorizado e protegido enquanto “paisagem cultural” dentro da cidade que centraliza e representa. Afinal, nessas “porções do território” projetadas, criadas e modificadas pelo homem, muitas vezes se identificam padrões de relação entre os grupos humanos e o meio físico, ao modelá-las de forma dinâmica e imprimir marcas que ali sedimentam valores referenciais para a vida dos cidadãos.

Nesse contexto, as Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando, objeto de observação deste estudo, possuem papel primordial na cidade de Lavras, é o lugar onde se realizam, desde sua origem, alguns dos eventos mais marcantes na vida da cidade, ao mesmo tempo que constitui a área envoltória do único bem cultural de Lavras, tombado no âmbito federal: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, antiga Capela de Sant'Anna e ex-matriz da cidade. Todo o contexto histórico dessas praças faz delas marcos históricos e simbólicos da cidade, constituindo referência essencial para a memória de seus moradores. O local foi escolhido para a realização deste trabalho devido a sua relevância histórica, cultural e ambiental.

### **Desenvolvimento urbanístico de Lavras**

Lavras é uma cidade de aproximadamente 100 mil habitantes, com uma unidade territorial de 564,744km<sup>2</sup>, localizada no sul do estado de Minas Gerais e há 240 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Ela surgiu a partir do Arraial dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil, fundado no ano de 1729 por paulistas que estavam na região em busca de ouro e pela abertura de novos caminhos (COSTA, 1911). No ano de 1831, arraial passou à condição de vila, tornando-se cidade em 1868 com o nome oficial de Lavras (LAVRAS, 2017). No ano de 2020, a cidade é reconhecida especialmente como polo de referência em educação pelas escolas e instituições de nível superior nela instaladas, o que aumenta ainda mais a importância de aprofundar o conhecimento de sua história e seu patrimônio cultural.

Quase um século depois de iniciado o seu povoamento, pouco antes de ascender à condição de vila, por volta de 1824, o sítio histórico da fundação de Lavras era descrito por Frei José da Santíssima Trindade (ver a epígrafe deste artigo) como um arraial agradável e plano, deli-

mitado por duas igrejas situadas em suas extremidades, o que reforça o caráter confessional do primitivo arranjo urbanístico que deu origem ao núcleo urbano.

O relato, escrito pelo enviado do Bispado de Mariana para vistoriar todas as freguesias das Minas Gerais, faz referência ao grande espaço plano e desimpedido, situado diante da antiga Matriz, estendendo-se e estreitando-se mais além, para sul, até o “princípio”, no qual descreve a antiga Capela do Rosário, erguida por volta de 1810 e demolida em 1903 para a construção da nova Matriz de Sant’Anna. A menção ao aspecto agradável justifica-se por certo respeito ao sítio alto, ensolarado e arejado, amplo e apto a receber procissões, característica corroborada por Cláudia Damasceno Fonseca, no clássico *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas minas setecentistas*, que, citando o Dicionário Histórico Geográfico de Waldemar de Almeida Barbosa, faz referência às grandes proporções da velha matriz e “as comodidades” oferecidas por esse dispositivo arquitetônico e urbanístico original, constituído pelo primitivo templo e seu adro (FONSECA, 2011). De algum modo, essa largueza original aliada ao grande impulso inicial ao povoamento faz com que o arraial assumia a sede da Freguesia em lugar de Carrancas, já em 1760.

Em 1754, ano da consagração da velha Matriz (hoje Igreja do Rosário), estima-se em 43 o número de casas ou fogos que compunham o povoado. Nessa fase inicial, ao contrário de outros núcleos setecentistas brasileiros, cuja fundação esteve mais diretamente associada à ação da Coroa, não há registro de nenhum outro tipo de edifício público (casa de câmara, cadeia, mercado) para além das duas igrejas mencionadas. Em 1832, já seriam 245 os “prédios” da recém promovida vila, e outras igrejas vão surgindo: Mercês, em 1819; Capela de Santo Antônio, em 1848. Apenas em 1854, a Câmara Municipal, até então funcionando em diversas residências particulares, adquire, mediante subscrição pú-

blica, um imóvel particular, situado na Praça Municipal, para ali instalar o primeiro edifício público civil da futura cidade (COSTA, 1911, p.134-135). Note-se que também neste caso o lugar escolhido foi o entorno imediato do primitivo “arraial”, hoje conjunto urbano constituído pelas duas praças aqui estudadas. Em 1862, mais uma vez, em uma ação de foro privado, constituiu-se uma associação particular, por meio de ações, para construir o Teatro Municipal, inicialmente chamado Theatro de Sant’Anna, situado na rua de mesmo nome, onde mais tarde iria se erguer a nova Matriz da cidade, em substituição à primitiva Capela do Rosário.

Da mesma forma como o verificado com os primeiros edifícios públicos da cidade, também as primeiras grandes iniciativas de embelezamento do espaço público são todas elas realizadas no entorno da acrópole lavrense, denotando a primazia cívica e simbólica desse lugar para a cidade, como veremos a seguir.

### **Do arraial setecentista ao boulevard da belle époque**

O espaço vazio e alongado que hoje reúne as Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando sempre ali esteve, desde os primórdios do povoado, como se viu. Sua ocupação e tratamento urbanístico é que foi se realizando por partes e acabou, nos dias atuais, por caracterizar um conjunto indissociável. Para essa unificação, muito colaborou a afirmação progressiva da importância das vias públicas que o delimitam, longitudinalmente, cujo desenho e forma de pavimentação foi sendo modernizada sucessivamente ao longo do tempo. De acordo com Silva, Paiva e Tavares (2017), entre os anos de 1908 e 1940 o espaço correspondente à atual Praça Leonardo Venerando foi considerado como um prolongamento da Praça Dr. Augusto Silva, tendo recebido diversas nomenclaturas: Largo do Rosário, entre 1818 e 1908; Praça da Bandeira, entre 1940 e 1994.



No entanto, mais que uma sucessão de praças, o conjunto aqui estudado, pela sua conformação física e pelo modo como foi e continua sendo apropriado pela população, assemelha-se mais a um boulevard, com suas duas pistas de circulação automotiva bastante largas em sentidos contrários, separadas por um ajardinamento de largura e características variáveis ao longo do seu desenvolvimento e bordejadas por significativos edifícios da cidade.

No início do século 20, a área correspondente à atual Praça Dr. Augusto Silva constituía um local de intensa atividade social. Essa atividade era herdeira da primitiva função de adro da antiga matriz, local de realização de festejos e celebrações de caráter religioso. Essa funcionalidade do amplo espaço existente diante do templo teve destacado papel na promoção muito precoce da Matriz, a sede da Freguesia de Carrancas. Eram raras as velhas matrizes que dispunham de uma inserção urbana como essa.

Somando-se ao seu uso religioso tradicional e com o intuito de promover em Lavras um tipo de “embelezamento” muito característico da nova linguagem urbanística nascente, a 29 de novembro de 1908, inaugura-se ali o Jardim Municipal e as demais benfeitorias ao redor do que passaria a se chamar a Praça Dr. Augusto Silva. Pouco depois, em 1909, o mesmo local recebe a primeira instalação de iluminação pública à eletricidade. Na noite de 24 de julho de 1909, uma grande concentração de habitantes assistiu, surpresa e entusiasmada, ao acionamento da iluminação do Jardim e de cerca de 60 residências particulares em um dos momentos memoráveis da história da cidade e desse lugar. Para grande parte dos presentes, a iluminação elétrica era até ali desconhecida (JORNAL DE LAVRAS, 2016).

Era o resultado da transformação definitiva do rústico terreno em um espaço público moderno, inspirado nos melhoramentos então em voga nas grandes cidades, com grande destaque para a introdução de

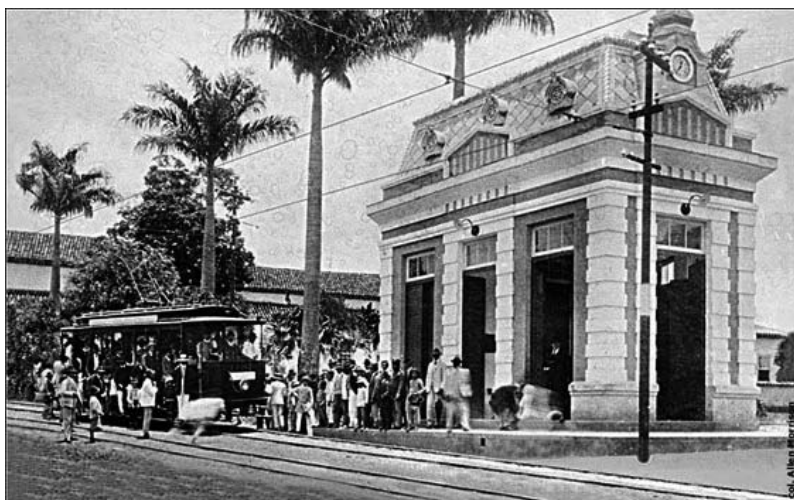
um conceito novo de paisagismo urbano, quase tão surpreendente quanto a iluminação elétrica das suas alamedas. Outro elemento que deve ser destacado é a introdução dos passeios públicos, ao promover, pela primeira vez, a separação física entre a circulação de pedestres e a de veículos de toda a sorte, inaugurando o hábito muito cosmopolita do *footing*, o passeio dominical ou de sábado à noite, prática não mais dependente nem dos rituais religiosos nem do movimento comercial. Trata-se de uma nova dimensão da vida urbana, traduzindo uma nova forma de apropriação coletiva do espaço público, que nunca mais iria se descolar da vocação dessa região da cidade de Lavras.

Antes de Jardim Municipal, o local já fora conhecido como Largo da Matriz, Praça Central, numa sucessão de denominações funcionais significativas, que denota a importância atribuída a essa porção da cidade, pelos poderes públicos e pela população, como símbolo de uma identidade local. O fato de se dar a esse lugar tão importante o nome de uma personalidade da vida privada lavrense denota também o papel preponderante que a iniciativa privada teve na conformação física da própria cidade, frente a um poder público relativamente menos protagonista e potente. Seria essa uma das características marcantes do desenvolvimento de Lavras, diferentemente de outras cidades históricas mineiras, onde a presença quer da corte, quer dos governos provinciais ao longo do século 19 fez-se mais notada e decisiva em ações de conformação do espaço urbano?

Logo após essa primeira intervenção relevante do poder público no espaço urbano de Lavras, uma outra, de igual importância, mas de características distintas teria lugar, trazendo mais um ingrediente novo para a transformação da paisagem cultural desse local histórico da cidade. Desta vez, a iniciativa é de um deputado federal por Minas e originário de Lavras, Alvaro de Andrade Botelho, que, em 1911, obtém a implantação de uma linha de bondes na cidade operada pela empresa

estatal mineira Estrada de Ferro Oeste de Minas. Lavras tornava-se assim a terceira cidade de Minas, além da capital Belo Horizonte e de Juiz de Fora, a possuir uma linha de bondes elétricos. Não é preciso dizer o que esse fato agregou à imagem progressista da cidade. E onde poderia se localizar a principal estação dessa linha, mais um edifício público de grande valor simbólico (ainda que de pequeno porte)? A poucos metros da antiga matriz, já rebatizada de Igreja do Rosário, na Rua Getúlio Vargas, prolongamento para norte de uma das pistas laterais da Praça Dr. Augusto Silva. Dali as composições alemãs, recém-fabricadas pela Siemens, percorriam todo o conjunto urbano das praças aqui estudadas, consolidando ainda mais o aspecto de “avenida central” o nosso “boulevard” de Lavras.

**Figura 1 – Estação central dos bondes de Lavras operados pela EFOM, na Praça Barão de Lavras, muito próximo da antiga matriz e da praça Dr. Augusto Silva**



Fonte: Libeck (s/d)

A partir dos anos 1920, nesse cenário urbano totalmente remodelado, realizam-se importantes eventos socioculturais, como espetáculos

de música, feiras ao ar livre, festejos populares e eventos culturais promovidos pelas escolas e faculdades locais, confirmando essa vocação celebrativa das origens da cidade. Com o tempo, outros tipos de paradas e cortejos vieram a fazer companhia às procissões mais tradicionais: desfiles de jovens estudantes e de associações de mocidade, desfiles militares, encontros políticos (CARVALHO; COELHO; PAIVA, 2003).

Para termos ideia da importância da Praça Dr. Augusto Silva na vida dos lavrenses, podemos observar a pesquisa realizada e publicada em 2003 por Carvalho, Coelho e Paiva (2003), que constata que 99,5% dos entrevistados frequentavam e atribuíam grande valor a esse espaço público.

Em 1913, a Praça Dr. Augusto Silva recebeu cercas de arame farpado e possuía quatro portões que eram trancados às 20h. Nessa mesma época, a iluminação elétrica ainda não existia, a iluminação do local era feita por meio de lampiões a gás. Desde essa época, a preocupação com a preservação e conservação da praça era algo importante para o poder municipal da cidade, o que se comprova pelo regulamento publicado em 1917 que instituiu regras para utilização dos jardins. Entre essas regras estava a proibição de tocar nas plantas e flores com a possibilidade de multas, em caso de descumprimento da medida (SILVA; PAIVA; TAVARES, 2007).

Ainda segundo Silva, Paiva, e Tavares (2007), na década de 1990, o chão da Praça era batido. Em 15 de julho de 1905, o projeto para calçadas cimentadas foi proposto e apresentado à câmara municipal. Na Figura 2, podemos observar que o calçamento ainda não existia em nenhuma das duas Praças aqui em análise. E a predominância das árvores pode ser visualizada na Praça Dr. Augusto Silva, localizada ao fundo da imagem. Percebemos as palmeiras criando um passeio central, o que caracteriza uma grande semelhança com a Praça da Liberdade de Belo Horizonte. Semelhança que também pode ser observada pela presença do chafariz.

**Figura 2 – Vista superior da praça Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando sem a presença das calçadas**



Fonte: Libeck (s/d)

A Figura 3 mostra como a característica do formato triangular com um passeio central já era pensada desde o início da construção das duas praças. Ainda na Figura 2, percebemos a interação entre o homem e a natureza com a inserção da praça no meio urbano em processo de consolidação. Ao fundo, podemos notar ainda a forte relação do local com a serra.

**Figura 3 – Vista aérea da praça Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando**



Fonte: Libeck (s/d)

Na década de 1920, notamos as mudanças significativas nessas características apresentadas na Figura 2, em que percebemos, além da construção do passeio em torno de ambas as praças, o fechamento da via do topo da Praça Leonardo Venerando. Outra mudança está relacionada ao tipo de vegetação existente nessa parte do conjunto; percebemos que antes a predominância era de uma vegetação arbustiva de pequeno porte, passando, na década de 1920, a ser uma vegetação de grande porte, que promove um espaço de convívio agradável.

Ainda na década de 1920, vemos o obelisco da Praça Leonardo Venerando no mesmo local em que foi idealizado quando de sua construção; é possível perceber isso na Figura 4. Assim, constatamos que as mudanças mais significativas que ocorreram na Praça Leonardo Venerando foram a construção do passeio público e o tipo de arborização.

**Figura 4 – Vista da Praça Leonardo Venerando  
com a presença do obelisco**



Fonte: Libeck (s/d)

Além das características físicas visíveis, essas duas praças possuem características culturais imateriais presentes no cotidiano lavrense e ca-

racterizadas pelas relações sociais. Nessa perspectiva, podemos citar as feiras ao ar livre, como a feira dos agricultores e a feira de artesanatos. Outro exemplo são os eventos promovidos, como shows e festivais; são esses momentos de troca e de construção da memória e da história de cada pessoa que frequenta as praças; é o que une a paisagem natural à vida das pessoas, relacionando arquitetura e urbanismo e sociedade. É o que fortalece o fato de, mesmo com tantas modificações estruturais, as praças ainda estarem em pleno funcionamento, utilização e ótimo estado de conservação e preservação.

Observamos com o estudo realizado que a relação de valor que a população lavrense mantém com esses espaços é comprovada pela forma com que eles se encontram desde a década de 1920 e como são ainda utilizados. Tradições que aconteciam quando as praças foram inauguradas acontecem ainda e se mostram fortes e vivas.

As praças são os locais de encontro, onde a população imprime seus signos e significados, seus sonhos, suas esperanças e vontades, por meio de atividades cotidianas comuns em um primeiro olhar, porém ricas em memória e história individuais e coletivas; ensaios e apresentações de grupos de teatro, feiras de livros e mostras de instituições de ensino, entre inúmeras outras atividades que se realizam nesses locais, o que os valoriza e preenchem de acepções.

## **Considerações finais**

As praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando passaram por muitas mudanças no decorrer do tempo, mas nenhuma das transformações observadas, seja na estrutura física, seja na paisagem cultural, comprometeram o importante papel social que esse conjunto urbano representa para a história e para a identidade da população lavrense. Templos sagrados (igrejas) e cenários de celebrações profanas (passeio público, praça da bandeira, cinema, teatro) sucederam-se ali e outros,

quem sabe, ainda vão ser construídos, consolidando e enriquecendo ainda mais a história dessa “acrópole” de Lavras, que faz jus ao epíteto da cidade como a Atenas mineira.

## Referências

BARCI, L.; CASTRIOTA, M. de M. M. (coord.). Paisagem cultural, patrimônio e projeto. *In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO*, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Brasília: Iphan/IEDS, 2017.

CARVALHO, L. M. de; COELHO, S. J.; PAIVA, P. D. de O. Caracterização da praça Dr. Augusto Silva localizada na cidade de Lavras/MG. **Ciências Agrotec.**, Lavras, v. 27, n. 3, p. 520-526, maio/jun., 2003.

COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Brasília: Iphan; Belo Horizonte: IEDS, 2017. v. 1.

COSTA, F. História de Lavras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 16, p. 125-160, 1911.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 116.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@: Minas Gerais: Lavras: panorama. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>. Acesso em: 26 jul. 2020.

JORNAL DE LAVRAS. Há 107 anos era inaugurada a luz elétrica em Lavras. Lavras, 24 jul. 2016. Disponível em: <http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=14205>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LAVRAS (Minas Gerais). **História de Lavras**. Disponível em: <https://www.lavras.mg.gov.br/artigo/historia-de-lavras/MTUwOA==>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LAVRAS (Minas Gerais). 2017. **História de Lavras**. Publicado em 22 de Julho de 2017 às 14:16. Disponível em: <http://pml.lavras.mg.gov.br/conteudo/texto/1181>. Acesso em: 12 ago. 2020.



LIBECK, R. T. [Acervo particular]. [Lavras: 2020].

SCIFONI, S. Paisagem cultural. *In*: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). **Dicionário Iphan de patrimônio cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. [verbete]. ISBN 978-85-7334-299-4.

SILVA, A. T.; PAIVA, P. D. de O.; TAVARES, T. S. A Praça Dr. Augusto Silva, Lavras-MG: uma visão de usos, costumes e regulamentos nas décadas de 1910 e 1920. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS, 16.; CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA DE TECIDOS E PLANTA, 3.; SIMPÓSIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NATIVAS, 1., 2007, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia, 2007.

TRINDADE, F. J. da S. Freguesia de Santana da Lavras do Funil. *In*: VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro/Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. [Coleção Mineiriana].

SILVA, A. T.; PAIVA, P. D. de O.; TAVARES, T. S. A Praça Dr. Augusto Silva, Lavras-MG: uma visão de usos, costumes e regulamentos nas décadas de 1910 e 1920. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS, 16.; CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA DE TECIDOS E PLANTA, 3.; SIMPÓSIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NATIVAS, 1., 2007, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia, 2007.



# PAISAGEM E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DE PASSA QUATRO-MG

*Felipe da Silva Vieira  
Flamarion Dutra Alves*

## Introdução

O presente capítulo apresenta parte dos resultados referentes à pesquisa desenvolvida pelo autor como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), defendido em 2019. A pesquisa teve como objetivo o estudo da paisagem do município de Passa Quatro, localizado na Região Geográfica Imediata de São Lourenço, que, por sua vez, está inserida na mesorregião de planejamento sul/sudoeste de Minas Gerais (Figura 1).

**Figura 1 – Mapa de localização do município de Passa Quatro – MG**



Fonte: os autores.

Devido às ações dos agentes socioeconômicos na produção do espaço e às relações estabelecidas dentro e fora do município, Passa Quatro pode ser considerado o que Corrêa (2011) denomina de pequena cidade. Nesse sentido, em consonância com o pensamento de Fresca (2011), considera-se aqui importante realizar uma breve caracterização sobre o contexto socioespacial em que o município se insere, levando em conta não apenas dados quantitativos, mas também as interações espaciais com os diferentes atores da região, bem como suas próprias particularidades.

De acordo com Andrade *et al.* (2014a), a microrregião de São Lourenço — agora Região Geográfica Imediata — apresenta algumas particularidades e semelhanças entre seus municípios. As ações construídas historicamente e refletidas na produção do espaço pelos diferentes grupos sociais evidenciam, dentro dessa unidade espacial, municípios caracterizados pela urbanização, com a presença de atividades comerciais e prestações de serviços, bem como com localidades cujas atividades agropecuárias mostram-se fundamentais. No que diz respeito aos aspectos ambientais, destaca-se a forte presença da Serra da Mantiqueira, dado que Passa Quatro é um dos municípios que se formaram em meio a Mantiqueira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população de Passa Quatro era de 15.582 habitantes, dos quais 76,92% são residentes do espaço urbano e 23,08% residentes do espaço rural. A economia do município está em grande parte ligada ao setor de serviços, contabilizando 37,34% do PIB. Por sua vez, as atividades industriais e agropecuárias marcam 22,2% e 20,56%, respectivamente. Por fim, a percentagem de 19,9% corresponde à administração pública (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

O setor de serviços torna-se uma economia essencial para o município em questão, a exemplo do turismo. Como aponta o trabalho de

Andrade *et al.* (2014a), a atividade turística manifesta-se de diferentes formas dentro da Região Geográfica Imediata de São Lourenço. Iniciou-se, a partir do final do século XIX, com o consumo das fontes minerais com propriedades medicinais e, na segunda metade do século XX, quando foram adotadas novas medidas, como o turismo nos espaços rurais. O município de Passa Quatro foi um dos que acompanharam essa lógica desenvolvimentista, passando da utilização do potencial turístico das estâncias hidrominerais ao turismo ecológico em cachoeiras e montanhas. Devido à sua localização — divisa com o estado de São Paulo e próximo ao estado do Rio de Janeiro —, bem como às suas características naturais e antrópicas, pessoas provenientes destas regiões e centralidades são atraídas para a região mineira.

Além do turismo, pode-se notar, conforme trabalho de Guedes (2011), que a economia de Passa Quatro desenvolve-se também dentro dos setores agropecuário e industrial. Na agropecuária, a produção é caracterizada por derivados de leite, hortigranjeiros, criação de gado, agricultura de batata e também de frutas temperadas. Em relação ao setor industrial, encontram-se indústrias de papel, água mineral, laticínios, refrigerante de guaraná, confecções e forjaria. De acordo com Vieira e Alves (2020), Passa Quatro possui marcas naturais e culturais expressivas em sua paisagem. Há no município a presença de complexos montanhosos que se aproximam dos 3 mil metros de altitude, além de nascentes e cursos de água que são relevantes para a região. Por outro lado, a paisagem cultural também se torna fundamental, abarcando construções antigas e históricas, bem como manifestações artísticas, fatores que acabam por constituir a identidade do município.

Nesse sentido, percebe-se uma rica fonte de pesquisa referente às marcas culturais da paisagem de Passa Quatro, que pode apresentar a materialidade e a imaterialidade do patrimônio com seus aspectos naturais e sociais. Apresenta-se, portanto, neste capítulo, o conteúdo

referente à paisagem urbana, evidenciando os aspectos do patrimônio histórico e cultural do município.

### **Paisagem e patrimônio histórico**

A paisagem, como nos mostra Luchiari (2001), pode ser vista como a expressão material do significado que a sociedade oferece ao meio, relacionando-se com a cultura. Portanto, o ser humano representa e transforma paisagens de acordo com suas necessidades e também a partir de suas experiências e vivências. Essa ação carrega valores históricos e simbólicos que podem atuar e estabelecer o sentido de como uma comunidade ou lugar se transforma e transforma o espaço ao longo do tempo.

Para Cosgrove (2012, p. 228), “[...] todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem.” O homem apropria-se e transforma o meio ambiente de acordo com suas necessidades, sejam elas materiais ou simbólicas. O estudo da paisagem reflete a ação humana, criando, portanto, uma relação dialética entre o que é observável e material e o que é sentido e simbólico. Sendo assim, considera-se que a paisagem urbana do município em questão está intimamente ligada à memória cultural da população, uma vez que representa fatos históricos que transformaram o espaço geográfico e, conseqüentemente, criaram a identidade ao lugar.

A geografia cultural humanística supera a paisagem, que se refere ao que é apenas observável, trazendo novas contribuições e afirmações para o saber geográfico. Rosendahl (2012, p. 49) ressalta que “[...] o geógrafo, ao descrever a paisagem, exerce suas observações na busca de decodificar seus elementos simbólicos e continuamente tirando conclusões e estabelecendo relações com os materiais visíveis na paisagem.” De acordo com Schier (2003, p. 81), “[...] a paisagem é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar.”

Pôde-se constatar, por meio da pesquisa e das vivências no município, que a paisagem cultural do núcleo urbano de Passa Quatro está cercada de simbologia. A existência dos prédios remete aos fatos políticos, sociais e econômicos de sua história. Ademais, os prédios e construções representam a identidade da população com o lugar. Segundo Figueiredo (2013), patrimônio cultural é a junção de bens que, pelo seu valor intrínseco, devem ser considerados relevantes para a perpetuação e identidade cultural de um povo; ele pode, então, ser classificado de acordo com os bens materiais e imateriais de um determinado lugar.

Sendo assim, percebe-se que o patrimônio histórico-cultural de Passa Quatro mostra-se relevante. Os patrimônios materiais são expressivos, por exemplo, os próprios prédios antigos que se perpetuaram desde o início até os dias de hoje. Em relação aos patrimônios imateriais, existem, como patrimônio tombado e institucionalizado, os tapetes de Corpus Christi. Todavia, considera-se de igual importância outros patrimônios imateriais presentes em Passa Quatro relacionados às festividades e manifestações populares, como a Folia de Reis e o Festival de Música de Passa Quatro.

Dito isso, o presente estudo apresenta as informações encontradas e produzidas referentes ao patrimônio histórico-cultural de Passa Quatro. A pesquisa documental, nesse sentido, possibilitou o entendimento do contexto histórico e geográfico do município no que toca à construção de sua paisagem urbana. Além disso, realizou-se uma entrevista com o poder público, bem como registros fotográficos de alguns prédios históricos que são de relevância dentro desse contexto.

### **O patrimônio histórico e cultural na paisagem de Passa Quatro, MG**

No decorrer da pesquisa foram encontrados na Biblioteca Municipal e na Casa da Cultura de Passa Quatro arquivos que detalham o

patrimônio histórico e cultural do município. Trata-se do Dossiê de Tombamento de Núcleo Histórico, iniciado pela Prefeitura Municipal no ano de 2003 com a elaboração do Plano de Inventário do Acervo Cultural de Passa Quatro, que, por sua vez, foi entregue e aprovado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG). Além disso, este trabalho de tombamento prosseguiu com o apoio do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, realizado pelo grupo Memória e Arquitetura.

Desse modo, foi possível encontrar um material que evidenciasse os aspectos da paisagem urbana de Passa Quatro envolvendo tanto construções materiais quanto manifestações simbólicas e imateriais. Identificou-se, com a análise desses arquivos, a existência de patrimônios tombados na área central do município (Tabela 1). Estes compõem, portanto, parte relevante da paisagem urbana.

**Tabela 1 – Número total e classificação dos patrimônios tombados na área central do município de Passa Quatro**

<b>Classificação dos patrimônios tombados</b>	<b>Número total</b>
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS	105
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	5
PATRIMÔNIO IMATERIAL	1

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008)

De acordo com a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008), o núcleo histórico do centro do município (Figura 2) é caracterizado por possuir expressiva paisagem urbana atrelada ao preservado conjunto de construções, que se relacionam com três fatores definidores de seu valor arquitetônico, urbanístico e histórico. São eles: o relevo, a hidrografia e principalmente a possibilidade de sua consolidação provocada pelo desenvolvimento de seus prédios e ruas em função da linha férrea.



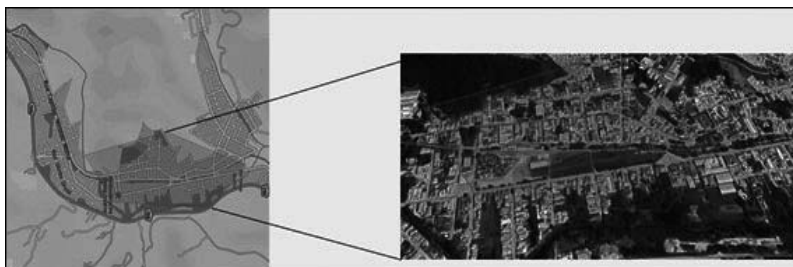
**Figura 2 – Vista para o município de Passa Quatro com destaque para área correspondente ao núcleo histórico**



Foto: Davi Guedes

Diante disso, percebe-se que o centro do município se desenvolveu não só em função da construção de sua Igreja Matriz — fato característico de cidades mineiras —, mas também em função do desenvolvimento da ferrovia e posteriormente da rodovia (Figura 3).

**Figura 3 – Mapa de parte do espaço urbano e recorte do centro histórico de Passa Quatro-MG**



Fonte: Adaptado de Here (2020)

A análise do Dossiê de Tombamento de Núcleo Histórico possibilitou conhecer melhor a história do município. Desse modo, foi possível conhecer a história de prédios e estruturas arquitetônicas presentes no

núcleo histórico, que constituem até hoje a paisagem urbana de Passa Quatro. Dentre esses prédios, serão aqui destacados alguns patrimônios importantes no que diz respeito à identidade e à história do município e, conseqüentemente, à transformação da paisagem urbana ao longo do tempo. São eles: a Igreja Matriz, a Estação Ferroviária, a Prefeitura Municipal e o patrimônio imaterial referente aos tapetes de Corpus Christi.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008), a história da Igreja Matriz acontece a partir da construção da capela de São Sebastião, que teve como seus realizadores Anna da Motta Paes e José Ribeiro Pereira, por volta de 1860. Percebe-se que a organização institucional de Passa Quatro permeia a questão religiosa; a partir do ano de 1968, com a oficialização da Paróquia de São Sebastião de Passa Quatro (Figura 4), a localidade conseguiu o título de Freguesia.

**Figura 4 – Igreja Matriz de Passa Quatro**



Fonte: Vieira (2019, p. 62)

Como distrito, foi reconhecido efetivamente como São Sebastião do Passa Quatro em 24 de maio de 1854; primeiramente, o município-sede foi o de Baependi e, posteriormente, o de Pouso Alto em 1874. Já a municipalidade passaquatrense aconteceu por meio de esforços anônimos, que canalizaram ações para a promulgação da lei providencial n.º 3.657, no dia 1º de setembro de 1888. A comarca instalou-se no ano de 1936, reforçando a importância de Passa Quatro no contexto mineiro. Além disso, cabe ressaltar o reconhecimento nacional que o município obteve como novo distrito hidromineral do Brasil nos anos de 1941 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO, 2008).

Segundo a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008), em 1881, a estrada de ferro Minas and Rio começou a ser construída. Nesse sentido, Passa Quatro, que, neste momento era Freguesia, destacava-se como uma das possíveis paradas que seriam realizadas no novo percurso entre Cruzeiro (SP) e Três Corações do Rio Verde.

Depois de seguidos esforços coletivos, a construção da ferrovia – cujos capitais de investimentos eram majoritariamente ingleses, mas não se pode negligenciar o papel de lideranças locais para a viabilização do projeto – trouxe um grande impulso à localidade: maior locomoção de pessoas; aumento nas trocas de mercadorias; fluxo dinâmico nas relações sociais; enfim, esse meio de transporte além de oferecer maiores facilidades aos moradores passaquatrenses, conjugou-se com a vida social da cidade de forma a possibilitar crescimentos quantitativo e qualitativo nas produções econômicas e culturais de Passa Quatro. Como exemplos, citam-se os primeiros passos com vistas à urbanização dos espaços passaquatrenses, concretizados a partir das construções de pequenos prédios comerciais, cujas finalidades variavam daquelas presentes até então. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO, 2008, p. 15).

As obras da estação ferroviária (Figura 5) foram entregues rapidamente no ano de 1884 e sua inauguração foi promovida pelo então imperador D. Pedro II exatamente no dia 14 de junho. Segundo Andrade

(2014b, p. 34), “[...] com as ferrovias foram estabelecidas novas relações socioculturais e econômicas entre os lugares, modificando a divisão espacial do trabalho, e favorecendo novas afluências de pessoas e mercadorias pelos mais diversos territórios.” Nesse sentido, desenvolveram-se em Passa Quatro, nessa época, armazéns de fumo e de secos e molhados por parte de migrantes italianos e pequenas padarias e confeitarias, criadas pelos franceses. Além destes, os portugueses também tiveram papel importante no que se refere ao comércio passaquatrense da época (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO, 2008).

**Figura 5 – Prédio da Estação Ferroviária de Passa Quatro**



Fonte: Vieira (2019, p. 61)

Atualmente, o endereço do prédio é referente à Praça Doutor Paulo Frontin, número 80. Está localizado na região central do município, encontrando-se entre duas avenidas importantes para a cidade, a Avenida Coronel Ribeiro Pereira e a Avenida Arlindo Luz. O espaço é utilizado tanto como ponto de encontro entre os moradores em seu cotidiano como para atividades turísticas relacionadas ao passeio de

trem. Ademais, seu uso é residencial, mas também destinado a outros serviços comerciais.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008), a história do município é marcada por dois fatores, são eles: o desenvolvimento das áreas rurais e o crescimento urbano motivado pela estrada de ferro. Nesse contexto, muitos dos prédios e atuais patrimônios históricos começam a se desenvolver, incluindo a construção do Paço Municipal (Figura 6). Construída a edificação em 1907, instalou-se a administração municipal, fato considerado como um marco para o progresso local.

**Figura 6 – Prédio da Prefeitura Municipal de Passa Quatro**



Fonte: Vieira (2019, p. 63)

Na época, a construção do prédio proporcionou sucessivas melhorias no centro urbano do município propiciadas pelo poder público com a intenção de transmitir ares de modernidade para a população, ressaltando a singularidade de Passa Quatro. Dentre as obras então criadas nesse período, destacam-se: as redes de intervenção de água potável e outras medidas estruturais da área urbana, como o Jardim Régner, construído juntamente com o Paço Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE

PASSA QUATRO, 2008). Nesse sentido, a criação do prédio da prefeitura bem como as melhorias no que diz respeito à infraestrutura forneceram subsídios para o desenvolvimento de outras marcas relevantes da paisagem urbana passaquatrense, a exemplo das próprias praças municipais.

Além de patrimônios materiais, o município possui como patrimônio imaterial tombado os tapetes de Corpus Christi (Figura 7). Segundo a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008), a montagem dos tapetes iniciou-se em 1975 pelo Sr. Sebastião, antes disso a tradição consistia em “[...] apenas ‘forrar’ o calçamento com tapetes feitos de folhas e flores variadas no dia da celebração. Procurando fazer algo mais bonito e elaborado, Sr. Sebastião começou a desenvolver desenhos com materiais diferentes [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO, 2008, p. 442).

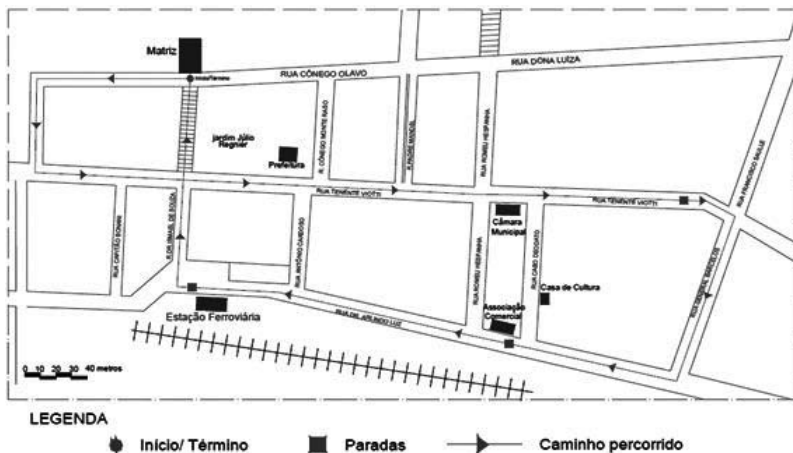
**Figura 7 – Tapetes de Corpus Christi**



Fonte: Vieira (2019, p. 64)

Desde sua criação, os tapetes são confeccionados pelos próprios moradores de Passa Quatro. Já as matérias-primas para sua construção são conseguidas por eles mesmo, com parcela de apoio da prefeitura para que assim seja possível a execução da procissão (Figura 8).

**Figura 8 – Percurso da procissão de Corpus Christi em Passa Quatro**



Fonte: Prefeitura Municipal de Passa Quatro (2008)

É visível a existência de uma organização por parte dos moradores para a manutenção dessa manifestação simbólica. “A montagem dos tapetes ocorre nas ruas do centro de Passa Quatro; inicia-se na porta da Igreja Matriz de São Sebastião, Rua Cônego Olavo e finaliza-se na escadaria em frente a Matriz. São 1200 metros, aproximadamente.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO, 2008, p. 441). Além do percurso da procissão de Corpus Christi, é possível identificar na Figura 8 alguns dos principais prédios e vias do centro do município, como a Estação Ferroviária, a Igreja Matriz e a Prefeitura (aqui já destacados). Também é possível visualizar outros prédios que são patrimônios históricos tombados, como a Câmara Municipal, a Associação Comercial e a Casa da Cultura.

Questionado sobre como é trabalhada a questão do patrimônio no município, o Secretário de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico de Passa Quatro, afirma:

A preservação é feita pelos próprios moradores porque o município ele dá uma subvenção, né. Então quem tem o imóvel tombado ele paga

uma taxa menor de IPTU, então essas pessoas acabam elas mesmas fazendo a preservação de seus patrimônios. O único bem que sofreu intervenção do município foi de uma professora aqui. E têm alguns outros pedidos que a gente tá estudando aqui agora pra ver como é que a gente vai poder fazer isso porque o ministério público entende que não se deve investir em bens tombados particulares. Então a gente tá vendo junto com o IEPHA como é que a gente vai conseguir isso pra poder investir nesses bens. Então, é feito basicamente a preservação dos bens que são do município, né. A gente fez do calçamento algum tempo atrás. Vai ser feito da Casa da Cultura, do muro. A gente pediu um projeto também pro Chafariz que tem ali, aquela fontezinha que foi construída pelo Chico ‘Cascateiro’ e também da Igreja que fica ali no complexo, do conjunto urbano ali, paisagístico do EENSA, então nós pedimos alguns projetos. A gente não tem tanto conflito com os moradores daqui não, muito pelo contrário, os moradores, eles ajudam na preservação do município, eles têm essa consciência. Um ou outro às vezes se rebela, a gente teve um caso só no decorrer do ano.

Portanto, verifica-se que existe uma ação por parte do poder público e por parte da própria população para tratar a questão patrimonial de Passa Quatro. Isso pode ser observado considerando a entrevista e as informações trazidas com a pesquisa documental. De fato, o Patrimônio Histórico e Cultural vem recebendo nos últimos anos devida atenção pela comunidade. Mesmo que ainda haja alguns casos para serem trabalhados, torna-se importante ressaltar e incentivar o trabalho que vem sendo feito.

## **Considerações Finais**

Este trabalho buscou fazer reflexões sobre a paisagem urbana de Passa Quatro, tendo como ponto de referência o Patrimônio Histórico e Cultural do município situado na área central. Nesse sentido, considerou-se a pesquisa empírico-fenomenológica um caminho conveniente para a compreensão do espaço vivido, uma vez que fornece o suporte necessário para a compreensão dos aspectos materiais e imateriais existentes na paisagem.



É evidente que, além dos aspectos naturais, a paisagem do município em questão é marcada pelas construções e manifestações simbólicas. A paisagem urbana carrega importante significado e memória para a população, uma vez que se torna um elo referente à história e à geografia do município. Com a realização da pesquisa, constatou-se a participação tanto do poder público quanto da própria população no que toca à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, fato de extrema importância para a manutenção dos prédios.

Nesse sentido, acredita-se ser necessária a valorização e preservação dos patrimônios, sejam eles construções históricas ou festividades típicas. A paisagem é transformada pela produção do espaço, e, de acordo com o tempo, muitas de suas marcas são referentes à origem e costumes de um povo. Portanto, preservar a paisagem torna-se um ato de viver o passado, ao mesmo tempo que configura uma possibilidade de obtenção e manutenção de conhecimento histórico e geográfico.

## Referências

- ANDRADE, A. C. de *et al.* Do turismo das águas minerais ao turismo em áreas rurais: a microrregião de São Lourenço (MG). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, 2014a. p. 57-78.
- ANDRADE, A. C. de. **Pouso Alegre (MG):** expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média. 2014. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014b.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, abr. 2011.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-237. v.1.

- FIGUEIREDO, L. C. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 1. 2013. p. 55-70.
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias (local centers and small cities: differences necessary). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, jan. 2011.
- GUEDES, H. Paisagem e imagem: uma reflexão sobre o espaço turístico de Passa Quatro. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 13, p. 131-144, 31 out. 2011.
- HERE. [S. l.], [2020?]. Disponível em: <https://mobile.here.com/?msg=Passa%20Quatro>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@: Minas Gerais: Passa Quatro: panorama. [S. l.], 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314760&lang=>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- LUCHIARI, M. T. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 9-28.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO (MINAS GERAIS). **Dossiê de tombamento de núcleo histórico**: centro de Passa Quatro: Pasta 4B. Passa Quatro, abr. 2008.
- ROSENDAHL, Z. Paisagem simbólica como descrição da personalidade do lugar: a certidão de nascimento do Brasil. *In*: NEGREIROS, C; LEMOS, M; ALVES, I. (org.). **Literatura e paisagem em diálogo**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 45- 56.
- SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia R. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.
- ROSA, Luis Gustavo Franco da. [Entrevista concedida a] Felipe da Silva Vieira. Paisagens e lugares topofílicos na Serra da Mantiqueira: um estudo geográfico-fenomenológico sobre o município de Passa Quatro-MG. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Alfenas, Passa Quatro, 2019.

VIEIRA, F. da S. **Paisagens e lugares toponímicos na Serra da Mantiqueira: um estudo geográfico-fenomenológico sobre o município de Passa Quatro-MG.** 2019. 101 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) — Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

VIEIRA, F. da S.; ALVES, F. D. Paisagem e percepção: identidade e simbolismo no município de Passa Quatro – MG. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n.1. p. 39-53, 2020.



# AMBIENTES DE UMA FEIRA DE ARTESANATO SOB A ÓTICA DO DESIGN DE AMBIENTES POR MEIO DA TEORIA ATOR-REDE

*Carlos Magno Pereira  
Adilson da Silva Mello*

## **Introdução**

A pesquisa apresentada faz parte do estudo de caso desenvolvido dentro do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Seu objetivo foi compreender as relações entre o espaço urbano e a feira de artesanato sob a ótica do Design de Ambientes, procurando compreender as relações que ali acontecem no espaço como ambiente de utilização por uma feira de artesanato, ou seja, a praça, a feira e suas barracas, por meio da utilização epistemológica da teoria ator-rede (TAR).

O Design de Ambientes aborda as relações entre o homem e seus artefatos em sua ambiência e tem como ponto forte agir de maneira a perceber como o usuário apropria-se dos ambientes que utiliza a partir da decodificação dos modos de vida e as possibilidades de adequação do espaço, posicionando-se como um profissional especialista no planejamento e na configuração dos ambientes para vivência humana e de seus artefatos.

Abreu (2015) define design de ambientes como uma atividade de caráter multidisciplinar que se responsabiliza por identificar e solucionar questões referentes à relação entre o humano e o espaço/ambiente, quais sejam, internos ou externos, residenciais, empresariais, institucionais, in-

dustriais ou efêmeros, arquitetônicos ou não arquitetônicos, lembrando que se inclui também ambientes virtuais e de transporte, considerando o usuário como foco do projeto e as características funcionais, estéticas e simbólicas presentes em cada contexto socioeconômico e cultural. Por estar inserido na área de ciências sociais aplicadas, o designer de ambientes tem como compromisso a função social, isto é, pensar no bem-estar e na qualidade de vida de cada um de seus usuários.

O Designer de Ambientes é o profissional habilitado a trabalhar diretamente com o esforço criativo destinado a solucionar racionalmente o arranjo e a ambiência de um espaço preocupando-se com a inovação e a adequação do mesmo às características socioeconômicas e culturais dos usuários. (BARBOSA *et al.*, 2010, p. 56).

Nesse sentido, Barbosa, Maciel e Moreira (2014) complementam que as habilidades e competências específicas da atuação do designer de ambientes são:

1. Habilitação criativa na proposição de soluções inovadoras por meio das técnicas de criação.
2. Domínio da linguagem, que compreende os instrumentos, as técnicas e expressão na comunicação de ideias por meio de diversificadas mídias — escrita, fala e visual — e pelos diferentes recursos — manuais ou computacionais.
3. Habilidade de diálogo com diversas áreas do conhecimento, o que compõe o movimento interdisciplinar na participação nas equipes multidisciplinares no desenvolvimento de pesquisas e projeto.
4. A capacidade de articulação dos elementos da cultura humana e material a partir de propostas inovadoras por meio da capacidade crítica no gerenciamento de processos de design a partir da visão holística, compreendida também como visão sistêmica.

5. Percepção atenta capaz de decodificar informações relevantes.
6. Repertório vasto de conhecimento, que pode ser obtido por meio de pesquisa, erudição e principalmente cultura, para que o profissional tenha capacidade de sustentar ou questionar suas ações.
7. E por último, visão espacial, que contribui para o entendimento da capacidade de pensar em três dimensões.

Durante o desenvolvimento do trabalho e para a compreensão dos ambientes que compõem a pesquisa, utilizou-se da teoria ator-rede (TAR) por meio da abordagem sociotécnica para abrangência dos objetivos. Porém a TAR, será abordada substancialmente, desse modo, mantendo o foco na compreensão dos ambientes e a sua composição em uma feira de artesanato.

Latour (2012) é empirista e acredita que o conhecimento se dá por meio da percepção do mundo, e que tudo acontece a partir da experiência (MOSTAFA, 2010). Para Latour (2012) a abordagem intelectual que utilizamos em nossas pesquisas e buscas, possuiu uma construção desfavorável, pois deixamos de tratar algumas distinções no contexto que pesquisamos. O autor aborda que a epistemologias, as ciências sociais, as ciências dos textos (construções narrativas), possuem uma imagem qualificada, mas, desde que sejam tratadas com distinção, ou seja, geralmente extraímos os conceitos, as traduções de modo com que às disciplinas que são estabelecidas pela rede sociotécnica passam a ser analisadas separadamente, não ligadas ao social ou por meio de certas regras, como primeiro fator. O segundo diz respeito ao corte feito na dimensão social e política e por fim por meio de interesses, jogos de poder.

A utilização epistemológica do trabalho dá-se a partir da teoria ator-rede, pois Latour (2012, p. 44) contextualiza que a TAR possibilita “deixar os próprios atores o leque inteiro de controvérsias nas quais

se meteram”, uma vez que os estudiosos da TAR se “arrastam como uma formiga” para compreender até o “mais insignificante dos vínculos” (LATOURE, 2012, p. 47). Nesse sentido, a TAR, por causa de seus traços investigativos e sua proposta de construção narrativa na busca de ilimitados detalhes na rede, constitui um caminho metodológico dentro da pesquisa.

Em resumo, Law (1992) refere-se à TAR como produto final de um árduo trabalho de junção de elementos heterogêneos, quais sejam: “[...] tubo de ensaio, reagentes, organismos, mãos habilidosas, microscópios eletrônicos, monitores de radiação, outros cientistas, artigos, terminais de computador [...]” (LAW, 1992, p. 2), e outros mais são sobrepostos numa rede superando sua resistência, desse jeito, o conhecimento é uma questão material; de organização e ordenamento dos materiais. Portanto, a teoria ator-rede é um diagnóstico da ciência, um processo no qual os elementos do social, do técnico, do conceitual e do textual são sobrepostos e conseqüentemente convertidos ou “traduzidos” em um agrupado de produtos científicos, simetricamente heterogêneos (LAW, 1992, p. 2).

### **Espaço como ambiente**

O espaço é um produto de interações entre os elementos de origem natural e humana em determinado ambiente, e é definido pela geografia, pela arquitetura, pelo urbanismo e paisagismo. As definições de espaço e ambiente no trabalho são direcionadas considerando o espaço como ambiente — de utilização, de apropriação, de ocupação e de habitação. Isto é, o ambiente é uma concepção humana no espaço e a sua produção coincide com o próprio modo pelo qual o homem determina sua vivência e a si mesmo (CARLOS, 2013, p. 32).

Santos (2014c) observa que o espaço é um conjunto indissociável, do qual participam, de um lado, arranjos de objetos geográficos, obje-



tos naturais e objetos sociais e, do outro, a vida ali preenchida (sociedade em movimento), o conteúdo (da sociedade) autônomo da forma (os objetos geográficos) e cada forma que encerra uma fração do conteúdo.

Abordando o espaço como uma instância da sociedade e ao mesmo tempo como instância econômica e cultural e ideológica. Ou seja, algo que contém e está contido pelas outras instâncias e vice-versa — “a economia está no espaço, assim como o espaço está na economia (SANTOS, 2014a, p. 12)”, por exemplo. Dessa maneira, pode-se dizer que a essência do espaço é social, ele não é apenas formado pelas coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais, sua reunião forma a Natureza. Ele é formado, de um lado, pelo conjunto de objetos geográficos disposto no território pela configuração geográfica ou espacial, sendo a maneira como esses objetos se dão sobre o nosso olhar, o que pode ser chamado de paisagem; e de outro lado pelo que dá vida a esses objetos, ou seja, todos os processos sociais representativos em um certo momento (SANTOS, 2014a).

Considerando o espaço como um conjunto indissociável de sistemas e objetos de ações, pode-se então identificar suas categorias analíticas internas. Santos (2014b, p. 22) diz que entre elas estão “[...] a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.”

Porém, Santos (2014b, p. 23) observa que também é interessante realizar um estudo dinâmico das categorias internas, são elas: “[...] a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia.”

Por exemplo, o espaço público da praça nas cidades, que Bastani (2012) considera como um ambiente de várias definições, a depender de sua origem e sua cultural local, embora sua essência, a “praça”, caracterize-o sempre como um espaço público urbano para o uso social, isto é, convívio e lazer.

A praça, na grande maioria das cidades é o centro de convergência, chamando a população seja, para o ócio, comércio, encontros ou atividades religiosas, ou seja, é o principal cenário para o desempenho da vida urbana. Não se pode entender uma praça, sem buscar o contexto urbano na qual ela está inserida. (BASTANI, 2013, p. 64).

O espaço como ambiente pode ser compreendido por suas condições materiais (recursos naturais, humanos, financeiros, técnicos e tecnológicos, espaço disponível e sistema de objetos) e imateriais (percepção, satisfação, expectativa, apropriação, experimentação, relação, convívio, tempo e interação), em que as pessoas podem desenvolver suas atividades coletivas ou individuais nos âmbitos culturais, sociais, econômicos e políticos, podem exercer seus afazeres múltiplos de morar, comercializar, passear, apreender, rezar/orar, pesquisar, trabalhar, inovar e exercitar (BARBOSA; MACIEL; MOREIRA, 2014).

Diante disso, é interessante perceber que a construção de um ambiente não se dá somente pelo seu arranjo material, sua função e estética, mas também pela riqueza de seus valores subjetivos e imateriais diferenciados em cada projeto já estabelecido, pois cada material, artefato é carregado por um olhar diferenciado e, por meio disso, constroem-se conceitos distintos (ABREU, 2015).

### **História sobre as feiras: espaço de convivência e comércio**

As feiras têm seu início impulsionado pelas Cruzadas; segundo Boechat e Santos (2011), nessa época havia a necessidade de uma forma de atividade comercial para atender às necessidades dos viajantes e comerciantes. Convém lembrar que, desde a antiguidade, as feiras tinham como seu principal objetivo proporcionar trocas de mercadoria de diferentes locais com intuito de suprir a necessidade de cada indivíduo.

Com o passar do tempo, com a queda do feudalismo e o surgimento do capitalismo, o modelo de feira passa a ter sua importância na regula-

ção do mercado econômico. Com a produção de excedentes e a demanda por outros produtos não produzidos em determinadas regiões, surge a atividade do comerciante, o que dá início à divisão social do trabalho. A feira exerce grande importância na implementação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das cidades (BOECHAT; SANTOS, 2011). Lima e Sampaio (2009, p. 5) observam também que as feiras livres se consolidam a partir das necessidades de “[...] troca dos excedentes de produção e completam que elas se remontam ao período em que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra.”

Já no Brasil, as feiras livres são implementadas por colonizadores em nosso país como importante tradição da cultura ibérica (LIMA; SAMPAIO, 2009). Existem “[...] evidências de feiras livres desde os tempos da colonização “[...] elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento [...]” (LIMA; CÂMARA, 2010, p. 2).

Portanto, a feira livre é um espaço reconhecido como um mundo de percepções, sentido e interações formadas por uma rede de educação, sociabilidade e culturas que se encontram presentes entre feirantes e fregueses, sujeitos sociais cuja construção dá-se a partir da troca de produtos, saberes, fazeres, estratégias de compra e venda (LIMA; CÂMARA, 2010).

### **A feira de artesanato**

Ao realizarmos a pesquisa sobre a conceituação de feira de artesanato, encontramos grande dificuldade para explicação do termo, não foram encontradas delimitações que tratavam do assunto. Dessa maneira, buscamos determinar sua definição a partir do conceito inicial de feira e feira livre e por meio de exemplificações das atividades e relações socioculturais que ocorrem no ambiente de uma feira de artesanato.

O sentido etimológico da palavra feira em alguns momentos é substituído pela terminologia mercado. No idioma português, o termo mercado é derivado da palavra latina *mercatus*, empregada para designar um local fechado em que se comercializam alimentos e demais mercadorias. Já o termo feira vem do vocábulo latino *feria*-, dia de festa, habitualmente utilizado para designar um local público, geralmente descoberto, em que são vendidas e expostas mercadorias (DANTAS, 2007).

A feira de artesanato então se caracteriza como um significativo ponto de geração de renda e articulador de comercialização e divulgação do artesanato em que se percebe a importância da melhoria do ambiente por meio de suas demandas complexas e ergonômicas, por exemplo, no caso do designer de ambientes, que envolverá demandas de organização da feira, objetos de trabalho, entre outros fatores, como meio de contribuir para diminuição dos problemas abordados (MARÇAL *et al.*, 2013).

De acordo com a ideias de Miranda (2009), a feira livre é um espaço público, normalmente em área descoberta, onde são desenvolvidos o comércio, a troca e a venda de mercadorias como uma estratégia de sobrevivência do setor informal. Está localizada no ambiente da cidade e é considerada como atividade que atrai movimento e dinamismo ao ambiente. Assim se configura o aspecto visível das feiras, como um local surpreendente e dinâmico, onde ocorrem incontáveis atividades da comunidade com uma fácil mistura e interação entre as pessoas. E como consequência, as feiras livres acarretam diversas atividades que envolvem grande número de pessoas e ações inerentes a sua relação com o espaço da cidade. Sendo assim, a feira é importante para as cidades onde está localizada, equilibrando as dinâmicas locais das áreas que dela dependem diariamente.

A partir das definições do que é uma feira, pode-se dizer que feira de artesanato é um conjunto de barracas, tendas, abrigos, expostos em espaços públicos que têm o intuito de divulgar o artesanato local, os produtos típicos e promover a geração de renda. Para Kuzaqui *et al.* (2011, p. 285), “[...] as feiras de artesanato trazem: filatelia, pedras, comidas típicas

e plantas ornamentais; não sendo permitida a comercialização de artigos industrializados ou produtos de revenda, embora isso ocorra na prática.”

Pimentel *et al.* (2007), em um estudo de caso realizado sobre a Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedade de Belo Horizonte, conhecida popularmente como Feira Hippie, assinalam que as finalidades da feira da cidade são:

- Cultural: a feira deve expor produtos relacionados à cultura.
- Socioeconômica: meio de divulgação das artes plásticas por meio da comercialização e pela produção das artes e artesanatos.
- Social: assume caráter coletivo para todo o público, de participação direta — neste caso, o expositor ou feirante — e indireta — os frequentadores da feira.

Portanto, segundo Sato (2007), a feira é um espaço de trabalho que se faz da beleza, da brincadeira e se move a partir de todo um ritual que é concebido pelo espaço de convivência social. Desenvolve-se em um local concedido a uma atividade itinerante que ocorre no espaço público, caracterizada por uma estrutura ampla de redes de relações sociais onde imperam diversas regras que muitas vezes não são ditas de forma explícita, e sim de forma implícita. Seu funcionamento dá-se por meio das relações de cooperação, colaboração e competição e sua amplitude é estabelecida para além daquele em que está instalada e se concretiza no cotidiano por meio das conversas entre os vizinhos de barraca, pelas conversas que ocorrem no ambiente e pelos amplos debates que ocorrem em sua trajetória.

A feira de artesanato então se caracteriza como um significativo ponto de geração de renda e articulador de comercialização e divulgação do artesanato em que se percebe a importância da melhoria do ambiente por meio de suas demandas complexas e ergonômicas, por exemplo, no caso do designer de ambientes, que envolverá demandas de organização da feira, objetos de trabalho, entre outros fatores, como meio de contribuir para diminuição dos problemas abordados (MARÇAL *et al.*, 2013).

## **A feira de artesanato artes da terra e seus ambientes**

A Associação Artes da Terra (AAT) é uma instituição de artesãos e produtores caseiros da cidade de Itajubá, localizada no Sul de Minas Gerais; uma entidade sem fins lucrativos, de caráter jurídico, com autonomia administrativa, financeira própria.

A Associação Artes da Terra foi criada em 11 de maio de 2011, inspirada na capacidade do ser humano em usar sua criatividade, e com finalidade de mostrar a qualidade de suas habilidades através de seus trabalhos, bem como dar oportunidade a todas as pessoas que queiram apresenta-se em qualquer modalidade artística ou cultural de nossa cidade e região. (ASSOCIAÇÃO ARTES DA TERRA , 2013, p. 1).

A Feira da Associação Artes da Terra ocorre todas as sextas-feiras, de 13h às 17h, e aos sábados, de 8h às 13h na praça Getúlio Vargas; é popularmente conhecida como “Praça do Carneiro” por causa da Escola Estadual Coronel Carneiro Junior, que está ao seu lado na cidade de Itajubá.

A feira tem um caráter efêmero em sua atividade, pois ela possui horário de início e encerramento, quando são desmontadas suas barracas a cada semana. Foi possível averiguar, durante a pesquisa de campo, que o horário predominante de término da feira é às 17h ou quando o artesão 25 autoriza o encerramento das atividades; muitas vezes esse procedimento acontece por causa da baixa movimentação e baixa venda de produtos.

No primeiro momento, buscamos compreender a transformação da praça como ambiente efêmero, na medida em que a feira de artesanato utiliza-se do local que AAT possui, um amplo espaço localizado na parte central da cidade. É importante destacar que tal localização não faz parte do maior fluxo do centro do município, porém está bem próximo a ele.

A Feira de Artesanato da AAT é montada todas as sextas-feiras pela manhã, por volta das 5 horas, quando o responsável pela montagem

chega ao local. As barracas são armazenadas na garagem da Câmara de dirigentes lojistas de Itajubá — CDL — próxima à praça.

A disposição das barracas é definida pela diretoria da associação, conforme descreve seu estatuto, “Art. 19º - A disposição das barracas no espaço físico disponível na Praça Getúlio Vargas, local da Feira de Artesanato, ficará a critério da Diretoria [...]” (ASSOCIAÇÃO ARTES DA TERRA, 2012).

Para a artesã 25, a feira conjuga-se com a Praça do Artesanato e, para acomodação da feira no ambiente da praça Getúlio Vargas, não foi realizado nenhum projeto de disposição das barracas e sua colocação foi definida pela própria associação, conforme o caderno de campo desta pesquisa, de 26 de junho de 2016. Já o artesão 23 diz que “feira de artesanato são barracas que o artesão coloca seus produtos feitos por ele, com as próprias mãos”, como registra o caderno de campo desta pesquisa, de 2 de abril de 2016.

A feira tem um caráter efêmero em sua atividade, pois ela possui horário de início e encerramento em que são desmontadas suas barracas a cada semana. Foi possível averiguar durante a inserção de campo que o horário que prevalece de término da feira é os da 17:00 horas ou quando a Artesão (ã) 25 autoriza o encerramento das atividades, muitas vezes esse procedimento acontece por causa da baixa movimentação e venda de produtos.

É importante ressaltar que durante o desenvolvimento do trabalho de campo, entrevistas e participação dos associados nessa pesquisa, resolveu-se preservar as identidades dos envolvidos numerando os associados conforme demonstrado – artesão (x), em que x representa a numeração referida a certo participante da associação.

O processo de utilização da praça em dia de feira pode ser acompanhado a partir do organograma da Figura 1.

**Figura 1 – Processo de montagem e desmontagem da Feira de Artesanato da AAT**



Fonte: os autores

Vale ressaltar que, durante o acompanhamento da feira, percebeu-se que os locais mais próximos de grande fluxo de pessoa, são os mais cogitados pelos artesãos, pois acreditam que têm maior visibilidade com o processo de geração de vendas. Inclusive acrescenta a artesã 25: “Não houve nem projeto, a gente reuniu e pensou em colocar desse jeito, fomos salpicando as barracas pela praça. Semana que vem mesmo eu vou mudar um pouco, irei deixar uma parte só para a alimentação [...]”, conforme caderno de campo desta pesquisa, 20 de junho de 2015.

Num segundo momento, observamos o processo da feira e as barracas, com o intuito de compreender os ambientes que são utilizados para comercialização dos artefatos produzidos pelos artesãos.

As barracas da associação AAT são padronizadas em cor, tamanho e modelo. Atualmente são dois os tipos de materiais utilizados na fabricação do artefato:



- a. De aço – as primeiras barracas adquiridas pela associação eram desse tipo; na época, cada associado comprou a própria; tinham o peso aproximado de 50 kg cada.
- b. De alumínio – as barracas doadas pela prefeitura de Itajubá são feitas desse material; têm o peso aproximado de 25 kg cada.

O processo de montagem das barracas está exemplificado na Figura 26, em que a cena 1 apresenta o processo de desensacamento de sua estrutura; a cena 2, sua estrutura da base disposta no piso da praça; a cena 3 apresenta a base montada, quando se começa a montar a parte média de sua estrutura; a cena 4 mostra a montagem da parte superior do artefato; a cena 5 mostra como, com auxílio do piso, coloca-se a lona, que serve como cobertura, na estrutura; e, por último, Figura 2, a lona é colocada sobre a estrutura montada.

**Figura 2 – Storytelling do processo de montagem de cada barraca**



Fonte: os autores

Pode-se perceber que os associados estão automatizados quanto à utilização das barracas, sua percepção já não se altera pelo tempo que fazem a mesma atividade. O trabalho de campo permitiu observar que aproximadamente 90% dos associados não utilizavam estratégias, regras ou tinham pouca astúcia ao utilizar o espaço. Pode-se mencionar que dos artesãos entrevistados sobre esse assunto somente os artesãos 22 e 33 mencionaram algo relacionado a ambientação, decoração e mais espaço para exporem seus produtos.

Nesse contexto, buscamos compreender as características técnicas das barracas e como se dá sua utilização pelos associados da AAT. A partir dessa observação, é possível constatar que todos utilizam a própria estrutura do artefato para exporem e auxiliarem no aumento do espaço.

E por último, num terceiro momento, foi possível constatar a utilização das barracas de acordo com o posicionamento dos artefatos/ produtos comercializados. Por isso, procuramos escutar os artesãos:

Artesão (ã) 41 – Comprei umas caixas de feira e separo tudo dentro das caixas por numeração certinho, desde os pares de criança e possuo uma van, onde transporto os produtos.

Artesão (ã) 9 – Organizo assim, como o licor não estraga, quanto mais velho melhor. Eu organizo numa mala e deixo na casa da minha tia que é perto, o licor eu só trago ela da casa da minha tia pra cá. O que eu levo, trago de casa, são só as trufas, por serem perecíveis, então se eu não vendo aqui vendo em outro lugar. Depois, faltando um dia eu refaço faltando um dia e trago, geralmente faço de madrugada, quando chego da faculdade. Trago tudo na mão, as garrafas armazeno numa bolsa e quando preciso repor alguma eu trago na mochila.

Artesão (ã) 44 – São produzidos em casa e embalados, colocados em caixa, sempre tem alguém que ajuda a gente, dá uma carona, pra gente tá aqui atendendo o pessoal.

Artesão (ã) 36 – Deixo na garagem ali que guarda, e deixo guardado ali durante a semana porque eu não vendo o produto em casa, só vendo

aqui e o que eu produzo durante a semana eu vou trazendo na bolsa mesmo.

Artesão (ã) 38 – Eu coloco, que eu tenho caixa plástica pra colocar, e eu moro longe em São José do Alegre, venho de lá pra cá. Trago na sexta e no sábado.

Artesão (ã) 40 – Meu esposo que traz e guardo no barracão os produtos são transportados em caixas.

Artesão (ã) 23 – À medida que vou fazendo vou colocando em caixas de plástico, né?! Fechada, lacrada, tudo fechada, né? E ali eu organizo as velas, os sabonetes e as caixas pra trazer pra cá.

Artesão (ã) 1 – Aí eu coloco tudo numa caixa grande, coloco no carro e venho pra cá.

Artesão (ã) 33 – No carrinho, e tenho um carrinho de transporte, venho a pé para feira.

Por meio dos relatos, percebe-se a diversidade de meios utilizados para transportar o produto até a feira e a adequação no transporte de acordo com o produto. O próximo passo do associado é organizar os produtos na barraca. Por essa razão, acompanhamos a artesã 19 na montagem do seu ambiente. E desenvolvemos um *storytelling* (Figura 3) para demonstrar o processo de utilização de montagem do ambiente. A cena 1 apresenta a chegada da artesã; as cenas 2 e 3 apresentam a artesã ao terminar de montar a barraca, colocando a saia na sua frente e nas laterais; a cena 4 mostra a associada, que começa a desembalar os itens que serão expostos na bancada; a cena 5 apresenta a artesã colocando o forro branco sobre a bancada; e na última imagem, cena 6, a organização dos produtos na barraca.

**Figura 3 – Storytelling: processo de utilização da barraca**



Fonte: os autores

Com isso, foi possível constatar que:

- a. a cor vermelha influencia na alteração das cores dos produtos, pois a incidência solar não é barrada pelo forro disposto no teto da barraca e que o artesanato leva em média cerca de 30 minutos durante o processo de término de montagem da barraca e organização dos artefatos;
- b. os associados costumam utilizar vários elementos para facilitar a exposição dos artefatos, que varia de acordo com a necessidade de cada produto;
- c. a dificuldade de expor os elementos confeccionados por tecidos e a falta de utensílios que trabalhem altura, unidade, forma;
- d. a utilização de itens como: cintos, pregador de roupas e gancho de plástico para distribuírem os produtos;
- e. o exagero de produtos do ambiente pequeno da barraca: Figura 4.

Figura 4 – Exagero de produtos



Fonte: os autores

## Considerações finais

Por meio do desenvolvimento da pesquisa, foi possível compreender a utilização do espaço/ambiente urbano de uma feira de artesanato e os demais ambientes que compõem o dia a dia da utilização de uma praça, a sua reconfiguração durante os dias em que ocorre a feira, cuja definição é estabelecida pela diretoria da associação, e conseqüentemente o uso das barracas e o posicionamento dos artefatos comercializados que passam a ser produzidos, ou seja, organizados pelo artesão.

O estudo buscou abordar a utilização das feiras como modo de compreender a utilização do ambiente público como meio de espaço de convívio social e cultural, de comercialização, com o intuito de perceber o papel do designer de ambientes na melhoria da organização espacial da feira de artesanato, na conscientização do uso de cores, ergonomia, posicionamento de produtos e visibilidade que possam aumentar a visualização dos artefatos e conseqüentemente a geração de aumento de renda.

O passo seguinte do projeto foi o apontamento do desenvolvimento de uma oficina que contribuisse para o melhoramento das necessidades percebidas pelo profissional, designer de ambientes, como um novo caminho a ser trabalhado dentro de sua área de formação.

Portanto, por meio da utilização da TAR, foi possível não só analisar e descrever os ambientes de uma feira de artesanato, mas compreender a trama social existente e seus vínculos formados e trabalhados nas percepções e interações que modificaram o ambiente da feira. Pode-se afirmar que o Design de Ambientes e a TAR, em conjunto, e associados a uma feira de artesanato, são de suma importância para a elaboração dos aspectos referentes à exposição dos artefatos fabricados e comercializados pelos artesãos. Contudo, o Design de Ambientes, utilizando a proposta da teoria ator-rede, consegue identificar especificamente cada detalhe relacionado a uma feira de artesanato, ou seja, a composição dos seus ambientes em âmbito político, econômico e social, uma vez que tem como ponto de partida o empirismo proposto pela TAR, na medida em que os diálogos criados entre os atores envolvidos na pesquisa possibilitam observar intrinsecamente as agências formadas no campo de pesquisa, isto é, a rede ali presente no determinado momento analisado.

## Referências

ABREU, S. M. B. M. **Aspectos subjetivos relacionados ao design de ambientes**: um desafio no processo projetual. Belo Horizonte: UEMG, 2015.

BARBOSA et al. O designer de ambientes e o mercado de eventos: gestão ou projeto? p. 55-58. *In*: ACTAS DE DISEÑO, 9., 2010, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires, 2010. Disponível em: [http://fido.palermo.edu/servicios\\_dyc/publicacionesdc/vista/detalle\\_articulo.php?id\\_libro=148&id\\_articulo=6032](http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/vista/detalle_articulo.php?id_libro=148&id_articulo=6032) Acesso em: 11 mai. 2016.

BASTANI, K. R. **O Design de ambientes para a sustentabilidade em espaços públicos**: praça central de Casa Branca - Brumadinho - MG.

2013. Tipo de trabalho (Titulação em Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BOECHAT, P. T. V.; SANTOS, J. L. dos S. Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias. *In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA*, 8.; SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, 10., 2011, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista, 2011. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2013.

DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006)**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

KUAZAQUI, E. *et al.* A contribuição regional das feiras de artesanato na cidade de São Paulo. P. 284-296. *In: CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS*, 6., 2011, Franca. **Anais [...]**. Franca, 2011. Disponível em: [https://ifbae.s3.eu-west3.amazonaws.com/file/congres/2011\\_21.pdf](https://ifbae.s3.eu-west3.amazonaws.com/file/congres/2011_21.pdf). Acesso em: 1 out. 2015.

LATOURET, B. **Reagregando o social – uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, [S. l.], v. 5, n. 4, 1992.

LIMA, T. C. de; CÂMARA, T. M. da. Importância cultural da feira livre para a população de Parnamirim/RN. *In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA*, 5., 2010, Maceió. **Anais [...]**. Maceió, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNepi2010/paper/viewFile/1566/797> Acesso em: 2 mai. 2016

LIMA, T. C. de; CÂMARA, T. M. da. Importância cultural da feira livre para a população de Parnamirim/RN. *In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO*

**TECNOLÓGICA**, 5., 2010, . **Anais** [...]. 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEDI2010/paper/viewFile/1566/797> Acesso em: 2 mai. 2016

MARÇAL, V. G. *et al.* Diretrizes da análise ergonômica do trabalho para humanização do trabalho do feirante. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO. **Anais** [...]. Brasília, 2013.

MIRANDA, G. A cidade e a feira no tempo: a relação feira-cidade e os diferentes modos de ocupação do território pela feira de Caruaru. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., 2009, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2009. 17 p.

MOSTAFA, S. P. Um banho de empirismo: de Hume/Deluze ao empirismo radical de Bruno Latour. **Revista de Ciências da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42311>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PIMENTEL, T. D. *et al.* Ambiguidades indenitária na Feira Hippie/Brasil. **Revista Comportamento Organizacional e Gestão**, Lisboa, v. 13, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v13n2/v13n2a05.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

ASSOCIAÇÃO ARTES DA TERRA. **Regimento da Associação Artes da Terra**. Itajubá, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014c.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, 2007. [volume especial 1]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400013). Acesso em: 10 set. 2015.



*Parte II*

*Urbanização e Meio Ambiente*



# A INTERFACE URBANIZAÇÃO & SAÚDE PÚBLICA

*Gabriela Rezende Yanagihara  
Álvaro César de Oliveira Penoni*

## **Introdução**

O contexto da saúde tem mudado ao longo da evolução da humanidade. Após um momento de teorias religiosas, holísticas e místicas, na antiguidade, quando se acreditava que a saúde estava relacionada apenas à dádiva divina ou ao equilíbrio do homem, Sócrates inclui uma relação nova que rege os modelos atuais de conhecimento em saúde: a relação entre o homem e o meio ambiente (AKEMAN, M.; DUHL, L.; BOGUS, 2006).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.” Entretanto, nota-se que essa teoria ainda centraliza o indivíduo na doença, e não em um todo (PALMA, 2000).

Novas evoluções têm sido estabelecidas no entendimento do processo saúde-doença, mudando o foco do indivíduo para a sociedade e do tratamento para prevenção. A interligação entre o homem, o meio ambiente e agentes patológicos é o que determina o conhecimento do processo de saúde de uma população. Problemas ambientais são simultaneamente problemas de saúde, pois afetam os seres humanos e as sociedades. Com isso, aumenta-se a importância da cidade nas sociedades contemporâneas e sua abordagem como espaço coletivo, onde múltiplos fatores e determinantes da saúde convergem e se inter-relacionam (MATSUNAGA, 2018).

A urbanização e o crescimento desordenado das cidades são hoje temas de discussões por grandes cientistas e gestores ao elaborarem políticas públicas de planejamento urbano, principalmente levando em consideração seus impactos na saúde humana. Sabe-se que viver em ambientes urbanos aumenta o risco de doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis e melhorias no desenho urbano e utilização dos espaços promovem bem-estar à vida das pessoas (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016).

Com isso, nota-se também muitas limitações, falta de conhecimento dos gestores e baixos recursos para o planejamento e políticas de desenvolvimento de municípios, tornando os indivíduos mais vulneráveis aos impactos negativos na sua qualidade de vida, saúde e bem-estar (FREITAS, 2003; RIBEIRO; REIS; FERREIRA, 2012).

Minas Gerais é um dos maiores estados brasileiros ainda em ascensão econômica, social e cultural. O Sul de Minas, particularmente, tem grande destaque na urbanização e industrialização, apesar do impacto que a agropecuária tem na economia da região. Neste capítulo, abordaremos particularidades da região do Sul de Minas com relação às suas características sociodemográficas e como o processo de urbanização dessa região afeta o sistema de saúde. Adicionalmente, comentaremos sobre estratégias de promoção de saúde da região e como o planejamento urbano pode contribuir para a efetividade das ações e aumento da qualidade de vida, saúde e bem-estar da população.

### **Sul de Minas: dados sociodemográficos e urbanização**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), Minas Gerais é o quarto estado em área por unidade territorial, o 9º em índice de desenvolvimento humano (IDH) e em economia. O estado, com extensa área, localiza-se em uma posição estratégica na Região Sudeste, mantendo uma relação de divisas com importantes estados. O

estado é dividido em macrorregiões; é caracterizado pela sua importante contribuição econômica, agropecuária e educacional. Dentre essas macrorregiões, destaca-se a região sul do estado, com cerca de 49.500 km<sup>2</sup>, que faz fronteira com o estado de São Paulo. De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM) (2020), o Sul de Minas é a porção meridional do estado de Minas Gerais, que iniciou o povoamento no início do século XVIII por bandeirantes paulistas como Fernão Dias e cresceu no início do século XIX com a chegada de ondas de imigrantes italianos e comerciantes sírio-libaneses.

O Sul de Minas atualmente possui 81,6% de sua população residindo em áreas urbanas. Com importantes municípios polos, como Alfenas, Itajubá, Lavras, São Lourenço, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações e Varginha, o Sul de Minas é a segunda região mais populosa de Minas Gerais, reunindo 13,2% da população mineira (ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS, 2020).

O Sul de Minas mantém participação relevante no total dos empregos formais gerados no estado (12,5%) em função do perfil trabalho-intensivo das atividades econômicas desenvolvidas na região. Em termos setoriais, a geração de renda no Sul de Minas concentra-se no setor de serviços (58,8%), seguido por indústria (28,0%) e agropecuária (13,2%). Quando considerada apenas a atividade agropecuária, no entanto, esse número salta para 21,8%, o que evidencia a relevância desse setor para a dinâmica socioeconômica da região. Ademais, a participação da região sul no valor agregado mineiro dos serviços é de 12,3%, enquanto na indústria é de 10,3% (AMM, 2020).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB) (2020), o ranking de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais, que leva em consideração quesitos como longevidade, educação e renda, revela os municípios mais bem colocados no IDHM. A partir dos cálculos de cada um desses fatores, chega-se ao índice geral

de IDHM, organizado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A metodologia do índice foi adaptada do IDH Global pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro. Dos 15 maiores IDHMs do estado de Minas Gerais, 6 estão localizados na região do Sul de Minas, entre os quais Itajubá está em 4ª colocação, Lavras em 5ª e Poços de Caldas em 6ª, além de Itaú de Minas e Varginha (ADBH, 2020).

De acordo com a Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI), a região sul/sudoeste de Minas Gerais tem se mostrado bastante atrativa para a implantação de novos projetos de investimento (SARDENBERG; VIANA, 2016). Paralelamente ao crescimento econômico e ao IDHM, a região do Sul de Minas caracteriza-se por ser importante polo para o turismo, para o lazer e para a qualidade de vida. A estratégica localização em relação aos principais centros urbanos do sudeste, aliada à tranquilidade e a uma ótima qualidade dos serviços de saúde essenciais, serve de atrativo para uma grande parte da população que escolhe viver nas cidades do Sul de Minas.

Muitos desses municípios citados anteriormente nasceram na transição do século XIX para o século XX, com a ampliação das atividades econômicas do estado, principalmente das cafeeiras. Assim como todo o Brasil, Minas Gerais passou por intenso processo de urbanização e aumento populacional desregulado e, desse modo, sofre com os impactos econômicos, sociais, ambientais e sanitários. Na sua transição para o capitalismo, Minas Gerais passou a incorporar novas técnicas de produção e comércio exterior para ampliar o espaço para atividades mercantis (GAMBI *et al.*, 2012). Cidades do Sul de Minas, no início do século XX, já assistiram à construção de áreas comuns e lazer, como praças, cinemas e teatros.

Com o aumento da autonomia financeira, a União passou a fomentar o aumento nos investimentos em melhorias urbanas, garantindo empréstimos ao estado para a ampliação urbana dos municípios (COSTA, 1999). No entanto, é importante considerar que, apesar do aumento populacional nas cidades, o que indica um processo de expansão urbana, foi mantido na região um padrão de formação de cidades medianas.

Mudanças como essas, apesar de indicarem fortalecimento do mundo urbano, das atividades comerciais e da evolução econômica, também mostram a necessidade de um olhar político e social ampliado para esses municípios.

### **Ações de promoção de saúde de Minas Gerais e Sul de Minas**

No início do século XX, quando se iniciou a era bacteriológica, os esforços das políticas públicas de saúde foram direcionados às ações com foco na prevenção pessoal. Até então, países desenvolvidos e em desenvolvimento concentravam suas ações em construções de hospitais e formação de profissionais especialistas (WESTPHAL, 2006), porém a medicina curativa gerava altos custos ao setor de saúde. Começou-se a questionar sobre o poder da medicina isolada na resolubilidade de problemas de saúde, uma vez que o completo bem-estar físico, psíquico e social, determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), depende de outros fatores para além do organismo humano. A saúde humana depende das suas interações sociais, das políticas públicas e dos mecanismos de atenção à doença (GALLO; MATSUNAGA; BESSA, 2018).

Em 1977, a Assembleia Mundial de Saúde (AMS), organizada pela OMS, estabeleceu como meta que até o ano 2000 todos os países deveriam proporcionar aos cidadãos um nível de saúde que lhes permitissem levar uma vida social e economicamente produtiva. No ano seguinte, em 1978, a OMS, na Conferência Alma-Ata, definiu al-

guns componentes fundamentais na organização da Atenção Primária à Saúde: educação em saúde, saneamento ambiental (águas e alimentos), programas de saúde materno-infantil (imunização e planejamento familiar), prevenção de doenças endêmicas locais, tratamento adequado de lesões e doenças comuns, fornecimento de medicamentos essenciais, promoção de boa nutrição e medicina tradicional (BRASIL, 2002).

A Atenção Primária à saúde (APS) é responsável pela resolução de 80% a 85% dos problemas de saúde de uma população, segundo a OMS (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2020). As ações relacionadas à prevenção de doenças e à promoção da saúde implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) buscam promover e prevenir agravos, melhorando os resultados em saúde e reduzindo custos para o sistema, uma vez que focam em prevenção e promoção.

No Sul de Minas, o cuidado com a saúde e o investimento em prevenção são prioridades adotadas na maioria das cidades. A partir da Constituição de 1988, a saúde passou por um processo de descentralização, na medida em que as ações decisórias passaram para a alçada de estados e municípios, de modo que estes poderiam compartilhar com a União as responsabilidades sob a gestão do sistema de saúde. Essa descentralização proporcionou a criação de verdadeiros polos regionais nas principais cidades do Sul de Minas, tornando a região uma referência em qualidade de saúde.

Promoção de saúde representa um conjunto de ações que promovem autonomias individuais e coletivas para a vivência no território, com saúde e qualidade de vida, preconizadas pelo SUS e implementadas nos municípios. Promover saúde é, portanto, viabilizar maneiras para que o bem-estar da população seja ampliado coletivamente (BRASIL, 2010).

Segundo o Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais, publicado em 2016, dentre as dezenas de ações voltadas para a promoção de saúde, destacam-se as ações que dependem do planejamento urbano, tais



como consultórios de rua, praças esportivas, academias ao ar livre, espaços arborizados para atividade física e lazer (MINAS GERAIS, 2016).

Para desenvolver essas estratégias, no entanto, é necessária uma boa comunicação entre gestores públicos, cidadãos da comunidade e parceiros municipais. Desse modo é possível instituir um município sustentável e que estimule o bem-estar e convívio social. A cidade do século XXI necessita evoluir e ser promovida com base participativa, inclusiva, ouvinte e isonômica (GALLO; MATSUNAGA; BESSA, 2018).

É importante salientar que, ao propor estratégias de promoção à saúde, é necessário relacionar essas condições do indivíduo em seus inúmeros elementos, vinculando uma vida saudável também a uma participação coletiva (CZERESNIA; FREITAS, 2009).

Um exemplo de aplicação dos princípios da Promoção da Saúde em âmbito municipal está no projeto Movimento Cidades Saudáveis, que favorece a transformação do ambiente urbano em um espaço propício para o desenvolvimento da vida familiar na coletividade. O movimento visa a implementação de planos municipais, nos quais há interação entre diferentes sistemas, buscando o equilíbrio urbano. Esse projeto tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro das atenções, buscando o desenvolvimento sustentável e a produção social de saúde (GALLO; MATSUNAGA; BESSA, 2018).

O movimento por si só almeja motivar o governo e a sociedade para a melhoria da qualidade de vida da população com foco na participação popular. Adicionalmente, espera-se que dentro dessas propostas o planejamento urbano possa incluir a criação de espaços que visem à saúde e ao bem-estar da população, propiciando ambientes físicos acessíveis, limpos e seguros.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) refere-se à promoção da saúde como

[...] uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando a criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas. (BRASIL, 2006, p. 12).

Ao considerar a qualidade de vida na perspectiva do planejamento urbano, essas necessidades devem ser satisfeitas por políticas públicas.

### **Planejamento Urbano e Saúde: construção de espaços coletivos, acessíveis e sustentáveis**

Pensando no contexto da qualidade de vida de uma população, individual e coletivamente, faz-se necessária uma reflexão sobre a saúde e o espaço urbano, as condições de vida dos indivíduos e a sustentabilidade do ambiente. Esses fatores estão interligados diretamente com a convivência, a construção e as possíveis alterações do meio ambiente e todo espaço urbano, que é desenvolvido pelo ser humano e pela sua relação com o mundo (MINAYO, 2008).

A aproximação coletiva da população dá-se por meio de praças, ruas, bairros, comércio, e esses espaços influenciam diretamente na qualidade de vida de um indivíduo. Um meio urbano adverso, com poluição, construções desorganizadas ou ausência de espaços verdes, pode aumentar os riscos à saúde, especialmente daqueles indivíduos mais vulneráveis, como idosos, crianças e portadores de doenças (GALLO; MATSUNAGA; BESSA, 2018).

As paisagens urbanas constituem elementos representativos na qualidade de vida, tais como: acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, espaço, arborização. Todos esses fatores fazem com que a percepção do indivíduo sobre o espaço e sua vivência seja uma experiência individual.

Apesar do crescimento desordenado das cidades contemporâneas, que as transforma em ambientes caóticos, é possível propor estratégias que mobilizem coletivamente mudanças nesse paradigma e criar espaços bons de se conviver e viver. O Estado, por meio de suas práticas, induz e provoca transformações marcantes nos usos e funções dos lugares do município (GALLO; MATSUNAGA; BESSA, 2018), direcionando investimentos à infraestrutura.

A interação entre a área de arquitetura e a medicina já é evidenciada há muitos anos. No Brasil, o planejamento arquitetônico urbano surge como forma de adequar os espaços das cidades em prol de ações sanitárias mais efetivas (SPERANDIO; FILHO; MATTOS, 2016). O ambiente urbano tem sido considerado um fator determinante da saúde e parte das prioridades ao se adotar estratégias de promoção de saúde (BARTON; GRANT, 2011).

Um exemplo claro e visível de como o ordenamento do território pode influenciar positivamente na saúde da população é a criação de academias ao ar livre, praças esportivas e pistas para ciclismo. Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), tais como a hipertensão arterial, diabetes e obesidade, são favorecidas pelos hábitos sedentários e predominam em indivíduos que residem em cidades. As DCNTs representam um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil, além de gerarem altos custos ao nosso sistema de saúde (FAJERSZTAJNL; VERAS; SALDIVA, 2016). O ambiente urbano pode dificultar mudanças de hábitos saudáveis e as estratégias de promoção de saúde que visem minimizar esses riscos; essas propostas, por si só, são ineficazes sem um ambiente propício. Porém, a prática de exercícios em espaços públicos, por exemplo, tem se popularizado, tornando-se a forma mais eficaz de promoção de atividade física, ausente na rotina diária do ser humano (CASTAÑON *et al.*, 2016).

O Programa Academia da Saúde é uma proposta do Ministério da Saúde que visa atingir diferentes objetivos, como a ampliação de

espaços sociais de lazer, inclusão social e prática de atividade física. Com estrutura e quadro de profissionais que o diferenciam das estruturas tradicionais dos serviços de saúde, o programa é financiado pela União e o projeto arquitetônico dos polos é de responsabilidade dos gestores municipais (BRASIL, 2013; DE SÁ *et al.*, 2016). Até maio de 2015, havia um total de 2.849 municípios contemplados com o Programa no país. Esses municípios representam um total de 4.240 polos, incluindo 450 iniciativas similares e 3.790 obras em diferentes estágios de construção, destas, 1.165 encontram-se finalizadas (DE SÁ *et al.*, 2016). Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, em 2017, 105 academias foram entregues para 74 municípios do estado.

Para além dos locais específicos para a prática de atividade física, os municípios devem preconizar áreas arborizadas. Pesquisadores mostraram que as áreas urbanas verdes podem diminuir a temperatura local, mitigando as ilhas de calor e seus efeitos negativos à saúde (FAJERSZTAJNL; VERAS; SALDIVA, 2016) e diminuir a poluição do ar (JANHALL, 2015), da água (DORA *et al.*, 2015) e sonora (FAN *et al.*, 2010). Adicionalmente, o aumento de áreas verdes faz com que as pessoas que moram em sua vizinhança, além de terem uma melhor percepção da saúde, também estejam sujeitas a riscos reduzidos de patologias de origem cardiovascular e metabólica, como a hipertensão e a obesidade (JAMES *et al.*, 2015).

Por fim, a utilização de espaços públicos também funciona como meio de inclusão e interação de pessoas, e é importante que, ao planejar esses espaços, leve-se em consideração que eles são utilizados e vivenciados também por aqueles que possuem diferenças nas suas condições físicas. Afinal, as barreiras sociais e arquitetônicas que cercam esses indivíduos restringem o exercício de uma vida mais participativa e inclusiva (SILVA; SOUSA, J.; SOUSA, M., 2017).

O tema acessibilidade vem ganhando muito espaço nas discussões científicas e políticas, pois tem caráter de interesse coletivo. O Estado tem o dever de garantir que a acessibilidade e a inclusão social em espaços públicos e privados seja uma realidade sólida.

## **Considerações Finais**

Os temas apresentados separadamente no capítulo deste livro são sobrepostos sistematicamente entre si, refletindo a magnitude dos efeitos para a saúde das exposições urbanas.

Os programas de promoção da saúde relacionados com os problemas ambientais devem ser movimentos politicamente agressivos e emancipadores, socialmente justos, economicamente viáveis e ecologicamente prudentes, abordando a perspectiva de uma equidade social, política e econômica.

Atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades. No Brasil, em especial em Minas Gerais, a concentração populacional é natural devido aos atrativos geográficos, climáticos e logísticos. Com tantos indivíduos vivendo em cidades, entender a influência do ambiente construído na saúde deve ser sempre colocado como assunto prioritário. É sabido que, historicamente, o progresso da urbanização para a saúde não atingiu todos os moradores de países em desenvolvimento, mas a qualidade de vida registrada por meio do IDH de várias cidades do Sul de Minas faz dessa região uma das mais elevadas em qualidade.

A forma como as cidades funcionam influencia significativamente a saúde de seus moradores. Entender como se dá essa influência é um grande desafio metodológico, em razão das inúmeras variáveis envolvidas num sistema complexo como uma cidade. As condições geográficas, principalmente pela relação próxima com o estado de São Paulo, fazem da região do Sul de Minas uma vitrine. Cidades saudáveis incentivam uma população saudável, e esse deve ser interesse particular dos profis-

sionais de saúde, pois elas representam um grande auxílio terapêutico no enfrentamento de doenças e na promoção da qualidade de vida.

## Referências

AKERMAN, M.; DUHL, L.; BÓGUS, C. M. A questão urbana e a saúde: impactos e respostas necessárias. *In*: CASTRO, A.; MALO, M. (org.). **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. São Paulo: Hucitec: OPAS, 2006.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. **Caracterização econômica das regiões de planejamento**. Belo Horizonte: AMM, 2020.

BARTON, H; GRANT, M. Urban planning for healthy cities: a review of the progress of the European Healthy Cities Programme. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 263, de 5 de fevereiro de 2002**. Institui, no âmbito do SUS, o Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais, a ser desenvolvido de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos estados, Distrito Federal e municípios. Brasília: MS, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 2.684, de 8 de novembro de 2013**. Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de pólos e de custeio no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no município e o Programa Academia da Saúde. Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: MS, 2010. p. 17-19.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO. **Associação Mineira de Municípios – AMM**, 2020. Disponível em: <https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/#:~:text=Somente%20a%20regi%C3%A3o%20Central%2C%20a,%2C%20apenas%2012%2C%25>. Acesso em: 25 ago. 2020.

- CASTAÑON, J. E. B.; PAIVA, C. R.; FONSECA, K. M.; CARNEIRO, R. S. Academias ao ar livre: uma análise dos espaços públicos. Recife. *In*: Congresso Internacional de Ergonomia Aplicada, 1., 2016, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Conaerg, 2016.
- COSTA, E. V da. Urbanização no Brasil no século XIX. *In*: COSTA, E. V. da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1999.
- CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 1. ed. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2009.
- DE SÁ *et al.* O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1849–1860, 2016.
- DECLARAÇÃO ALMA-ATA (1978), Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, 6-12 de setembro 1978, Alma-Ata, URSS. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. As cartas da Promoção da Saúde. Brasília: MS, 2002.
- DORA, C. *et al.* Indicators linking health and sustainability in the post-2015 development agenda. **Lancet**, Londres, v. 385, p.3 80-91, 2015.
- FAN, Y. *et al.* The investigation of noise attenuation by plants and the corresponding noise-reducing spectrum. **J. Environ. Health**, Nigéria, v. 72, p. 8-15, 2010.
- FAJERSZTAJN, L.; VERAS, M.; SALDIVA, P. H. N. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores? *Estud. Av.*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 7-27, 2016.
- FREITAS, C. M. de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 137–150, 2003.
- GALLO, D.; MATSUNAGA, M. K.; BESSA, E. S. Saúde e planejamento urbano: interseções entre saúde e cidade. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 8., 2018 Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra, 2018.

GAMBI, T. F. R. *et al.* O processo de urbanização no Sul de Minas em transição. Diamantina. *In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA: HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRAFIA HISTÓRICA*, 15., 2012, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Porto Alegre: SES/RS, 2016. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201701/05153251-pes-2016-2019-sesrs.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Minas Gerais: cidades e estados. **IBGE**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

JAMES, P. BANAY, R. F.; HARK, J. E.; LADEN, F. A. A review of the Health Benefits of Greenness. **Curr. Epidemiol. Rep.**, Carolina do Norte, v. 2, n. 2, p. 131-142, 2015.

JANHALL, S. Review on urban vegetation and particle air pollution e Deposition and dispersion. **Atmos Environ**, Madison, v. 105, p. 130-7, 2015.

MATSUNAGA, M. K. Saúde e planejamento urbano: interseções entre saúde e cidade Eliane da Silva Bessa. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL*, 8., 2018, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra, 2018.

MINAS GERAIS. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - ADHB**, 2020. Disponível em [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/minas-gerais](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/minas-gerais). Acesso em: 20 ago. 2020.

MINAYO, M. C. S. Saúde e ambiente: uma relação necessária. *In: Autor. Tratado de Saúde Coletiva*. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2008. 871 p.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE - FOLHA INFORMATIVA - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. Organização



Panamericana Da Saúde – OPAS – Brasil, 2020. Disponível em: Atenção primária à saúde - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org). Acesso em: 18 ago. 2020.

PALMA, A. Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. **Biofutur**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 97–106, 2000.

RIBEIRO, J; REIS, G.; FERREIRA, S. Vigilância em saúde ambiental: interferência do ambiente na saúde humana em um município de Minas Gerais. **Investigação**, Franca, v. 4080, n. 34, p. 24–29, 2012.

SARDENBERG, B.; VIANA, C. de M. O que é que o Sul de Minas tem? **Agência de promoção de investimento e comércio exterior de Minas Gerais – INDI**. [S. l.], 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www.indi.mg.gov.br/o-que-o-sul-de-minas-gerais-tem/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVA, J. A. *et al.* (In)acessibilidade no espaço urbano público: a situação das pessoas com deficiência discutida por meio de uma revisão sistemática. São Luis. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2017, São Luis. **Anais** [...]. São Luis, 2017.

SPERANDIO, A. M. G.; FILHO, L. L. E.; MATTOS, T. P. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: Articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciencia e Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1931–1937, 2016.

WESTPHAL, M. F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. *In*: WESTPHAL, M. F. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec/ Fiocruz, 2006.



# RESÍDUOS SÓLIDOS E QUALIDADE DE VIDA URBANA

*Marcelo Bregagnoli*

*Sérgio Pedini*

*Marcelo Carvalho Bottazzini*

## Introdução

A temática ambiental e a da sustentabilidade ocuparam todos os espaços da atividade humana, não apenas enquanto demandas dos movimentos sociais, mas em especial dos segmentos produtivos, que percebem cada vez mais que a continuidade do meio ambiente está gravemente comprometida pela escassez de recursos. Nesse contexto, entre tantos temas que envolvem a sustentabilidade, a gestão de resíduos sólidos ocupa lugar de destaque e está intimamente ligada à qualidade de vida das populações em todo o planeta. Este capítulo tem como objetivo tratar da gestão dos resíduos sólidos à luz de suas regulamentações, envolvendo a certificação, em especial na construção civil. Trata ainda dos aspectos que envolvem o risco à saúde humana e sua relação direta com a qualidade de vida, com especial destaque à educação ambiental.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º garante o direito à vida a todos os brasileiros e estrangeiros que aqui no Brasil residem:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Todavia, o que se está em discussão nos dias atuais é **qual a qualidade vida que queremos?** Todas as pessoas necessitam de condições adequadas e saudáveis para o desempenho do seu labor, de sua recrea-

ção, da sua socialização etc. E quando se trata de qualidade de vida, o primeiro pensamento que nos vem à cabeça é sua relação com o ambiente no seu sentido lato.

Importantes índices ambientais, como taxa de poluição na atmosfera, disponibilidade e qualidade da água, aspectos visuais relacionados ao ambiente, como limpeza das cidades e sua arborização, saneamento básico, entre tantos outros, são parâmetros analisados nos dias atuais para que as comunidades tenham garantida a sua qualidade de vida, possibilitando não somente um maior rendimento em termos de trabalho, educação e resultados, mas sobretudo o desfrute dos momentos de lazer nos diversos momentos de “férias” e na aposentadoria.

Dentro de uma distribuição urbana, temos os bens públicos de uso comum do povo (ruas, praças, estradas, rios e mares) e os privados. Porém, tanto as pessoas quanto o poder público (municipal, estadual ou federal) e o privado possuem responsabilidade quanto às questões ambientais. Dentre essas responsabilidades, está a forma como tratamos os resíduos sólidos urbanos (RSU), previstos em lei e tão importantes para a sociedade nos dias atuais, justamente porque o “bem ambiental” está acima dos interesses públicos e particulares, é um patrimônio primário e de caráter social, garantia da própria existência dos povos e de uma vida saudável.

Por meio do processo de educação ambiental, o homem vem percebendo que os recursos naturais não são inesgotáveis como se pensava. É necessária uma coexistência equilibrada entre meio ambiente e homem, pois a falência do primeiro certamente levará à extinção do segundo. Em se tratando da questão ambiental, não pode prevalecer o individualismo, o conceito predatório, assim como é impossível ao Estado executar todos os processos e ações que envolvam meio ambiente. Temos de distribuir essa responsabilidade social e somente com um processo educacional eficiente e efetivo poderemos começar a reverter os danos

ambientais causados pelo homem, especialmente após a Revolução Industrial iniciada no século XIX.

Nunca os conceitos do mestre Lavoisier estiveram tão presentes — “na natureza nada se perde, tudo se cria, tudo se transforma” —, indo além do conceito restrito aos resíduos puramente orgânicos. A condição de sustentabilidade é primordial em todos os segmentos, e em se tratando do gerenciamento de resíduos sólidos (GRS), é nítido seus benefícios nos aspectos ambientais, sociais e econômicos para a sociedade. Palavras como repensar, reduzir, reciclar, reaproveitar, reutilizar tornaram-se palavras de ordem, superando ideologias, relacionam-se sobretudo com a manutenção dos recursos naturais, a geração de renda, os cuidados com a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

A crescente produção de resíduos em áreas urbanas e, consequentemente, sua gestão são um desafio em todos os municípios de todo o país. O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos urbanos gera diretamente outros impactos importantes tanto no meio ambiente quanto na saúde da população. Mesmo com a existência de uma legislação, que, comparada a outros países, recebeu elogios por diversos segmentos desde a sua publicação em meados de 2010, ainda assim verificamos desrespeitos e afrontas à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS — Lei 12.305/2010)<sup>1</sup>, uma lei federal que regula ações de diferentes entes e da coletividade em prol da melhoria das condições ambientais, advinda da boa gestão dos resíduos sólidos, sobretudo os de áreas urbanas. Nota-se esse descaso, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 42% dos resíduos sólidos ainda têm destinação final inadequada em áreas urbanas no Brasil (RADIO AGÊNCIA NACIONAL, 2020)<sup>2</sup>. Assim,

---

<sup>1</sup> Para mais informação, acesse: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>

<sup>2</sup> Acesse: <https://radioagencianacional.etc.com.br/geral/audio/2015-08/pesquisa-mostra-que-42-do-lixo-no-brasil-tem-destinacao-inadequada>

é necessário ampliar e melhorar o nível e discussão, em se tratando de gestão de resíduos sólidos.

## **Resíduos sólidos e sua relação com o meio ambiente**

A inadequada gestão dos resíduos compromete os atributos ambientais, trazendo impactos de ordem ambiental ou às pessoas de modo direto ou indireto, no tocante aos aspectos sociais e à saúde pública. No filme *Wall-e*<sup>3</sup>, que na ficção se passa no ano de 2700, tendo como cenário o planeta Terra, desabitado como grande depósito de lixo, o personagem *Wall-e* (*Waste Allocation Load Lifters — Earth — Levantador de Carga para Alocação de Lixo – Classe ‘Terra’*) trabalha para compactar e organizar os resíduos, enquanto isso, os seres humanos se protegem de toda a toxidez de nosso planeta na estação espacial.

Na referida produção fica evidente que os seres humanos foram incapazes de enfrentar o problema dos “resíduos” e lutar pelo seu habitat, abandonando-o à própria sorte após exterminarem os recursos naturais existentes, cheio de entulhos, para continuarem suas vidas preguiçosas e contaminadas pela inércia em outro local, artificialmente construído. Obviamente o filme de ficção coloca em evidência a incapacidade dos seres humanos de respeitar os limites do planeta terra, e mais, incapazes de buscar soluções para a questão dos resíduos produzidos devido às atividades antrópicas.

Assim, dentro de um GRS é necessário todo cuidado para apurar “causa/efeito”, para que se evite a contaminação ambiental e não ocorra a “vertigem” das evidências originárias de todo ciclo envolvendo os resíduos sólidos. Por exemplo, dá-se importância aos equipamentos de incineração, evitando a emissão de poluentes atmosféricos relacionados com a combustão do lixo ao ar livre, passíveis de aplicação de penalidades e multas. Muitas vezes, poluições como a atmosférica são atribuídas

---

<sup>3</sup> Estúdios Disney e Pixar – 2008.

somente à queima dos combustíveis fósseis dos automóveis, mas aquela resultante de inúmeros processos industriais é descartada.

O Estado é o responsável pela limpeza urbana, o que, nesse caso, cabe à gestão municipal com visíveis benefícios, mas as questões relativas ao GRS no Brasil não oferecem uma melhora qualitativa do sistema como um todo. Alternativamente aos problemas da enorme quantidade de lixo produzido, tem se discutido cada vez mais a possibilidade de reaproveitar os resíduos, uma feliz realidade de poucos municípios brasileiros, que esbarram nas dificuldades de implementação no aspecto prático ou até mesmo porque nunca absorveram a proposta de uma gestão eficiente dos resíduos orgânicos, seja por meio de métodos de compostagem ou similares. Ilustrativamente, Ribeiro e Lima (2000) observam que, em âmbito coletivo, o melhor meio é a coleta seletiva, na qual é possível se obter redução, reutilização e separação dos materiais, trazendo benefícios ao meio ambiente e sem dúvida à saúde. Todavia, reiteramos, isso exige “vontade” do poder público municipal, considerando que não é possível sua terceirização a outros agentes.

### **Gestão de resíduos sólidos e a legislação brasileira**

A falta de planejamento e a má execução GRS, a exemplo do setor privado, comprometem a imagem das empresas, impedindo a manutenção e expansão de mercados que exijam o mínimo de compromisso ambiental, diante da exigência dos consumidores quanto ao compromisso com o “ecologicamente correto e de justiça social”. Uma boa gestão ambiental garante maior potencial competitivo, além de alinhar a lucratividade e a proteção ambiental, evitando a aplicação de multas e intervenções. A legislação pautada na Lei 12.305/2010, mesmo que em tempos remotos tivéssemos uma “caça às bruxas” daqueles que executam suas funções e aplicam as penalidades/autuações (fiscais ambientais), foi um marco que trouxe responsabilidades à população, aos

empresários e ao poder público. Ela auxiliou os governantes na implantação das diretrizes de gestão integrada, possibilitando estratégias e procedimentos para uma gestão responsável dentro do setor público.

A tutela constitucional do meio ambiente é incontestável e traduzida no âmbito do chamado Direito Ambiental, demarcada nos princípios da prevenção e prudência. Os princípios da norma constituem preceitos valorativos que delineiam que as normas ambientais em geral devem ser pautadas na máxima redução possível ou na anulação de quaisquer práticas que possam causar degradação do meio ambiente ou uso insustentável dos recursos naturais, abrangendo, portanto, as normatizações que regulamentam a gestão de resíduos.

Inicialmente, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) determinou fins, mecanismos de aplicação e outras providências, e foi complementada pela Resolução 001/1986 Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), com conceitos primários (definições e diretrizes) sobre o que é o impacto ambiental (art. 1º) (CONAMA, 2021):

Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias e o meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

O conceito de desenvolvimento sustentável e o princípio do “poluidor pagador” são um dos pilares do direito ambiental, que determina que quem polui deva responder pelo prejuízo causado ao meio ambiente. Isso é expresso no parágrafo 3º do art. 225 da Carta Constitucional, na qual todo o brasileiro tem direito etéreo a um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, ou seja, como bem de uso comum da população e essencial à qualidade de vida dos seres



humanos. Da mesma forma, a legislação impõe aos poderes governamentais e à sociedade civil o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para o bom uso da geração presente e das gerações futuras, com a imposição de sanções penais e administrativas, cabíveis aos praticantes de atividades lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, impondo-lhes, inclusive, a obrigação objetiva de reparar os danos causados pela atividade em questão.

O PNRS dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao GRS (incluindo os perigosos), às responsabilidades dos geradores (pessoa física ou jurídica), poder público (Estado) e instrumentos econômicos aplicáveis. Assim, o PNRS exige a elaboração de plano de gestão de resíduos sólidos por parte dos municípios (gestão integrada), com revisão quadrienal, dispondo dessa revisão como contrapartida para o recebimento pelo município dos repasses financeiros da União, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana, ao manejo dos resíduos sólidos ou beneficiados por fomentos e financiamentos de entidades para tal finalidade. No art. 23 do PNRS, os responsáveis pelo plano de GRS deverão manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal, ao órgão licenciador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e outras autoridades informações sobre a implementação e operacionalização da GRS, com sistema declaratório (anual) e repasse das informações ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir).

A Lei 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, no art. 68, define que aquele que tiver o dever legal ou contratual de cumprir obrigação de interesse ambiental está sujeito à penalidade aplicável de detenção de um a três anos, acrescido de multa. Portanto, em vista das leis e normas relativas aos resíduos sólidos, é evidente a possibilida-

de da aplicação de penalidades e sanções aos responsáveis pelos planos de GRS que não cumprirem suas obrigações descritas.

No setor da construção civil, foi promulgada a Resolução n.º 307/2002 Conama, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a política de gestão dos resíduos sólidos, conhecidos como resíduos da construção civil (RCC) produzidos no âmbito das construções, reformas, reparos e demolições de obras, como tijolos, blocos cerâmicos, massas de concreto em geral, porções de solo, fragmentos de rochas, metais, resinas, colas, tintas, partes de madeiras e compensados, forros, argamassas, gesso, telhas, produtos de pavimentação e impermeabilização asfáltica, vidros, plásticos, tubulações, fiações elétricas e acessórios para esse fim, conhecida como metralha, entulho de obra ou massa caliça. Afinal, toda obra em diferentes dimensões produz entulho e rejeitos que podem ter destinação indevida, gerando consequências ambientais e econômicas.

Desde década de 1980, já se preconizava atenção à gestão RCC em relação à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida da população, porém com o advento da Lei 12.305/2010 que instituiu o PNRS – Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2021) ficou estabelecida a destinação dos resíduos sólidos dentro dos princípios ambientais, sanitários e econômicos, pautada na sustentabilidade. As próprias normas regulamentadoras que tratam da segurança e da medicina do trabalho contêm disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho, tornada pública pela Portaria n.º 3.214/1978, em sua NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Esta determina a coleta e a remoção de resíduos em cada fase do processo construtivo. Todavia, é comum na construção civil a utilização de

recursos naturais de forma intensiva e inadequada, apresentando uma má gestão histórica dos rejeitos das obras no que tange ao seu controle e sua destinação final, com danos cumulativos graves ao meio ambiente e, conseqüentemente, para a atual e as futuras gerações, o que interfere na qualidade de vida das pessoas em áreas urbanas. A Resolução 307/2002 Conama, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão RCC, disciplinando as ações necessárias, de forma a minimizar os impactos ambientais, foi alterada pelas Resoluções 469/2015, 448/2012, 431/2011 e 348/2004, como segue no artigo 3º sobre a classificação dos RCC:

I - Classe A: são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio fios etc.) produzidas nos canteiros de obras.

II - Classe B: são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso (Redação dada pela Resolução 469/2015).

III - Classe C: são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação (Redação dada pela Resolução 431/2011).

IV - Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde (Redação dada pela Resolução 348/2004).

No parágrafo 1º, consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida e, no parágrafo 2º, determina-se que embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas ao sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens (Redações alteradas pela Resolução 469/2015).

De acordo com o art. 4º da Resolução 307/2002 Conama (alterada pela Resolução 448/2012), os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Ainda no parágrafo 1º, determina-se que os RCC não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei. Ações de gestão dos RCC deverão estar previstas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e deverão constar:

I – as diretrizes técnicas e os procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local e para os Planos de Gerenciamento RCC a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores; II – o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento; III – o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e preservação de resíduos e de disposição final de rejeitos; IV – a proibição da disposição

dos resíduos de construção em áreas não licenciadas; V – o incentivo à reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo; VI – a definição de critérios para o cadastramento de transportadores; VII – as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos; e VIII – as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e possibilitar a sua segregação.

Grandes geradores têm a obrigação de elaborar Planos de Gerenciamento de RCC e implementá-los com o objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e a destinação ambientalmente adequados dos resíduos (art. 8º). Os Planos de Gerenciamento de RCC, de empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental deverão ser apresentados junto com o projeto do empreendimento para análise do órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Plano Municipal de Gestão RCC, assim como empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental deverão ser analisadas no processo de licenciamento pelos órgãos ambientais.

Os Planos de Gerenciamento RCC deverão contemplar as seguintes etapas:

I – caracterização: nesta etapa, o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos; II – triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitando-se as classes de resíduos; III – acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem; IV – transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos; e V – destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nas Resoluções.

Após a triagem, os RCC deverão ser destinados das seguintes formas: Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros; Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Após a publicação da Resolução 448 de 19/01/2012, os municípios tiveram 12 meses para elaborar e publicar os Planos de Gestão RCC e implementá-los em até 6 meses após a sua publicação, infelizmente muitas cidades não atenderam na íntegra às determinações e, o pior, pouco se viu no sentido de orientar e notificar esses municípios, muitos dos quais ainda permanecem de forma irregular, mesmo que a legislação permita a elaboração de Planos de Gestão conjunta com outros municípios.

Diante dos avanços na legislação, a GRS, com destaque para os RCC, tornou-se uma questão de ordem na normativa ambiental pátria, que descentralizou as ações de gestão e de fiscalização, necessitando ser empregada na esfera federal, e efetivamente nos municípios, que são os elementos ativos dessa legislação, contando também com a participação do Estado, empresas, sociedade civil e indivíduos, dentro do princípio de responsabilidade compartilhada pela manutenção e preservação do meio ambiente saudável, visando sobretudo a qualidade de vida. Assim, há necessidade de não somente avançar nos aspectos legais, mas sobretudo na implementação de procedimentos, processos de treinamentos para público operacional e capacitações para gestores para que evitem infrações e seja criada uma cultura pautada na educação ambiental.

## **Certificações em gerenciamento de resíduos sólidos**

A ISO 14.001/2015 auxilia as organizações a implementarem um sistema de gestão ambiental legalmente correto e adequado às necessidades da empresa. Normativas como a NBR 7.362, que trata dos sistemas enterrados de esgoto, e a NBR 10.004, que detalha a classificação de resíduos sólidos, são exemplos de garantia de qualidade ambiental na construção civil, passíveis de certificação. Todos esses procedimentos de certificação garantem uma maior qualidade ambiental, mas acima de tudo uma qualidade global do empreendimento, com repercussões na qualidade de vida dos usuários.

## **Os resíduos sólidos e os impactos socioeconômicos**

O crescimento populacional desordenado tem elevado a demanda de produção de alimentos e bens/serviços, acarretando sérios problemas com os resíduos, entre os quais os resíduos sólidos, que provocam impactos socioambientais diretos, indiscutíveis e irreversíveis no planeta e na qualidade de vida da população.

Em 1798, o economista britânico Thomas Malthus, no seu livro chamado *Ensaio sobre o princípio da população*, descreveu a teoria de que a fome e a pobreza no mundo seriam perenes e, de acordo com sua leitura à época, a população mundial crescia e continuaria crescendo a um ritmo mais acelerado do que a produção alimentícia. Mais de 200 anos após as primeiras teorizações, comprovamos que Malthus não só estava correto na sua linha de raciocínio, mas que o avanço cronológico foi acentuado, com inumeráveis impactos para o planeta Terra.

O aumento da população, o crescimento econômico, tecnológico e a urbanização favorecem a mudança no hábito da sociedade, contribuindo para a produção de novos produtos e em maiores quantidades. É oportuno destacar que o desenvolvimento de novos produtos sem o

devido controle pode afetar negativamente os seres humanos e ecossistemas, assinala Gouveia (2012).

Hoje são inúmeros os empreendimentos de coleta, tratamento e destino de resíduos sólidos que geram renda às famílias envolvidas, como nas cooperativas e associações de catadores de material reciclável. Bortoli (2009), em trabalho com essas cooperativas, conclui que esse trabalho gera renda e cidadania para um número cada vez maior de famílias, sem, contudo, gerar uma inclusão social efetiva, pois as condições de trabalho nem sempre são adequadas.

Os municípios, como já foi mencionado, são os órgãos responsáveis pela GRS, mas a capacidade e a estrutura necessária são distintas, em função de seu tamanho e o número de habitantes. Como toda atividade econômica, há uma quantidade mínima necessária de resíduos para tornar viável a atividade. Em municípios menores, uma alternativa é o consórcio com os municípios vizinhos.

### **Resíduos sólidos e os riscos à saúde**

É nítida a criação de um sistema de pessoas que “vive do lixo, sobrevive do lixo e sofre com o lixo”. São milhares de moradores próximos aos lixões e catadores de resíduos urbanos, que, mesmo sofrendo com as consequências diretas que possam provir dos materiais, mas utilizam desse subproduto para sua subsistência.

Com o surgimento dos “lixões” a partir da ocupação urbana, uma parte da população se distanciou do mercado de trabalho formal, na expectativa de sobreviver dos “restos produzidos pela sociedade”, numa situação de pobreza e condições insalubres: são os catadores de lixo (PEREIRA; MELO, 2008). De acordo com Ferreira e Anjos (2001), existem muitos agentes (físicos, químicos e biológicos) nocivos aos catadores, com elevado potencial de riscos de acidentes de trabalho para esses profissionais. Porém, há duas maneiras de contaminação que se



destacam a partir dos lixões: pelo contato direto com algum microrganismo patogênico presente no lixão ou por algum fator de risco associado, que atua como um risco ocupacional, ambiental ou alimentar. Somente em uma análise dos resíduos que exigem mais cuidados, constata-se que são geradas 2,7 milhões de toneladas ano no país (Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, 2021).

Há uma forte relação entre a geração de resíduos sólidos e a saúde, seja de forma direta ou indireta. O impacto na saúde das pessoas envolve sobretudo aqueles que sobrevivem diretamente do lixo. Alguns estudos buscaram analisar as repercussões para os trabalhadores do serviço de saneamento ambiental e limpeza (FERREIRA, 2002). De acordo com o autor, os trabalhadores do serviço de saneamento estão expostos a seis riscos durante a coleta do lixo. Além dos riscos já citados por Ferreira e Anjos (2001), o autor inclui agentes mecânicos, ergonômicos e sociais. Cabe salientar que, do ponto de vista ocupacional, no que tange à insalubridade, os agentes com potencial para causar doenças estão restritos aos agentes físicos, químicos e biológicos (NR-9).

A quantidade de resíduos gerada atualmente e os problemas advindos de sua má gestão têm sido estudados com mais seriedade na atualidade, uma vez que o impacto do lixo no meio ambiente e na saúde, devido a sua destinação final inadequada, causa a contaminação da água e do solo, afetando a vida como um todo (CUNHA; CAIXETA FILHO, 2002). A forma inadequada de descartar o lixo vem sendo discutida amplamente, na busca de que o lixo produzido pela sociedade possa ser ao máximo reaproveitado e não cause danos ambientais e à saúde, inclusive oferecendo uma solução alternativa de emprego para os catadores de lixo (BARBOSA, K.; BARBOSA, A., 2014).

Os sintomas de doenças mais comuns entre os catadores são gripes e resfriados, dores e problemas osteoarticulares, pressão alta e problemas respiratórios. Com relação às doenças adquiridas no passado, as princi-

país identificadas foram: resfriados, conjuntivite, dengue, verminoses, alergias e problemas dermatológicos. Além dessas, alguns catadores relataram que são comuns acidentes de trabalho, como cortes, perfurações e outras contusões, resultantes de condições de trabalho inadequadas, com danos ocupacionais, consequência da presença de materiais cortantes, como vidros ou outros objetos pontiagudos, mordida, picada de animais, e contato com microrganismos patogênicos (FERREIRA; ANJOS, 2001). Além desses, existem os riscos permanentes de acidentes com os caminhões de lixo no momento de despejo dos materiais, atropelamentos, possibilidade de queimaduras por cigarros, incêndios por explosão de pilhas, aerossóis, e dores musculares ou na coluna devido ao esforço da catação.

A força de trabalho parece ser mais decisiva na vida dos catadores em ambos os estudos em que a saúde é muitas vezes negligenciada, visto que o “lixão” é a única forma de sobrevivência, a exemplo dos garis, dos quais muitos deles não se utilizam de consultas médicas com medo de perder o emprego, uma vez que as doenças adquiridas requerem dias para o tratamento (SANTOS; SILVA, 2009). Um levantamento soroepidemiológico para leptospirose, entre quase 400 trabalhadores envolvidos no processo de catação e reciclagem, na região de Pelotas (RS), constatou a prevalência de resultados positivos para a leptospirose em 10,4% (ALMEIDA *et al.*, 1994). As condições insalubres às quais os catadores de lixo ou trabalhadores correlatos estão expostos refletem o princípio neoliberal no qual a terceirização dos serviços de coleta de lixo domiciliar levou a uma situação de precariedade para a saúde dos trabalhadores em muitos municípios do Brasil.

Mesmo diante de uma legislação moderna, elogiada por várias entidades mundo afora, não é animador o atual cenário da gestão de resíduos sólidos no país, ou seja, uma mudança deste cenário a curto prazo, em âmbito nacional, não deve ocorrer no momento, uma vez

que depende de diversos fatores, que sobretudo, estão vinculados com ações proativas em defesa e conservação do meio ambiente por parte do governo central. A qualidade de vida daqueles que trabalham de modo direto ou indireto com o lixo depende de um serviço de saúde eficiente, público e acessível. Afinal, esses trabalhadores sempre estarão expostos a riscos, mesmo com a coleta seletiva do lixo antes de sua destinação final, evitando, por exemplo, que o vidro e resíduos de saúde cheguem aos aterros ou “lixões”.

A reciclagem e a coleta seletiva têm se mostrado uma maneira eficiente de gerir o lixo. Estimava-se que a reciclagem realizada de forma correta seja capaz de evitar a emissão de 18 a 28 milhões de toneladas de dióxido de carbono no Brasil, entre os anos de 2000 a 2007 (GOUVEIA, 2012). Um exemplo pernicioso desse tipo de resíduo são os metais pesados advindos de pilhas, baterias e do lixo tecnológico em geral, onde milhares de toneladas desses materiais são descartadas de forma errônea, provocando contaminações de lítio, cádmio, mercúrio, chumbo, níquel etc. Assim, visando uma melhor qualidade de vida, é preciso que a coleta seletiva seja incentivada pelo poder público; mesmo que a princípio seja simples para a situação, a reciclagem não é apresentada na maioria dos planos de governos, pouco instituída nos programas governamentais como parte fundamental para a saúde da sociedade.

### **Tecnologia em GRS e qualidade de vida**

A qualidade de vida temos de buscar dentro do sentido mais amplo; como define a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida é “[...] a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (The WHOQOL Group, 2021) Ela envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e ami-

gos, e saúde, educação, habitação, saneamento básico e outras circunstâncias da vida. Para concretizar todos os adjetivos acima, necessitamos buscar o equilíbrio da existência humana e a conservação dos recursos naturais, principalmente pelo fato de que nossos resíduos produzem consequências danosas e irreversíveis ao ambiente, à saúde humana e à qualidade de vida das pessoas. Precisamos de tecnologias limpas e eficientes na busca de soluções para que os resíduos não agridam tanto o nosso ecossistema e a saúde e qualidade de vida do humano. Nesse sentido, a tecnologia avançou, como no caso das coletas de pilhas e baterias, que promovem uma crescente recuperação e reciclagem desse tipo de material, com apoio dos setores público e privado. Outro exemplo positivo são os inúmeros pontos de coleta e destino de materiais eletroeletrônicos, evitando seu descarte no ambiente.

As implicações do manejo errôneo dos resíduos sólidos podem desencadear uma série de consequências como: doenças, poluição do solo, poluição do ar, poluição da água, entupimento das redes de drenagem, enchentes, degradação ambiental, depreciação imobiliária e a transmissão de doenças. Diante dessa constatação, é crucial que sejam desenvolvidas técnicas de gerenciamento da obra que reduzam a geração de resíduos e ofereçam uma destinação final menos gravosa ao meio ambiente.

Os elementos tóxicos e não recicláveis presentes na maioria dos equipamentos eletroeletrônicos não só ganharam proporção elevada em quantidade, mas também a diversidade de males que sua substância pode fazer ao homem e aos demais seres vivos. Também o consumo exagerado de manufaturas e a compra desenfreada de produtos com substâncias prejudiciais ao meio ambiente, especialmente, para a saúde, só aumenta.

## **Gerenciamento dos RCC**

A construção civil, por si só, é uma ação antrópica da mais alta caracterização. As modificações ocorridas por meio dessa atividade tra-

duzem-se na mudança da paisagem, assim como em processos econômicos, geográficos, sociais e de ordem ambiental. A escala de grandeza dessa modificação e suas características específicas definirá “qual o preço ambiental” ou o valor agregado produzido.

Essas interferências por meio do homem, na busca de melhores condições de moradia, estruturas de apoio a atividades de saúde, lazer etc., podem variar de pequenas alterações ínfimas até impactos de grandes proporções (barragens, aterros, grandes terraplenagens), que poderão (ou não, dependendo das medidas preventivas) ocasionar desastres ambientais, como grandes inundações, deslizamentos, assoreamentos de cursos de água etc. Certas edificações ocasionam grandes modificações ecológicas que podem alterar drasticamente um ecossistema ou provocar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Dentre os grandes desafios da construção civil, está a resistência para com o correto gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo seu manuseio, processo e destinação, que podem produzir impactos, de tempo e ação no meio ambiente. O princípio da gestão RCC é algo basilar dentro dos padrões modernos de desenvolvimento sustentável; o Brasil produz quase 1 bilhão de toneladas de entulho ano<sup>-1</sup>, com efeitos ambientais e ao custo final da obra. Para a construção de cada três obras, uma será de rejeitos e entulhos, lembrando que quanto maior a produção de rejeitos, maior o gasto com processos de coleta, transporte e deposição em ambiente apropriado, em cumprimento da legislação. Para Cardoso, Gallato e Guadagnin (2014), a cada metro quadrado de obra de construção civil são gerados 150 kg de resíduos sólidos. É compreensível que em atividades de demolição o volume de resíduos seja grande, porém o que preocupa é o volume de resíduos proveniente de novas construções. Scremin (2007), pesquisando alguns municípios brasileiros, identificou que os RCC de demolições foram de 59% e os resíduos a partir de novas construções

foram de 41%, o que evidencia que tanto os processos construtivos quanto os de desenvolvimento de projetos para evitar a geração de resíduos devem ser repensados. Mesmo que o foco das empresas não seja o ambiental, é importante que revejam seus processos no sentido econômico. Hoje é impensável tratar do desenvolvimento econômico dissociado do uso sustentável dos recursos naturais.

Os empreendimentos de engenharia estão à mercê de legislações ambientais e são fiscalizados por órgãos governamentais reguladores (com multas e embargos rígidos), assim como pela sociedade civil (imagem da empresa ou empreendimento), que demanda por atividades em bases mais sustentáveis. É obrigação de qualquer cadeia produtiva adequar-se às exigências do mercado com tecnologia enquadrada no compromisso global com o meio ambiente. Assim, é necessário reduzir, reciclar, reutilizar, mas sobretudo repensar e readequar (reanalizar) formas de manuseio dos resíduos gerados nos canteiros de obra, de modo a mitigar ao máximo os efeitos danosos ao meio ambiente.

O setor precisa desenvolver metodologias eficientes no gerenciamento dos RCC dentro do princípio da sustentabilidade, com as atividades econômicas e sociais em equilíbrio com o meio ambiente, de modo a garantir qualidade de vida e a disponibilidade dos recursos naturais em quantidade e qualidade. Dentre os mecanismos de redução dos impactos ambientais gerados por resíduos, o planejamento da obra é um fator fundamental e eficiente, a fim de evitar sobras e o desperdício de materiais. Os conceitos de “reduzir, reciclar, reutilizar” não são um modismo, mas uma necessidade, sob o viés ambiental e econômico, de reaproveitamento de materiais de entulhos, resto de demolição e demais rejeitos efetiva no aspecto de redução da poluição ocasionada pela deposição indevida e obtenção de materiais de baixo custo. Diante desse grande desafio, devemos focar em soluções práticas no manuseio dos RCC.

## Referências

- ALMEIDA L. P. *et al.* Levantamento soroepidemiológico de leptospirose em trabalhadores do serviço de saneamento ambiental em localidade urbana da região sul do Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 76-81, 1994.
- BARBOSA, K. G. N; BARBOSA, A. C. N. O impacto do lixo na saúde e a problemática da destinação final e coleta seletiva dos resíduos sólidos. **Polêmica**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 1372-1383, jun. 2014. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/11669/9146>. Acesso em: 15 jul. 2020. doi: <https://doi.org/10.12957/polemica.2014.11669>.
- BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília: MMA, 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 16 maio 2021.
- BRASIL. **NR-9**: avaliação e controle das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos. Brasília, [2020a?]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-09-atualizada-2020.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BRASIL. **NR 18**: condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção. Brasília, [2020b?]. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-18-atualizada-2020.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BRASIL. Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 15 maio 2021.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ALEMANHA. **Publicações**. [S. l.], [2020?]. Disponível em: <https://www.ahkbrasilien.com.br/publicacoes>. Acesso em: 16 maio 2021.

CARDOSO, A. C. F.; GALATTO, S. L.; GUADAGNIN, M. R. Estimativa de geração de resíduos da construção civil e estudo de viabilidade de usina de triagem e reciclagem. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, [S. l.], n. 31, mar. 2014. Disponível em: [http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/31-03\\_Materia\\_1\\_artigos386.pdf](http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/31-03_Materia_1_artigos386.pdf). Acesso em: 27 jul. 2020.

CUNHA, V.; CAIXETA FILHO, J. V. Gerenciamento da coleta de resíduos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não linear de programação por metas. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 9, n. 2, p.143-161, 2002.

FERREIRA, J. A.; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 689-686, 2001.

FERREIRA, J. A. A coleta de resíduos urbanos e os riscos para a saúde dos trabalhadores. *In*: SIMPÓSIO ÍTALO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 6., 2002, Vitória. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Abes, 2002. v. 1. p. 1-10.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 17, n. 6, p.1503-1510, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 431 p.

LOPES, T. Direito e sustentabilidade ambiental: o regime jurídico aplicado à gestão dos rejeitos da construção civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5834, 22 jun. 2019. ISSN 1518-4862 Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74846>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PEREIRA, S. S.; MELO, J. A. B. Gestão dos resíduos sólidos urbanos em Campina Grande-PB e seus reflexos socioeconômicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, vl. 4, n. 4, p. 193-217, 2008.



RIBEIRO, T. F.; LIMA S. C. Coleta seletiva de lixo domiciliar: estudos de casos. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 50-69, 2000.

SANTOS, G. O.; SILVA L. F. F. Estreitando nós entre o lixo e a saúde: estudo de caso de garis e catadores da cidade de Fortaleza, Ceará. **Revista Eletrônica do Problema**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 83-102, 2009.

SCREMIN, L. B. **Desenvolvimento de um sistema de apoio ao gerenciamento de resíduos de construção e demolição para municípios de pequeno porte**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

The WHOQOL Group. **WHOQOL-bref: introduction, administration, scoring and generic version of assessment**. Geneva: World Health Organization, 1996



*Parte III*

*Urbanismo e planejamento  
urbano e regional*



# AS CIDADES MÉDIAS DO SUL DE MINAS: CRESCIMENTO URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS RECENTES

*Alexandre Carvalho de Andrade  
Eduardo de Araujo da Silva  
Rafaela Santos Costa de Figueiredo*

## Introdução

De um modo geral, quanto maior o contingente populacional, mais extenso tende a ser o espaço intraurbano e as distâncias entre o centro e as periferias, assim como mais complexa é a organização socioespacial em uma cidade. Nesse sentido, as metrópoles brasileiras são exemplos bastante elucidativos, mas mesmo que ocorram em menor intensidade, nas cidades médias também se presenciam diversas novas dinâmicas, tais como a maior divisão entre os espaços de trabalho, moradia, consumo, entretenimento e circulação, as formações de novas centralidades, as desigualdades socioespaciais, entre outras.

Com o processo de crescimento populacional que ocorre nas cidades médias, e especialmente nas metrópoles, são direcionados novos eixos de expansão urbana que refletem diretamente os interesses e os recursos econômicos de seus moradores e investidores, e que contribuem para que as cidades tenham uma ocupação espacial mais difusa, mais fragmentada e que avançam sobre áreas periféricas e periurbanas. Isso leva à formação de novas centralidades, como subcentros e shopping centers, que podem ser atraentes para os moradores da cidade e para os provenientes de sua área de influência. Dessa maneira, “[...] há uma maior divisão econômica do espaço, submetida a um mais significativo processo de descentraliza-

ção, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro [...]” (CORRÊA, 2007, p. 24). Para o autor, quanto mais populosas as cidades e mais complexas as atividades econômicas, maior a fragmentação do tecido social, o que resulta em distintas projeções espaciais das classes sociais, com maior diferenciação entre as frações de um espaço urbano.

No Brasil, as áreas periféricas se formaram a partir de espaços ocupados pelas populações de menor renda e só posteriormente atraíram o interesse do mercado imobiliário especializado na implantação de shopping centers ou de condomínios residenciais voltados às classes sociais de maior poder aquisitivo (MOURA, 2008). Atualmente, o próprio conceito de “periferia” merece uma diferenciação, uma vez que há áreas que são localizadas próximas aos centros da cidade, mas podem ser consideradas, por seus conteúdos sociais, como “periféricas”, ao mesmo tempo que áreas distantes do centro, ocupadas por populações de alto poder aquisitivo, em especial os condomínios residenciais fechados, não são associadas como “periféricas”. E tal condição, antes mais evidente nas metrópoles, é recorrente também nas cidades médias, principalmente devido ao fato de que diversas destas apresentam significativo crescimento populacional e econômico.

O presente capítulo tem como objetivo elucidar os processos de crescimento populacional e expansão urbana em cidades médias do Sul de Minas, associados com as ocorrências de novas dinâmicas socioespaciais, em especial a consolidação de novas centralidades nos espaços urbanos, como os subcentros e os shopping centers, e as desigualdades socioespaciais.

### **As cidades médias do Sul de Minas**

A Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas está localizada entre as três maiores aglomerações urbanas do país — São Paulo, Rio

de Janeiro e Belo Horizonte —, e possui uma população de 2,588 milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A economia regional é significativamente diversificada e tem como principais atividades a agropecuária (café, pecuária leiteira, cereais e frutas), as indústrias (material de transporte, eletroeletrônica, mecânica, têxtil e alimentícia) e o comércio e prestação de serviços (turismo, educação, saúde, transporte e administração).

O crescimento e a diversificação da economia mineira, especialmente após a década de 1970, foram acompanhados pela necessidade de mão de obra, sobretudo nas áreas mais dinâmicas do estado, como a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, o que motivou a afluência de migrantes para essas áreas (CARVALHO *et al.*, 2002; BRITO; HORTA, 2002).

A rede urbana sul mineira apresenta-se estruturada em cidades médias; os municípios de Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Passos, Lavras e Itajubá são os mais populosos e com maior infraestrutura socioeconômica (CASTRO, 2000; ANDRADE, 2014). A Tabela 1 demonstra o processo de crescimento populacional dos referidos municípios no período entre 1970 e 2010.

**Tabela 1 – Crescimento populacional em municípios do Sul de Minas no período entre 1970 e 2010**

<b>Município</b>	<b>1970</b>	<b>1991</b>	<b>2010</b>	<b>2010/1970</b>
Poços de Caldas	58.476	109.788	152.496	161%
Pouso Alegre	38.072	81.792	130.586	243%
Varginha	44.002	87.976	123.120	180%
Passos	55.780	84.294	106.313	91%
Lavras	45.232	65.670	92.171	104%
Itajubá	52.290	74.866	90.679	73%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

O ritmo de crescimento dos principais municípios do Sul de Minas apresentou diferenças nítidas entre Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas, onde ocorreu com maior intensidade, enquanto Passos, Lavras e Itajubá apresentaram um ritmo de crescimento menos acentuado, o que reflete as diferenças nos saldos migratórios mais elevados nos primeiros (CARVALHO, 2013). Da mesma maneira como aconteceu em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, o crescimento populacional foi mais significativo nas áreas urbanas, conforme é demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Crescimento da população urbana em municípios do Sul de Minas no período entre 1970 e 2010**

<b>Município</b>	<b>1970</b>	<b>1991</b>	<b>2010</b>	<b>2010/1970</b>
Poços de Caldas	52.452	104.957	148.785	184%
Pouso Alegre	29.208	74.267	119.602	309%
Varginha	36.565	82.169	119.099	226%
Passos	39.603	73.925	100.866	155%
Lavras	35.823	60.482	87.835	145%
Itajubá	42.825	68.726	82.785	93%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Com relação aos seus papéis na rede urbana regional, Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas são classificadas como “Capital Regional C” e são cidades médias que exercem influência em significativo número de municípios. Passos e Lavras estão na categoria de “Centro Sub-Regional A”. Itajubá, por sua vez, é um “Centro Sub-Regional B” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b). Essas cidades apresentam relevante importância econômica e sociocultural na região sul mineira, além de atraírem pessoas de suas áreas de influência devido à estrutura que oferecem.

Segundo Amorim Filho (1976 *apud* AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p. 4-5), as cidades médias podem ser estipuladas pela presença destes atributos:



- Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- Tamanhos demográficos e funcionais suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;
- Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- Diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;
- Aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

As definições do autor explicitam o papel de uma cidade média em uma rede urbana, cujas funções intermediárias são evidenciadas pelas atratividades que exercem sobre os moradores de pequenas localidades e espaços rurais das circunvizinhanças, que nelas encontram infraestruturas comerciais e de serviços não disponíveis em seus locais de origem, além das inter-relações que desenvolvem com as cidades em posição hierárquica superior, onde são realizadas as atividades de gestão do território, sejam elas públicas ou privadas. A atração de moradores da região que para a cidade média afluem para obter serviços como ensino superior, tratamentos médicos de maior complexidade ou mercadorias diversas contribui para a dinamização da economia local, o que, por sua vez, acaba colaborando para que as cidades médias do Sul de Minas re-

cebam novos investimentos realizados por empreendedores locais, mas também de outras regiões e mesmo países.

O desenvolvimento econômico nas cidades médias é perceptível em decorrência da concentração e diversificação das atividades comerciais e de serviços, que são consequências do crescimento do mercado consumidor local e regional. Essa conjuntura motiva a implantação de novas formas de consumo de produtos, como hipermercados e shopping centers, de serviços (educação superior, saúde especializada, órgãos públicos...) e de cultura e entretenimento (salas de cinema 3D, casas de shows, livrarias, teatros...), o que evidencia a existência de segmentos socioeconômicos diversos e com bom poder aquisitivo em escala regional, e, no contexto do Sul de Minas, essas estruturas são encontradas nas suas principais cidades. Tais fatores colaboram para o aumento da centralidade das cidades médias e o alargamento de suas áreas de influência, já que, se anteriormente os seus moradores e os das circunvizinhanças tinham de se deslocar para as metrópoles para obter serviços, produtos e formas de entretenimento, passaram a encontrar tais oportunidades nas proximidades, nas cidades médias (BESSA, 2005).

Embora existam diferenças quanto às características geográficas, dos períodos históricos de formação e das práticas econômicas que motivaram seu desenvolvimento, as cidades médias apresentaram certas similaridades em seus processos de expansão urbana e que refletem nas suas dinâmicas socioespaciais. No geral, as áreas centrais frequentemente são (ou foram) as regiões mais valorizadas, por conciliarem os espaços para práticas diversas, como comércio, administração pública, prestação de serviços, recreação, religião, atividades artístico-culturais, entre outras, e por abrigarem as construções com maiores representatividades funcionais e simbólicas, como templos religiosos, edifícios públicos, e mesmo as residências das elites. E, no contexto do Sul de Minas, também é importante mencionar a situação de Poços de Caldas, onde as

estruturas ligadas ao turismo (atrativos, hospedarias, comércio...) historicamente estão alocadas na área central.

Entretanto é de se considerar que à medida que um centro urbano apresenta considerável crescimento populacional, novos arranjos econômicos e espaciais se sucedem e coexistem em seu território, formando um mosaico de práticas socioespaciais que reflete as condições financeiras dos seus usuários e a atuação do poder público. A perda da atratividade da área central, por razões como a deterioração paisagística, o alto custo dos imóveis, os frequentes congestionamentos ou mesmo pela perda de seu *status* social, faz com que gradativamente sejam desenvolvidas atividades comerciais, de prestação de serviços e de entretenimento em outros pontos do espaço urbano. Essas dinâmicas crescentes nas cidades médias brasileiras e também nas sul mineiras colaboram para a formação e consolidação dos subcentros terciários em áreas das cidades que apresentam expressivo dinamismo populacional e econômico associado às facilidades de acesso, além da implantação de novas centralidades, como os shopping centers.

Nas cidades médias brasileiras, a consolidação de novas centralidades ocorre concomitantemente com a difusão dos condomínios residenciais fechados (SOBARZO, 2006; SPOSITO, 2006). Com isso, os centros originais passam a enfrentar a concorrência de outros espaços por motivações como a moradia, o consumo de produtos e serviços, e o entretenimento. A difusão dos automóveis, a implantação de vias, e mesmo os interesses pessoais, fazem com que essas novas formas de residir, consumir e entreter sejam muitas vezes consideradas como eminentemente modernas e representativas da “boa vida” pelo imaginário e pelos discursos do poder público, da mídia e dos incorporadores imobiliários (SOBARZO, 2006).

As relações que conferem um valor elevado ou baixo ao solo urbano são, portanto, a quantidade e qualidade de infraestruturas de serviços

públicos, as condições socioambientais e a acessibilidade em relação a outros pontos da cidade ou da região. Nessa condição, os espaços de uma cidade média que são mais aprazíveis para se morar e com maior potencial de geração de lucros para as empresas dos mais diversos setores econômicos apresentam consideráveis valorizações financeiras; enquanto outros, que não apresentam esses predicados, são mais desvalorizados e ocupados por populações com menores rendimentos.

### **A desigualdade socioespacial de uma cidade média, o caso de Poços de Caldas**

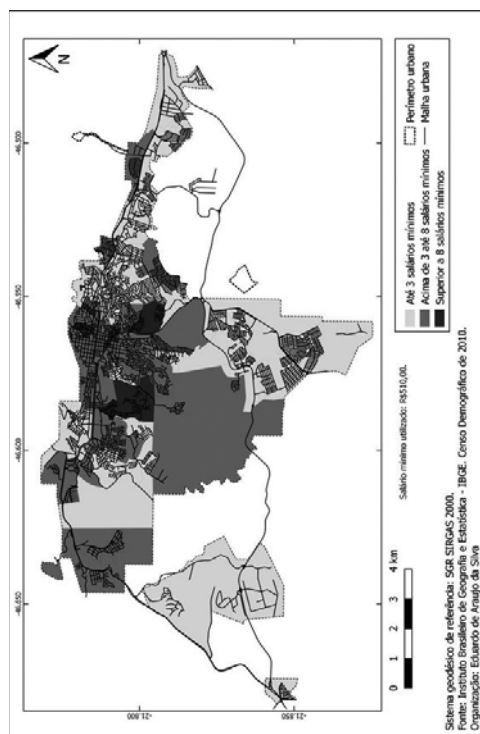
A desigualdade social revela-se uma característica fundamental do espaço urbano brasileiro (VILLAÇA, 1998). As cidades contemporâneas, fundadas, expandidas e adensadas na lógica capitalista apresentam diversos processos espaciais que fragmentam e diferenciam seus espaços, com isso são observadas variadas regiões urbanas, tornando a cidade um mosaico de fragmentos mais ou menos articulados, cada um com suas formas, funções, hierarquias e conteúdos sociais.

A diferenciação socioespacial torna-se um grave problema no mundo contemporâneo devido ao fato de as diferenças sociais estarem cada vez mais subordinadas ao capital, este último controlado por alguns grupos dominantes. Levando em consideração que os diferentes grupos sociais não têm as mesmas condições de consumo e que o capitalismo é cada vez mais abrangente no mundo, a diferenciação transforma-se em desigualdade. A desigualdade socioespacial, assim como a diferenciação, está presente em múltiplas escalas (SPOSITO, 2011).

Nas cidades médias, as desigualdades socioespaciais podem ser menos intensas que nas metrópoles, pois, geralmente, não há favelas de grandes extensões. Entretanto, é possível perceber periferias urbanas distantes e descontínuas no centro principal com moradias cedidas pelo Estado, moradias autoconstruídas, barracos e/ou a ausência de equipamentos públicos e privados.

O contexto de Poços de Caldas, analisado por Silva e Andrade (2019), ilustra como se processa a desigualdade socioespacial em uma cidade média da região Sul de Minas Gerais. Como um todo, o município apresenta elevados índices socioeconômicos, além de dispor de um sistema de saneamento consideravelmente completo (SILVA; ANDRADE, 2019). Todavia, a partir das observações em trabalhos de campo e análises dos dados secundários divididos em regiões da cidade, os autores evidenciaram que o espaço intraurbano do município apresenta acentuada desigualdade socioespacial. Um dos aspectos sociais que se expressa no espaço é a desigualdade de renda (Figura 1).

**Figura 1 – Mapa do valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento**



Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

A desigualdade socioespacial da cidade foi sendo constituída no processo histórico a partir da atuação dos agentes políticos e privados. Observa-se que o centro principal e as regiões urbanas mais contínuas em relação ao centro apresentam: maiores índices socioeconômicos, uma maior oferta de comércios, serviços e espaços de lazer, e as regiões mais distantes e descontínuas em relação ao centro principal, que apresentaram menores índices socioeconômicos, não possuem as mesmas vantagens locacionais (SILVA; ANDRADE, 2019).

O centro principal da cidade foi sendo urbanizado, em seu início, a partir da exploração das fontes hidrotermais, voltada ao turismo de cura e de lazer. Durante o período histórico, que vai das últimas décadas do século 19 até meados do século 20, o núcleo urbano do município apresentou um notável crescimento econômico, demográfico e urbano, o que fez a localidade ganhar importância na rede urbana do Sul de Minas. Atualmente, o centro principal, além de suas funções residenciais, é composto por estabelecimentos comerciais e de serviços, inclusive atrelados ao turismo, escritórios e consultórios, instituições públicas e privadas, edificações históricas, escolas, espaços públicos e áreas para práticas culturais, e essa diversidade de usos o torna atraente aos mais diversos grupos sociais.

A região oeste da cidade cresceu a partir dos antigos caminhos que davam acesso ao estado de São Paulo. Historicamente, essa região apresenta relativa importância, pois desde a primeira metade do século XX, já ocorreria nela a existência de espaços destinados ao turismo de lazer. Atualmente, a região oeste contém alguns elementos que aumentam sua atratividade aos moradores do município e da região, tais como: shopping center, espaços públicos (parque municipal e *Country*), universidades, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, dentre outros. Esse setor da cidade apresenta-se fragmentado devido à maior tendência de implantação de condomínios horizontais fechados

(áreas de autossegregação). No entanto, o conteúdo social dessa região é variado, de classes sociais de baixa renda até classes mais abastadas.

A partir da década de 1970, foram implantados diversos programas de habitação de interesse popular no município, com o que as regiões urbanas leste e sul de Poços de Caldas foram as mais contempladas, fato esse que até nos dias atuais reflete-se nos índices socioeconômicos de ambas as regiões. As regiões leste e sul apresentam, de um modo geral, baixos índices socioeconômicos (Figura 1). Além dos aspectos sociais, essas regiões, em especial a sul, são as mais afastadas e estão espacialmente descontínuas do contexto urbano, denotando processos de segregação socioespacial (SILVA; ANDRADE, 2019).

A ocupação urbana em direção leste começou desde os anos 1940, contudo, a partir da década de 1970, a região leste começou a ser expressivamente loteada em áreas mais distantes e descontínuas do contexto urbano. Atualmente, há condomínios levantados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1 (de 0 a 3 salários mínimos) a aproximadamente 9 quilômetros de distância do centro principal.

A região sul começou a ser ocupada a partir da década de 1970. O adensamento da região foi mais efetivo após a implantação de programas de habitação popular. Nos anos de 1981 foi inaugurado o maior empreendimento de habitação popular no município, o Conjunto Habitacional Eng. Pedro Affonso Junqueira (Cohab), que entregou 1.553 casas para as populações de baixo rendimento. Observa-se que o Cohab foi implantado numa área que antes não era urbanizada, a 7,4 quilômetros de distância do centro principal. Ademais, outros programas de habitação popular foram implantados nessa região (SILVA; ANDRADE, 2019).

Tomando como exemplo a cidade de Poços de Caldas, é possível perceber que, mesmo sendo menos intensa do que nas metrópoles brasileiras, há expressiva desigualdade socioespacial; coexistem áreas que

historicamente foram um tanto valorizadas, como o centro, regiões com certo dinamismo recente, tal como a oeste, e áreas caracterizadas pela presença de populações de menor rendimento e menor infraestrutura, como as zonas leste e sul. No entanto, mesmo em menor intensidade, a desigualdade socioespacial é uma realidade presente nas cidades médias e que deve ser amenizada.

### **Novas formas de consumo: os shopping centers e o contexto de Varginha**

O fenômeno dos shopping centers no território brasileiro começou na década de 1960, em São Paulo, e desde então são atrativos para a população brasileira, embora tenha surgido sob um viés elitizado. Acreditava-se, em um passado recente, que os shoppings em território brasileiro eram considerados empreendimentos pertencentes inerentemente aos grandes centros urbanos e com público consumidor com status econômico elevado. Embora na atualidade tal crença ainda permaneça enraizada em alguns shoppings, essa tendência vem se rompendo gradativamente.

A instalação de um shopping center em uma cidade pertencente ao setor terciário no auge do circuito superior da economia (SANTOS, 2008) traz consigo toda uma movimentação da economia associada à geração de empregos e à movimentação que ultrapassa a escala local, mas também demonstra traços certos da segregação social, com um pressuposto um público-alvo elitizado.

Os grandes centros urbanos na atualidade são marcados econômica, social e culturalmente pela presença de shopping centers em seu território, entretanto esses não são uma exclusividade metropolitana, pois na contemporaneidade observa-se o crescimento dessas edificações em cidades médias. Nos dias atuais, inclusive, alguns traços vêm se alterando, a exemplo do condicionante urbano quanto ao público habitu-



almente imposto ao olhar da massa social. E, assim, nas metrópoles a movimentação da população de menor renda é crescente, inclusive com a implantação desses empreendimentos nas regiões periféricas, como o Shopping Itaquera, em São Paulo, e o Madureira Shopping, no Rio de Janeiro; também gradativamente as cidades médias vêm recebendo instalações de shopping centers.

A região do Sul de Minas possui uma rede urbana estruturada em cidades médias, e justamente nas que estão em maior posição hierárquica na rede, há três shopping centers de maior porte e diversidade de estabelecimentos, quais sejam: o Shopping Poços de Caldas da cidade de Poços de Caldas, existente desde o ano de 2005; o SerraSul Shopping, localizado na cidade de Pouso Alegre desde o ano de 2013; e mais recentemente, ocorreu na cidade média de Varginha, no ano de 2016, a implantação do Via Café Garden Shopping, que será o destaque do presente capítulo.

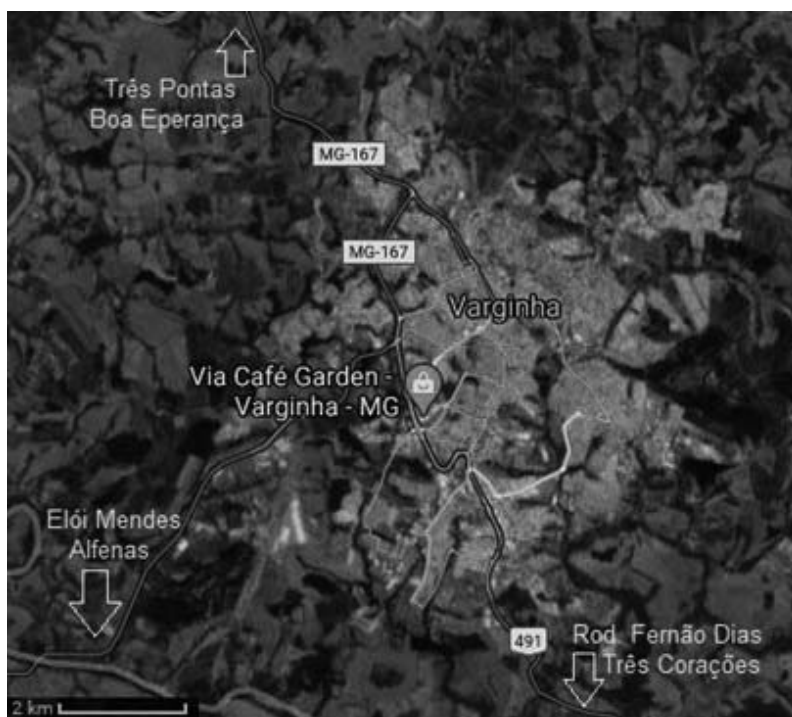
A ênfase no Via Café Garden Shopping, na cidade de Varginha, deve-se a sua recente instalação em consonância com o atual crescimento da população e do território urbano varginhense e ao fato de como esse estabelecimento molda os fluxos de consumo da cidade e da sua área de influência. E nas proximidades dessa cidade média, há municípios com significativa relevância populacional e econômica, como Três Corações, Três Pontas e Elói Mendes, o que resulta, assim, em uma aglomeração urbana formada pelos quatro municípios, com produto interno bruto de 6,78 bilhões de reais e população de 274.926 habitantes, em um raio de 28 quilômetros a partir do centro da cidade de Varginha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Essa inserção dos shopping centers, antes tão comuns apenas em grandes centros urbanos, proporciona novas centralidades e coloca em destaque na atualidade as chamadas cidades médias, devido a toda movimentação econômica causada pelo shopping, seja em termos de

influência regional, que atrai a população das cidades do entorno, aumentando consequentemente o público consumidor, seja de expansão urbana da cidade sede do shopping, o que é quase uma consequência natural.

No Via Café Garden, ficam nítidas suas relações com o contexto regional, pela sua localização, às margens de uma rodovia, estando próxima ao centro e aos bairros mais valorizados de Varginha, mas também de fácil acesso para moradores de outras cidades, inclusive é ressaltado este “papel regional” pelas campanhas publicitárias do empreendimento (Figura 2).

**Figura 2 – Shopping Via Café Garden em relação ao espaço urbano de Varginha e as principais rodovias no contexto local/regional**



Fonte: Adaptado de Google Maps (2020)

O processo de formação de centralidades causado pela instalação de um shopping center, segundo Silva (2016), ocorrerá de maneira diferente nas metrópoles e nas cidades médias, pois na metrópole geralmente existem vários shoppings de diferentes proporções, que vai desencadear uma maior viabilização de distâncias por parte de seus possíveis frequentadores. Isso, por sua vez, vai fazer com que diversos desses empreendimentos sejam voltados ao comércio, ao entretenimento e serviços, em uma mesma área urbanizada, o que resulta em várias áreas centralizadoras. Enquanto isso, em uma cidade média, tal como ocorre em Varginha, a instalação de um único shopping center tende a atrair toda a centralidade desse perfil de empreendimento para si.

Este processo de produção do espaço não só cria novas formas (um shopping center é uma forma espacial relativamente nova, por exemplo) como imputa novas funções as velhas formas [...] o centro da cidade é um exemplo de uma velha totalidade engendrada por uma nova. Este ponto de referência, visível pelas formas espaciais pretéritas tomadas por novos usos, é a paisagem, e seu uso efetivo atual, o espaço. (WHITACKER, 2017, p. 151).

Embora esse fenômeno aparente trazer consigo apenas benefícios econômicos para a cidade, é possível visualizar, no contexto de Varginha, uma tendência ao esvaziamento do centro da cidade e uma redistribuição espacial de alguns estabelecimentos do setor terciário para o interior do Via Café Garden. Essa mesma previsão foi feita no início das pesquisas sobre os shoppings nos Estados Unidos, por Berry (2012), que aponta a tendência à diminuição da concentração espacial de estabelecimentos comerciais nos centros urbanos das principais cidades estadunidenses. No caso brasileiro, nas metrópoles, mas também nas cidades médias recorrentemente isso também acontece.

O Shopping Via Café Garden na cidade de Varginha, num processo antecessor a sua definição de localização, foi pensado em diversas áreas

da cidade próximas às saídas estratégicas que garantissem o desenvolvimento intraurbano em determinada porção da cidade. Dentre as tantas ideias, uma foi concretizada, mas não em sua totalidade, pois, embora a região favorecesse, dada a localização privilegiada, próxima à Avenida Princesa do Sul, que atualmente possui forte presença do setor terciário (concessionárias, bancos, comércio geral), e às margens da BR-491, que possibilita acessar a rodovia Fernão Dias, principal via rodoviária do Sul de Minas, e outras estradas importantes, o processo de urbanização e valorização da área do entorno do shopping ainda está em curso.

Nos últimos anos é perceptível, em Varginha, a expansão das estruturas de comércio e de prestações de serviços que atendem aos municípios, mas também os provenientes dos espaços urbanos e rurais de sua área de influência. Entre outras mudanças, há o crescimento da rede hoteleira, alocada especialmente nas avenidas que interligam o centro e o shopping center, região onde inclusive se encontram o terminal rodoviário, hospitais e instituições de ensino. Ademais, nesse setor da cidade também ocorre um processo de crescimento e adensamento de bairros residenciais, inclusive de condomínios residenciais fechados.

## **Considerações Finais**

O Sul de Minas, historicamente, apresenta uma rede urbana estruturada em diversas cidades distribuídas pelo espaço regional e com expressivas relações com as áreas rurais e urbanas circunvizinhas, mas também com as externas à própria região, onde se encontram, inclusive, as principais aglomerações urbanas e as melhores estruturas produtivas e de circulação do território brasileiro desde o século XVIII, como a do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre outras.

Em decorrência de questões demográficas, econômicas, locais e políticas, o Sul de Minas apresentou sucessivas mudanças que fortaleceram a importância das cidades médias apresentadas neste capítulo.

lo, mas também de outras que, mesmo sendo menos populosas, como Alfenas, Três Corações, São Lourenço, Guaxupé e São Sebastião do Paraíso, viabilizam atividades comerciais, de prestações de serviços, de entretenimento e de gestão pública para suas áreas de influências. Assim, progressivamente, as atividades “urbanas” dos setores secundário e terciário favorecem o desenvolvimento regional e, concomitantemente, de alterações nas dinâmicas socioespaciais das cidades e regiões.

As cidades médias do Sul de Minas aumentam gradativamente sua importância nas dinâmicas regionais, entretanto, ao mesmo tempo que acenam alguns benefícios para sua população e suas áreas de influência, também trazem consigo alguns problemas socioambientais que coexistem entre si. Entre estes estão a existência das desigualdades socioespaciais e a formação de novas centralidades.

Com relação às desigualdades socioespaciais, elucidadas especialmente no exemplo de Poços de Caldas, a mais populosa da região, elas estão presentes nas cidades médias do Sul de Minas e se processam de variadas formas em seus espaços urbanos. Há áreas próximas ao centro, como o São Geraldo, em Pouso Alegre, que se expandiu e se adensou em áreas inundáveis das várzeas do rio Mandu, em especial após a década de 1970 do século 20, quando essa referida cidade apresentou expressivo crescimento populacional e constituiu o bairro com as maiores precariedades socioambientais do município (ANDRADE, 2014). Porém, ao mesmo tempo, há áreas periféricas e distantes da área central inclusive implantadas pelo poder público, como os conjuntos habitacionais do extremo sul da cidade de Poços de Caldas. Em comum nestas áreas, mesmo com suas diferenças locais, são os baixos rendimentos da maior parte de seus moradores.

Por sua vez, a presença de novas centralidades, como subcentros e os shopping centers, próprios das cidades médias do Sul de Minas, ao mesmo tempo que favoreceu as economias e mesmo a circulação nas

idades, pode colaborar para esvaziar outros setores da cidade, pois enquanto o subcentro tem uma função complementar, o shopping center pode vir a constituir uma ameaça à primazia da área central em uma cidade média.

## Referências

- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Abep, 2002. p. 1-22.
- ANDRADE, A. C. **Pouso Alegre (MG):** expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média. 2014. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.
- BERRY, B. Conceptual lags in retail development policy or can Center White House save the CBD? *In*: STERNLIEB, G.; HUGHES, J. W. (eds.). **Shopping centers**. Nova Jersey: Transaction Publishers, 2012. p. 29-40.
- BESSA, K.C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 16, p. 268-288, 2005.
- BRITO, F. R. A.; HORTA, C. J. G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p. 236-252.
- CARVALHO, J. A. M. *et al.* Minas Gerais, uma nova região de atração populacional. *In*: SEMINÁRIO 20 ANOS DO SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA (1982-2002), 2002, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v. 3. p. 239-262.
- CARVALHO, R. C. **As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASTRO, J. F. M. **Caracterização espacial do Sul de Minas e entorno utilizando-se o modelo potencial e a análise de fluxo em sistemas digitais: uma proposta metodológica**. 2000. 157 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

CORREA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços de transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. [S. l.], [2020a]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=sobre>. Acesso em: 8 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2018 (Regic)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. 196 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 1 ago. 2020.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 29-50, 2008.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, E. A.; ANDRADE, A. C. A formação da zona sul de Poços de Caldas, Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 129-142, 2019.

SILVA, W. R. Centralidade, shopping centers e reestruturação das cidades médias. *In*: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M (orgs.). **Centro e centralidades em cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 199-226.

SOBARZO, O. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. *In*: SPOSITO, E. S.;

SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 199-214.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. *In*: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 373 p.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. *In*: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M (org.). **Centro e centralidades em cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p.149-177.



# Organizadores



**Gustavo Reis Machado**

Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Mestre em Ensino e História das Ciências da Terra pelo Instituto de Geociências da Unicamp (2019) e especialista em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano (2017) e em Engenharia de Segurança do Trabalho (2020). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade - UNICAMP. Membro do grupo de pesquisa CNPq Processos Complexos: Ensino, Pesquisa e Prática Projetual e e da Rede de Cooperação Transdisciplinar em Pesquisa e Inovação DASMind UNICAMP [Design, Art, Space and Mind] . Docente no Centro Universitário UNA - Pouso Alegre e no IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre.



**Alexandre Carvalho de Andrade**

Licenciado e bacharel em Geografia (2001), especialista em Geografia do Turismo (2003), mestre em Geografia (2005) e doutor em Geografia: Organização do Espaço (2014) pela Unesp, Campus de Rio Claro. Atua nas áreas de Geografia Urbana, Geografia da População e Geografia do Turismo. É professor do Campus Poços de Caldas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).



**Fabiana Rezende Cotrim**

Possui graduação em Engenharia Civil pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (2002), mestrado em Engenharia de Energia pela Universidade Federal de Itajubá (2006), especialização em Gestão de Negócios pela Univás (2010) e especialização em Engenharia Ambiental pela Univás (2013). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade – Univás. Atualmente, atua como docente EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre.



# **Autores e colaboradores**

## **ADILSON DA SILVA MELLO**

Professor Associado I da Universidade Federal de Itajubá. Possui graduação em Filosofia, mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Áreas de interesse: Tecnologias e Sociedade; Trabalho; Cultura e Desenvolvimento. Coordenador do Gepe de Ciências Sociais e Desenvolvimento do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão da Universidade Federal de Itajubá.

## **ÁLVARO CÉSAR DE OLIVEIRA PENONI**

Graduado em Educação Física pela Faculdade Presbiteriana Gammon (1995) e em Fisioterapia pela Universidade Estadual de Minas Gerais (1997). É mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca (2004) e doutor em Ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP. Atua nas linhas de pesquisa de Biomecânica Aplicada ao Tecido Ósseo e Avaliação Eletromiográfica do Movimento. Atualmente é docente no Departamento de Ciências da Educação Física e Saúde da Universidade Federal de São João Del Rei/MG e membro convidado da Comissão de Educação e Desenvolvimento Tecnológico do Conselho Regional de Fisioterapia de Minas Gerais — Crefito-4

## **CARLOS MAGNO PEREIRA**

Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá e bacharel em Design de Ambientes pela Universidade do Estado de Minas Gerais/Escola de Design. Professor no Centro Universitário UNA – Pouso Alegre. Tem experiência na área de Design de Ambientes, Inovação Social, Tecnologias Sociais, Ambiente Urbano, Design Social, Pesquisa, Organização e Gestão de Eventos, Artesanato e Feira de Artesanato.

## **CLAUDIO LIMA FERREIRA**

Arquiteto urbanista/pedagogo. Professor doutor pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (Unicamp). Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutor em Artes Visuais pela Unicamp. Mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas. Especialista em Educação Superior pela Universidade Anhembi-Morumbi. Linhas de pesquisa principais: Pensamento Complexo; Processos Projetuais Transdisciplinares: Ensino, Pesquisa e Prática; Projeto de Interiores; e inter-relação entre Artes, Arquitetura, Design e Neurociência.

## **EDUARDO DE ARAÚJO DA SILVA**

Graduado em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais — IFSULDEMINAS. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes.

### **EVANDRO ZIGGIATTI MONTEIRO**

Arquiteto Urbanista. Professor doutor na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (Unicamp). Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Doutor em Engenharia Civil pela Unicamp (2007). Mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas (2000). Especialista em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela PUC-Campinas (1997). Linhas de pesquisa principais: Estudos de Morfologia Urbana dos Tecidos Existentes, sua evolução, seus conflitos e impactos na paisagem urbana.

### **FELIPE DA SILVA VIEIRA**

Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas. Atualmente é mestrando em Geografia pela mesma instituição, pesquisando temas como: Geografia Cultural, História do Pensamento Geográfico e Produção do Espaço.

### **FLAMARION DUTRA ALVES**

Graduado em Geografia, licenciado e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Geografia na Universidade Estadual Paulista — Rio Claro. Atualmente é professor associado na Universidade Federal de Alfenas — MG, onde é professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifal-MG e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei. Atua em pesquisas nas áreas de Geografia Rural, Geografia Cultural e História do Pensamento Geográfico.

### **FRANCISCO JOSÉ CARDOSO**

Doutor em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2017), mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2003). Especialista em Planejamento Municipal pela Universidade Federal de Viçosa (2000), especialista em Planejamento Moderno e Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Alfenas (1994). Atualmente é professor no Instituto de Ciência e Tecnologia, Campus Poços de Caldas da Universidade Federal de Alfenas-Unifal-MG. Tem experiência nas áreas de Planejamento Urbano, Projetos de Arquitetura e Urbanismo e Construção Civil.

### **FREDERICO COSTA**

Mestre na área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pela FAU-USP e graduado arquiteto e urbanista pela FEC-Unicamp. Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo na UNIFEQB.

### **GABRIELA REZENDE YANAGIHARA**

Fisioterapeuta graduada em 2012 pela Universidade do Vale do Sapucaí, mestre (2014) e doutora (2017) em Ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP (FMRP/USP). Atua nas linhas de pesquisa envolvendo biomecânica do tecido musculoesquelético, osteopenia/osteoporose, modelos de qualidade óssea e métodos avançados de análise de imagens aplicados à investigação do aparelho locomotor. Atualmente realiza estágio pós-doutoral no Departamento de Imagens Médicas, Hematologia e Oncologia Clínica da FMRP/USP e é professora adjunta do Centro Universitário UNA —Pouso Alegre.

### **JANAINA FALEIRO LUCAS MESQUITA**

Arquiteta e urbanista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010). Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (MACPS-EA/UFGM); atuou como professora (bolsista Capes-Reuni) no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFGM. Desde 2015, é colaboradora de produção e ilustradora na empresa Ventina Design para crianças. No primeiro semestre de 2017, atuou como professora universitária no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Vale do Gortuba (Favag). Desde o 2º semestre de 2017, é professora universitária nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil do Centro Universitário de Lavras (Unilavras). Em fevereiro de 2020, assumiu a coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Lavras (Unilavras). Principais linhas de pesquisa: Arquitetura e Urbanismo; Patrimônio Cultural; Educação.

### **MARCELO BREGAGNOLI**

Professor Titular do IFSULDEMINAS. Doutor pela ESALQ/USP. Atua na docência desde 1995, lecionando disciplinas nas áreas de meio ambiente, agricultura e metodologia científica em cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. É coordenador da Olimpíada Brasileira de Agropecuária, além de ter organizado diversos eventos regionais e nacionais. Foi pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação e atualmente é reitor do IFSULDEMINAS.

### **MARCELO CARVALHO BOTTAZZINI**

Doutor em Engenharia Civil pela Unicamp, mestre em Engenharia de Produção pela UFSC, especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e graduado em Engenharia Civil pela Unifenas. Por mais de duas décadas, atuou na área de Construção Civil. Desde 2010, é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. De janeiro de 2012 a julho de 2018, ocupou o cargo de Diretor-Geral do IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre. Atualmente é coordenador dos cursos de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho e Técnico em Segurança do Trabalho do IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre.

### **MARISA APARECIDA PEREIRA**

Arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Fumec, BH (2003). Mestrado em Ciência e Tecnologia da Madeira pela Universidade Federal de Lavras, Ufla (2008). No primeiro semestre de 2012, começou a lecionar no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Lavras (Unilavras) e assumiu a coordenação do curso no período de 2012 a 2016. Atualmente, leciona nos cursos de Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica e Arquitetura e Urbanismo do Unilavras. Desde 2016, atua em escritório próprio na cidade de Lavras, desenvolvendo projetos nas áreas de Design de Interiores, Arquitetura e Construção Civil. Principais linhas de pesquisa: Arquitetura e Urbanismo e Construção Civil, desde o ensino à aplicação.

### **PAMELA MAYARA GARCIA XAVIER**

Graduanda em Engenharia Civil pelo IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre. Bolsista no Projeto de Iniciação Científica com a pesquisa Mapeamento da Produção de HIS no Município de Pouso Alegre, sob orientação do Professor Me. Gustavo Reis Machado.

### **RACHEL ZUANON**

Artista midiática e designer. Professora doutora do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (Unicamp). Docente do curso de graduação em Artes Visuais da Unicamp. Doutora em Comunicação e Semiótica — PUC-SP. Mestre em Comunicação e Semiótica — PUC-SP. Certificada em Neuroscience for Architecture pela New School of Architecture & Design [EUA]. Linhas principais de pesquisa: Neurociência e Processos Criativos e Projetuais para aplicações em Arte, Arquitetura, Design, Educação e Saúde.

### **RAFAELA SANTOS COSTA DE FIGUEIREDO**

Graduada em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-Unifal-MG, campus Santa Clara. Discente de mestrado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas — PP-GEO-Unifal/MG. Professora da rede pública estadual de Minas Gerais.

### **SÉRGIO PEDINI**

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (1987), graduação em Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (2008), mestrado em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (1993), doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2011) e pós-doutorado pela Universidade de Perugia, Itália (2017). É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais — Campus Poços de Caldas, nas áreas de Agroecologia, Administração, Certificação de Qualidade e Desenvolvimento Rural. Atua como pesquisador nas áreas de Fair Trade (comércio justo) de Café, Administração (várias áreas), Cafeicultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Atualmente é coordenador do curso EaD de especialização em Sistemas Agropecuários de Produção, para formadores de Moçambique.

### **VANESSA SILVA DE LIMA**

Graduanda em Engenharia Civil pelo IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre. Bolsista no Projeto de Iniciação Científica com a pesquisa Mapeamento da Produção de HIS no Município de Pouso Alegre, sob orientação do Professor Me. Gustavo Reis Machado

### **VASCO CALDEIRA DA SILVA**

Arquiteto pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1978) e mestre em Urbanismo e Ordenação do Território pela Universidade de Paris (1983). Professor nas áreas de Projeto de Arquitetura e Interiores, Análise Urbana, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Patrimônio Cultural e Museografia. Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo. Autor de livros, artigos e outras publicações de crítica e história da arquitetura, do design de interiores e do urbanismo. Autor de importantes projetos de museografia, entre os quais o Museu do Amanhã e o Museu da Língua Portuguesa, além de projetos de arquitetura diversos.

## **AMON CHRISTIAN LASMAR**

### Diagramação da Capa

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tem especialização em Projeto Arquitetônico e em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS). Fundador e proprietário do Abstrato: ateliê de arquitetura e design gráfico. Professor na pós-graduação lato sensu em Design de Interiores e na graduação em Arquitetura e Urbanismo, no UNIS.

## **ROGÉRIO BARBOSA**

### Ilustração da Capa

Estudou na Escola Panamericana de Arte em São Paulo entre 1987 e 1990. Entre 1993 e 1994, fez orientação em Pintura e Desenho com Carlos Fajardo e Dudi Maia Rosa no Museu Brasileiro de Escultura (MuBE) em São Paulo. Dentre as principais exposições de que participou estão: Prêmio Günther de Pintura em 1995 no Museu de Arte Contemporânea (MAC-USP); Arte em Movimento, em 1998, no Sesc Pompéia; individual na Galeria Baró Senna, em São Paulo, em 2002; Salão Unama de Pequenos Formatos, em Belém, em 2003; exposição Rogério Barbosa: Fronteira Movediça, individual no Instituto Moreira Salles em Poços de Caldas, 2011; exposição coletiva A Vastidão dos Mapas, em 2017, no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, e no Palacete das Artes de Salvador em 2018. E em 2019, exposição individual Ainda não está Escuro na Galeria Virgílio em São Paulo. Trabalhou como professor de artes em escolas da rede particular do Sul de Minas entre 1991 e 2002.

**Arte da Capa**  
Artista: Rogério Barbosa  
Sem título, 2019  
Técnica mista sobre papel  
38 x 29 cm